

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LUCIENIA LIBANIA PINHEIRO MARTINS

AFRORRESILIENTES: a resiliência de mulheres
afrodescendentes de sucesso educacional

TERESINA

2013

LUCIENIA LIBANIA PINHEIRO MARTINS

**AFRORRESILIENTES: a resiliência de mulheres
afrodescendentes de sucesso educacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí-UFPI, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação. Área de Concentração: Educação. Linha de Pesquisa: Educação, movimentos sociais e políticas públicas. Orientador: Pós-Ph.D. Dr. Francis Musa Boakari – PPGEd/UFPI.

TERESINA

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Serviço de Processamento Técnico

M386a Martins, Lucienia Libania Pinheiro.

Aforresilientes: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional./ Lucienia Libania Pinheiro Martins. – Teresina: 2013

182f.

Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

Orientador: Pós-Phd Dr. Francis Musa Boakari

1. Afrodescendentes - Mulheres. 2. Relações Etnicorraciais. 3. Educação. I. Título.

CDDD 981.64

LUCIENIA LIBANIA PINHEIRO MARTINS

AFRORRESILIENTES: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí-UFPI, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação. Sob a avaliação da seguinte banca examinadora:

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francis Musa Boakari – UFPI (Presidente)

Prof.^a Dr.^a Antonia Dalva França Carvalho – UFPI (Examinadora Interna)

Prof. Dr. Feliciano José Bezerra Filho – UESPI (Examinador Externo)

*A Marco Aurélio, quem me inspira
e não permite que eu desista
dos meus sonhos; a minha
resiliência nasce em voce.
Dedico.*

E se a resiliência é algo que se sente, e algo que não se pode descrever? E se a resiliência é algo que acontece, mas não se pode ver? E se a resiliência é algo que cria música em uma vida que nasceu surda? E se a resiliência é algo que o acontece nos meus pensamentos, mas não encontra linguagem para partilhar? E se a resiliência é poesia da vida, e só agora estamos a aprender o alfabeto?

(Jannete Jonhson, 1999, p. 227.)

AGRADECIMENTOS

Durante essa longa jornada há tantas pessoas para agradecer. Contudo, em um autêntico exercício de Psicologia Positiva que nos leva a felicidade, volto minha gratidão àqueles que, certamente, fizeram parte dessa trajetória e que fortemente contribuem para minha resiliência:

A **DEUS**, meu porto-seguro, que sempre me guiou e me colocou nos braços nos momentos mais difíceis, nos quais eu pensava que não iria conseguir vencer as adversidades da vida;

A **Marco Aurélio**, meu marido, companheiro e eterno amor, pela paciência e prova de carinho e dedicação, quando compreendia meu mau humor, minhas ausências. Muito obrigada pelo zelo e incentivo a continuar indo atrás de meus sonhos;

Aos meus pais, **Antonio** (*In Memoriam*) e **Teresinha**, por me darem a felicidade de ser sua filha e pelos ensinamentos de honestidade e verdade;

Aos meus filhos maravilhosos, **Camila Ênia e Vinicius Marco**, fontes de extrema felicidade, que permitiram que eu me realizasse como mãe sem que, para isso, fosse preciso sacrificar o sonho do mestrado;

Ao meu orientador **Francis Musa Boakari**, sou grata por sua existência, por estar sempre comigo, por ter me levado a descobrir que “*nada do que vivemos tem sentido, se não tocamos o coração das pessoas*”, por ter me feito voltar a acreditar que posso superar todas as minhas adversidades e por ter me auxiliado a encontrar meu verdadeiro caminho como pesquisadora;

À minha “mãe acadêmica”, **Márcia Adriana**, minha co-orientadora informal, sempre me incentivando na produção de pesquisas e na divulgação científica, um exemplo de ética, de alegria e de compromisso com a educação;

Agradeço às minhas amigas **Silvania, Deuzuita, Conceição, Fátima** por acreditar que eu sou capaz, cujas qualidades aprendi a admirar e cuja as companhias adoro desfrutar;

À querida **Ceição**, pela amizade acolhedora. Agradeço o indispensável apoio recebido na revisão deste trabalho;

Às minhas irmãs **Luciana e Jucilene**, pelo apoio incondicional, por entender as ausências nas dezenas de encontros que não pude estar presente em 2010, 2011 e 2012 por estar me dedicando a este estudo;

À minha primeira professora de Psicologia, **Milka**, a quem devo muito de minha formação, e quem me inspirou a seguir a profissão que tanto amo;

Aos professores **Antonia Dalva e Fauton Negreiros** pelas contribuições durante a qualificação e defesa;

Ao professor **Feliciano Bezerra** por ter aceito o convite de participar deste grande momento em minha vida;

Aos professores do **Programa de Pós-graduação** em Educação pelos ensinamentos necessários à formação de Mestra em Educação;

Ao professor **George Barbosa**, que disponibilizou o acesso ao Quest_Resiliência, e se colocando à disposição para tirar dúvidas, e coroando-me como um convite para participar como pesquisadora avaliadora do Primeiro Congresso Brasileiro de Resiliência;

Ao **Marco Aurélio**, e a toda a equipe da SOBRARE que trabalhou na recepção e tratamento dos dados da pesquisa no site;

Às **sessenta mulheres** afrodescendentes que participaram do estudo, pois, atenciosas e prestativas se dispuseram a responder um questionário com 72 questões, extremamente pessoais e subjetivas, joias raras que exalam afrorresiliência;

Aos amigos e amigas da 19ª turma do Programa de Pós-graduação em Educação, em especial, aos amigos **Rachimit, Halda, Ana Carolina, Raimunda, Elizete, Francelene** e aos demais membros do grupo de estudos em Gênero, Educação e Afrodescendência - **Roda Griô Geafro** pelos momentos de apoio e trocas, fundamentais para que o mestrado se tornasse mais leve;

À **aquelas e àqueles** que disseram que eu não conseguiria entrar em um programa de mestrado, mas que com isso alavancaram e fortaleceram o desenvolvimento da minha resiliência;

A todas as **pessoas** que direta ou indiretamente contribuíram para elaboração desse trabalho; torceram e torcem por minhas conquistas;

Aos **africanos e africanas** que foram trazidos ao Brasil de forma criminosa que sofreram e morreram longe de sua Nação;

À **todos** que de alguma maneira combatem a discriminação, o preconceito e o racismo e todas as formas de discriminação no Brasil e no mundo.

Mea muito obrigada!

Esta pesquisa trata sobre a resiliência e a afrodescendência, fundamentada nos estudos realizados por Nadal (2007) e Carvalho (2008), e subsidiada pelos trabalhos sobre resiliência produzidos por Yunes e Szymanski (2001), Yunes (2003), Barlach (2005), Melillo e Ojeda (2005), Barbosa (2006, 2010a, 2010b, 2010c), Coimbra (2008). E para embasar as questões raciais, educacionais e de gênero, coaduna-se com Fernandes (1978), Giacomini (1988), Moura (1988), Valente (1994), Cunha Junior (1996), Gomes (2000, 2001), Carone (2003), Carvalho (2004), Santos e Maio (2004), Carneiro (2006), Lopes (2007), e Risério (2007), Schumacher (2007), Fanon (2008), Bento (2009) e Boakari (1994, 1999, 2003, 2007, 2008, 2010, 2011). Tem como objetivo geral investigar os modelos de resiliência em um grupo de mulheres afrodescendentes, em especial no que concerne à descrição do perfil do grupo de mulheres afrodescendentes participantes da pesquisa; ao entender a resiliência, seus modelos e suas características; identificar os modelos de resiliência apresentados por esse grupo de acordo com o instrumento Quest_Resiliência, uma ferramenta desenvolvida em 2006 e validada em 2009, que permite mapear comportamentos resilientes (BARBOSA, 2010b), aplicado a um grupo de 60 mulheres que se autodeclararam afrodescendentes, com curso superior e em atividade profissional na cidade de Teresina-PI. Emprega a abordagem metodológica de cunho quantitativo e de natureza exploratória e descritiva. Os dados acessados e analisados propiciaram mapear, no grupo das mulheres participantes do estudo, oito características constitutivas da resiliência, sendo elas: autocontrole; autoconfiança; leitura corporal; análise do contexto; otimismo para com a vida; empatia; conquistar e manter pessoas; e sentido de vida. O estudo, além de fornecer subsídios para melhor problematizar a temática em questão, sugere algumas perspectivas para futuras investigações sobre educação, gênero e afrodescendência.

Palavras-chave: Educação. Resiliência. Mulheres brasileiras afrodescendentes.

ABSTRACT

This research deals with the resilience and afrodescendência, based on studies conducted by Nadal (2007) and Carvalho (2008), and subsidized by the work on resilience produced by Yunes and Szymanski (2001), Yunes (2003), Barlach (2005), Melillo and Ojeda (2005), Barbosa (2006, 2010a, 2010b, 2010c), Coimbra (2008). And to support racial issues, education and gender, is consistent with Fernandes (1978), Giacomini (1988), Moura (1988), Valente (1994), Cunha Junior (1996), Gomes (2000, 2001), Carone (2003), Carvalho (2004), Santos and May (2004), Carneiro (2006), Lopes (2007), and Risério (2007), Schumacher (2007), Fanon (2008), Benedict (2009) and Boakari (1994, 1999, 2003, 2007, 2008, 2010, 2011). It aims at investigating models of resilience in a group of women of African descent, in particular as regards the description of the profile of the group of women of African descent research participants; understand the resilience, their models and their characteristics; identify models of resilience presented by this group according to Quest_Resiliência instrument, a tool developed in 2006 and validated in 2009, which allows mapping resilient behaviors (BARBOSA, 2010b), applied to a group of 60 women who declare themselves African descent, with higher education and activity professional in the city of Teresina-PI. Employs a methodological approach to a quantitative and exploratory and descriptive nature. The data accessed and analyzed favored map, the group of women participating in the study, eight constitutive characteristics of resilience, namely: self-control, self-confidence, reading body; context analysis; optimism towards life; empathy; getting and keeping people, and meaning of life. The study, in addition to providing grants to better discuss the topic in question, suggests some prospects for future research on education, gender and afrodescendência.

Keywords: Education. Resilience. Brazilian women of African descent.

Cette recherche traite de la résilience et afrodescendência, basée sur des études menées par Nadal (2007) et Carvalho (2008), et subventionné par le travail sur la résilience produite par Yunes et Szymanski (2001), Younès (2003), Barlach (2005), Melillo et Ojeda (2005), Barbosa (2006, 2010a, 2010b, 2010c), Coimbra (2008). Et pour soutenir les questions raciales, l'éducation et le sexe, est compatible avec Fernandes (1978), Giacomini (1988), Moura (1988), Valente (1994), Cunha junior (1996), Gomes (2000, 2001), Carone (2003), Carvalho (2004), Santos et mai (2004), Carneiro (2006), Lopes (2007), et Risério (2007), Schumacher (2007), Fanon (2008), Benoît (2009) et Boakari (1994 , 1999, 2003, 2007, 2008, 2010, 2011). Il vise à étudier les modèles de résilience dans un groupe de femmes d'ascendance africaine, en particulier en ce qui concerne la description du profil du groupe des femmes d'origine africaine descente participants à la recherche, à comprendre la résilience, leurs modèles et leurs caractéristiques; identifier des modèles de résilience présenté par ce groupe en fonction de l'instrument Quest_Resiliência, un outil développé en 2006 et validé en 2009, ce qui permet de cartographier les comportements élastiques (BARBOSA, 2010b), appliqués à un groupe de 60 femmes qui se déclarent origine africaine, avec l'enseignement supérieur et de l'activité professionnel dans la ville de Teresina-PI. Emploie une approche méthodologique pour un caractère quantitatif et exploratoire et descriptive. Les données consultées et analysées carte favorisée, le groupe de femmes participant à l'étude, huit caractéristiques constitutives de la résilience, à savoir: la maîtrise de soi, la confiance en soi, le corps de la lecture; analyse du contexte, l'optimisme envers la vie; l'empathie; obtenir et de garder les gens, et sens de la vie. L'étude, en plus de fournir des subventions afin de mieux aborder le sujet en question, suggère quelques perspectives de recherche sur l'éducation, le sexe et afrodescendência.

Mots-clés: l'éducation. Résilience. Les femmes brésiliennes d'origine africaine.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional da Educação
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
DATASUS	Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAESER	Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais
MCD	Movimento de Crenças Determinantes
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEPPED	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicologia da Educação
OPS	Organização Panamericana de Saúde
PC	Padrão Comportamental
PC-I	Padrão Comportamental de Intolerância
PCN	Parâmetros Curriculares nacionais
PC-P	Padrão Comportamental de Passividade
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSINEP	Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as)
RODA GRIÔ GEAFRO	Grupo de Estudos em Gênero, Educação e Afrodescendência
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEPIR	Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SOBRARE	Sociedade Brasileira de Resiliência

SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Fatores componentes da resiliência segundo Barbosa (2010a).....	99
Quadro 1 — Descrição dos níveis de resiliência para PC-P e PC-I.....	101
Figura 2 — Dinâmica dos níveis de resiliência nos Modelos de crenças Determinantes (MCDs).....	110
Quadro 2 — Síntese dos resultados dos modelos de resiliência, seus níveis e intensidade....	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – População brasileira segundo cor/raça, 2010.....	40
Gráfico 02 – Estimativa da população por faixa etária segundo critérios de cor/raça, Brasil, 2010.....	41
Gráfico 03 – Taxas de analfabetismo da população brasileira, segundo cor/raça, 2010.....	43
Gráfico 04 – Média de anos de estudo da população ocupada com 16 ou mais anos de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 1999 e 2009.....	43
Gráfico 05 – Taxa bruta de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) da população residente, segundo os grupos de cor/raça selecionados (brancos e pretos e pardos) e sexo, Brasil, 2008 (em % da população que frequentava o ensino superior dividido pela população entre 18 e 24 anos de idade).....	44
Gráfico 06 – População que frequentou pelo menos um ano de cursos de mestrado/doutorado, segundo Raça/Cor, Brasil, 1998/2007.....	44
Gráfico 07 – Renda média da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009	50
Gráfico 08 – Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.....	50
Gráfico 09 – Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do(a) chefe(a). Brasil, 2009.....	51
Gráfico 10 – População brasileira abaixo da linha de pobreza (renda <i>per capita</i> mensal abaixo de R\$ 70,00), 2010.....	51
Gráfico 11 – Taxas de homicídio (por 100 mil hab.), segundo raça/cor, Brasil, 2000/2009	54
Gráfico 12 – População com declaração de óbito por causa desconhecida, por falta de assistência médica, segundo os grupos de cor ou raça selecionados (brancos, pretos e pardos e cor ignorada).....	55
Gráfico 13 – Escolaridade.....	113
Gráfico 14 – Estado Civil.....	114
Gráfico 15 – Religião.....	114
Gráfico 16 – Outro Idioma.....	115
Gráfico 17 – Pessoas que ajudaram a superar as dificuldades.....	115
Gráfico 18 – Análise do Contexto.....	116

Gráfico 19 – Autoconfiança.....	119
Gráfico 20 – Autocontrole.....	121
Gráfico 21 – Conquistar e Manter Pessoas.....	124
Gráfico 22 – Empatia.....	126
Gráfico 23 – Leitura Corporal.....	129
Gráfico 24 – Otimismo para com a vida.....	132
Gráfico 25 – Sentido de Vida.....	134

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 EDUCAÇÃO, GÊNERO, RESILIÊNCIA E AFRODESCENDÊNCIA: ALGUMAS REFLEXÕES	24
2.1 Afrodescendentes - quem somos?	25
2.2 Dados estatísticos da realidade dos afrodescendentes no Brasil	37
2.2.1 População afrodescendente no Brasil	40
2.2.2 Educação dos afrodescendentes	42
2.2.3 Situação dos afrodescendentes no mercado de trabalho	49
2.2.4 Taxa de mortalidade da população afrodescendente	54
2.3 Mulheres Afrodescendentes	56
2.3.1 Mulheres afrodescendentes e Educação Escolar	62
3 RESILIÊNCIA: BREVE DISCUSSÃO	71
3.1 Conceituação e origem	73
3.2 Multidimensionalidade da resiliência	80
3.3 Psicologia Positiva e resiliência	82
3.4 Resiliência e afrodescendência	86
4 METODOLOGIA	94
4.1 Apresentação	94
4.2 Abordagens e procedimentos metodológicos	95
4.3 Instrumento e Procedimento da Coleta de Dados	96
4.4 Autorização pelo CEP	104
5 RESULTADOS DA PESQUISA	106
5.1 Roteiro para compreensão dos resultados	109
5.1.1 Perfil sociodemográfico das mulheres participantes da pesquisa	112
5.2 Descrição do Modelo de Crença Determinante (MCD) - Análise do Contexto	116
5.3 Descrição do Modelo de Crença Determinante (MCD) - Autoconfiança	118
5.4 Descrição do Modelo de Crença Determinante (MCD) - Autocontrole	121
5.5 Descrição do Modelo de Crenças Determinantes (MCD) - Conquistar e Manter Pessoas	124
5.6 Descrição do Modelo de Crenças Determinantes (MCD) - Empatia	126
5.7 Descrição do Modelo de Crenças Determinantes (MCD) - Leitura Corporal	129

5.8 Descrição do Modelo de Crenças Determinantes (MCD) - Otimismo para com a com a Vida.....	131
5.9 Descrição do Modelo de Crença Determinante (MCD) - Sentido de Vida.....	134
5.10 Reflexões sobre a resiliência na formação acadêmica das participantes.....	139
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	148
APÊNDICES	162
ANEXOS	171

1 INTRODUÇÃO

Dirigiu-se então para eles, cabisbaixo, para lhes mostrar que estava pronto para morrer. Foi então, que viu seu reflexo na água: o patinho feio se transformara num magnífico cisne branco... (Hans Christian Anderson, em O Patinho Feio).

A vida é permeada por momentos difíceis de toda natureza, que podem marcar a existência e até paralisar uma caminhada. Contudo, o ser humano é provido de características singulares que o mobilizam para enfrentar e superar essas dificuldades. Dentre tantas características que o impulsionam ao crescimento, está a resiliência, da qual esta pesquisa se propôs a tratar. Construída ao longo da vida, na interação de elementos internos e externos da pessoa, a resiliência favorece a superação de situações estressoras e adversas.

Resiliência é um termo originado da Física. Significa a propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação. Seria, portanto, o poder de recuperação de um material. Para se entender melhor o poder de resiliência de um material, pode-se imaginar um elástico, esticado até certo ponto, que, quando é largado, volta à sua condição anterior ao estiramento.

Neste estudo, prevalece o conceito trabalhado pela Psicologia, adaptado por meio das várias definições advindas das ciências naturais, que é a capacidade humana de enfrentar, sobrepor-se ou sair fortalecido ou transformado de experiências de adversidade. Para aproximar o conceito ao objeto de estudo proposto pela investigação, temos como base a definição de resiliência apresentada por Coimbra (2008, p. 96): “[...] um processo que se mantém ativo durante o percurso de vida, de resistência, de crescimento e de melhoria de si próprio(a) como resposta à crise e ao desafio”.

A crescente presença de mulheres afrodescendentes como membros da classe média brasileira incentiva estudos para saber mais dessas mulheres que parecem superar barreiras de tipos diversos. Deste modo, à medida que mergulhamos na teoria que discute a questão da resiliência e da afrodescendência começamos a perceber que as mulheres afrodescendentes de forma atemporal apresentam suas histórias envoltas a situações de crise. Em vários contextos da sociedade tem-se a necessidade de vencer desafios, superar barreiras para conquistar seus espaços. Envoltas por este cenário percebe-se que à medida que estas mulheres conquistam uma mobilidade social ascendente na sociedade, outras questões internas como: baixa-autoestima, autoconfiança, autocontrole, empatia entre outras características as impulsionam

ao crescimento. Neste sentido entendemos que a resiliência se faz presente em várias etapas das lutas travadas pelas mulheres afrodescendentes.

Desse modo, esta pesquisa, intitulada **Aforresilientes: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional** investigou como mulheres afrodescendentes com curso superior apresentam seus níveis e intensidades nos modelos de resiliência frente a situações estressoras e adversas. Nesta pesquisa, são consideradas **aforresilientes** as mulheres que apesar de todo o cenário de discriminação, preconceito e racismo que possam estar inseridas, demonstram uma reação positiva frente às adversidades.

É nessa perspectiva de resistência, de crescimento e de autoconhecimento, proposta por essa pesquisa, que se busca identificar e descrever a resiliência em um grupo com características e trajetórias de vida bem específicas: as mulheres afrodescendentes. Nesta pesquisa o termo “Afrodescendente denomina um conjunto amplo de diversas nomeações dadas ao negro, pretendendo eliminar, assim, as desgastantes e não conclusivas discussões em torno do conceito do que é ser negro.” (CUNHA JÚNIOR 1996, p. 19).

A resiliência vem sendo estudada pela Psicologia Positiva. Essa abordagem rompe com o viés negativo e reducionista de teorias embasadas e focalizadas apenas em aspectos psicopatológicos e volta-se para o que há de saudável e de positivo na vida e no desenvolvimento do ser humano. Assim, dilui-se a noção de que o indivíduo se vê aprisionado a um ciclo sem saída. Desse modo, neste estudo, predomina a compreensão de resiliência como sendo a característica de uma pessoa que deve ser sempre relativizada e entendida dentro de um conjunto amplo de fatores internos e externos ao indivíduo.

Esta pesquisa surge das reflexões produzidas por Boakari (2010), ao dizer que, mesmo com as conquistas, as situações de discriminação e as experiências excludentes seguem presentes na vida dos afrodescendentes. O autor enfatiza a necessidade de reconhecimento e de valorização da “presença de mulheres afrodescendentes entre brasileiros de elite.” (BOAKARI, 2010, p. 01).

Tal afirmativa, dentre outras experiências, que serão compartilhadas, estimulou o interesse de identificar a resiliência em um grupo de mulheres afrodescendentes. Como se configuram os modelos de resiliência nas lutas contra a discriminação, o preconceito e o racismo que muitas vivem? Em termos de resiliência, como melhor descrever as atitudes e as crenças desse grupo de mulheres afrodescendentes? O autor defende que “essas lições precisam ser disseminadas com mais vigor!” (BOAKARI, 2010, p. 01).

A forma como uma pessoa percebe e elabora os problemas é um aspecto importante para estudiosos da resiliência. Por isso, compreender o que me fez pesquisar com tanta

“paixão” a resiliência em mulheres afrodescendentes, dedicar-me a perceber as características de um grupo de mulheres com curso superior em atividade, foi um exercício visceral.

Adad (2012, p. 257) endossa esse sentimento ao dizer: “[...] que o cientista possui um corpo, de que ele é um sujeito encarnado e assim participa do quadro que pinta, elevando-se não somente como artista consumado, mas como obra de arte que é [...] O sujeito encarnado participa de uma dinâmica criativa de si próprio, e do mundo no qual está em permanente intercâmbio”. Desse modo, apresento-me, neste trabalho, como legítima representante do universo feminino afrodescendente e resiliente, registrando o que me envolveu e me levou a realizá-lo.

Ao iniciar a reflexão acerca da temática deste estudo, foi inevitável realizar uma retrospectiva de como me aproximei do tema. As reflexões construídas por Boakari (2010) me levaram a outros momentos, nos quais pude entender meu primeiro encontro com o fenômeno da resiliência. Ocorreu há alguns anos, quando, em um supermercado, olhei para uma empregada doméstica afrodescendente empurrando um carrinho de compras muito pesado e sem ajuda da sua patroa. No meu coração, houve um minuto de silêncio, por ter percebido um sentimento de entrega, de renúncia, de “predestinação” àquela situação.

Naquela época possuía uma crença particular, de entender o serviço de empregada doméstica como uma “extensão da senzala”; hoje percebo diferente, mas naquela situação, esse sentimento se acentuou. Fiz uma introspecção e pude ver que, mesmo em situação limitada, tanto economicamente, quanto de suporte familiar, supondo, extremamente inferior, àquela mulher acreditava haver muitos recursos internos que me moviam a acreditar que o meu “caminho” seria diferente.

Guardo essa lembrança como fonte de energia para pesquisar, buscando compreender os fatores geradores de resiliência em mulheres afrodescendentes, uma vez que algumas chegam a maiores conquistas e outras se mantêm em situação de submissão e de fragilidade. Essa vontade latente de pesquisar está associada ao desejo de ver, um dia, quem sabe, por meio da ciência, a sinalização de que as mulheres afrodescendentes podem descobrir construir e fortalecer essa força intrínseca deixada pelas “ancestrais guerreiras”.

Outro momento que me levou a essas primeiras reflexões foi a leitura da história do Patinho Feio, rememorada na obra **Os patinhos feios**, de Boris Cyrulnik (2004), a qual me fez despertar para a existência das diferenças e de como, no cotidiano, nas distintas relações sociais, são percebidas e tratadas. Sua obra levou-me a revisitar sentimentos vivenciados na infância, em que, do mesmo modo, sentia-me diferente, por pertencer a uma família que não possuía uniformidade nos traços físicos e na cor de pele.

Vivenciei, desde muito cedo, a necessidade de me transformar para ser aceita, mesmo com o apelido de “Neguinha”, entendido apenas como um adjetivo “carinhoso” e não como uma referência à cor da pele. Quando acontecia a alusão, trazia outras nomenclaturas, tais como: morena, “cor de jambo”. Assim, experienciei a não aceitação da diferença. Mesmo tendo um pai afrodescendente, não existiam diálogos que remetessem à identidade afrodescendente.

Hoje entendo que, como na história do Patinho Feio, transformar-se em um cisne branco não seria a melhor solução para conviver com as diferenças. Compreendo que os sentimentos conflitantes quanto à minha identidade racial, com os quais convivo hoje em algumas situações, foram produzidos nos primeiros anos de vida. Assim, entendo, de forma tácita, que os primeiros modelos para construção da identidade positiva estão na família e favorecem o enfrentamento das dificuldades que surgirão durante toda a vida.

Nesse contexto, compreendo porque em muitos momentos, desde a infância até a universidade, a “patinha feia” deprimiu-se e isolou-se, podendo ter-se revoltado e reagido com hostilidade às agressões recebidas. Eu poderia ter-me juntado a outros revoltados, formado um bando, ter comportamentos marginais. Mas não. Fiquei e busquei desde a graduação em psicologia em uma faculdade particular, trabalhar estas questões, e toda esta busca me levou ao mestrado e ao grupo de pesquisadores que estudam educação, gênero e afrodescendência RODA GRIÔ onde fortaleço essas discursões.

Tendo como referencial a minha própria trajetória e analisando neste estudo a trajetória de outras mulheres afrodescendentes, constato que não é tarefa fácil falar sobre resiliência em mulheres afrodescendentes. Contudo, acredito que a resiliência sempre esteve presente nessas mulheres, por meio de suas histórias de luta, e pelo contexto sócio-histórico em que estão inseridas. A arte de “dar a volta por cima”, ou seja, a capacidade engenhosa de superação das adversidades é uma característica de muitos dos afrodescendentes, basta olhar a música, a culinária, a dança, os diferentes modos de viver e de manifestar esse viver ao mundo tão fortemente observado nos diferentes perfis de mulheres afrodescendentes. Todas essas riquezas, de algum modo, representam uma tentativa de alívio da dor, do sofrimento, da violência, geradas desde o ventre do escravismo criminoso.

Por mais que a ciência contribua para o entendimento das forças e das virtudes, como defende a Psicologia Positiva, não é possível omitir que muito da capacidade de “reconhecer a queda e dar a volta por cima” vem do passado. Além dessa característica positiva que vem de lá, os fatores de risco, ou seja, os comportamentos que predis põem situações negativas, igualmente surgem a partir desse contexto escravocrata e ressoa até os dias atuais.

Muitas mulheres afrodescendentes diariamente se defrontam com adversidades ligadas a esse contexto de discriminação, preconceito e racismo, por isso, precisam buscar recursos internos e externos para superá-los ou transformá-los. No dia a dia, algumas mulheres afrodescendentes adaptam-se e mostram superação das situações adversas vivenciadas e constroem caminhos positivos diante dessas circunstâncias de vidas difíceis, enquanto outras apresentam esse potencial menos desenvolvido e sucumbem mais facilmente frente aos obstáculos. Para muitos, parecia algo desnecessário estudar a resiliência em mulheres afrodescendentes, no entanto, agora é notória a riqueza de identificar habilidades que podem ser relacionadas ao sucesso educacional, apesar de todos os entraves impostos em seu percurso.

Boakari (2010, p. 02) busca desvelar quais os fatores que contribuem para o bom desempenho escolar de mulheres afrodescendentes, segundo o autor:

Estudos sobre as mulheres como sujeitos servem de perspectiva rica para analisar como uma determinada sociedade trata da sua maioria silenciada e esquecida. Em sociedades multi-étnicoraciais como a brasileira, estudar as afrodescendentes é a melhor maneira de avaliar os avanços em conquistas de cidadania pelos integrantes do grupo historicamente mais explorado. Desvelar experiências das mulheres afrodescendentes não somente indicam como o Brasil é país participativo, mas também, como tem conseguido reduzir as suas desigualdades históricas. Saber mais da mulher brasileira de origem africana, especialmente sobre o pequeno grupo que tem conseguido terminar cursos universitários, poderá indicar os caminhos para um futuro menos desigual e de oportunidades mais igualitárias para todos.

Nessa perspectiva, esta pesquisa está alicerçada no pensamento de Boakari (2010). Mergulhei na “Aforresiliência”, ou seja, busquei identificar como um grupo de mulheres afrodescendentes se apresenta em contextos de adversidade e quais os elementos acionam com mais intensidade para superação dos mesmos.

Considero este estudo fascinante e relevante. Fascinante por se tratar de um estudo que promove um mergulho na alma de um grupo de mulheres afrodescendentes, um quebra-cabeças cheio de perguntas, às quais, algumas, esta pesquisa propôs responder. Relevante por possibilitar a identificação de como um grupo de mulheres afrodescendentes administra suas emoções frente às exigências do mundo atual e, ao mesmo tempo, alcançam o sucesso educacional.

Sua importância está em permitir conhecer como se apresentam as oito características da resiliência pesquisadas por Barbosa (2010a). Esses elementos podem servir de fonte para o

desenvolvimento de programas nas instituições educacionais, como pode provocar novas reflexões nos movimentos sociais que buscam diminuir as desigualdades dessa população.

E, por fim, este trabalho é importante para a academia, visto que pode servir como referencial de pesquisa para estudos mais detalhados sobre como as características da resiliência influenciam no comportamento humano. Pode contribuir para programas que favoreçam o acesso e permanência de alunos afrodescendentes no contexto escolar, promovendo, assim, a superação das barreiras impostas pela discriminação, pelo preconceito e pelo racismo com mais naturalidade e menos disfunções, favorecendo, dessa forma, para um maior sucesso educacional. E, nesse sentido, os resultados aqui apresentados sobre resiliência em mulheres afrodescendentes concorrerão para que outras mulheres possam conseguir enfrentar obstáculos que as impedem de terem sucesso educacional.

Para a realização desta pesquisa, a prioridade foi identificar os modelos de resiliência em um grupo de mulheres afrodescendentes, bem como as perspectivas para estudos futuros sobre resiliência em mulheres afrodescendentes e educação. Além de registrar o perfil desse grupo de mulheres afrodescendentes participantes da pesquisa; descrever a resiliência, seus modelos e características; identificar os modelos de resiliência apresentados pelo grupo pesquisado. Com os dados coletados na pesquisa será possível aferir algumas perspectivas para futuros estudos sobre educação, gênero e afrodescendência.

A escolha metodológica foi a quantitativa. Participaram deste estudo 60 mulheres que se autodeclararam afrodescendentes. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação do questionário Quest_Resiliência (BARBOSA, 2010b). Os achados deste trabalho não permitem generalizações, mas podem ser estimulantes para que futuras pesquisas trilhem caminhos mais aprofundados sobre resiliência em mulheres afrodescendentes e suas associações com a educação.

A base teórica fundamentada nos estudos realizados sobre resiliência e afrodescendência de Nadal (2007) e Carvalho (2008). Também está subsidiada nos trabalhos sobre resiliência produzidos por Yunes e Szymanski (2001), Yunes (2003), Barlach (2005), Melillo e Ojeda (2005), Barbosa (2006, 2010a, 2010b, 2010c) e Coimbra (2008). E para fundamentar as questões de gênero, de raça e de educação, nos estudos de Fernandes (1978), Giacomini (1988), Moura (1988), Valente (1994), Cunha Junior (1996), Gomes (2000, 2001), Carone (2003), Carvalho (2004), Santos e Maio (2004), Carneiro (2006), Lopes (2007), Risério (2007), Schumacher (2007), Fanon (2008), Bento (2009) e Boakari (1994, 1999, 2003, 2007, 2008, 2010, 2011).

Ressalte-se que as mulheres homenageadas na capa cujas imagens foram utilizadas nesta dissertação assinaram termo de liberação de imagem para possíveis publicações futuras desta pesquisa. Trata-se de uma homenagem à potencial resiliência de cada uma.

Os relatórios com os dados resultantes da análise dos questionários aplicados na pesquisa estão sob os cuidados do orientador deste trabalho. As participantes da pesquisa poderão ter acesso ao seu respectivo relatório individual detalhado no prazo de até cinco anos, contados a partir da data da defesa.

O presente estudo traz, além da **Introdução**, mais seis capítulos, assim organizados:

O **capítulo 2, Educação, Gênero, Resiliência e Afrodescendência: Algumas Reflexões** apresenta uma discussão de leitura sobre o tripé educação, resiliência e mulheres afrodescendentes;

O **capítulo 3, Resiliência: uma breve discussão** proporciona o contato com o conjunto de conhecimentos básicos sobre a resiliência e suas diversas conceituações;

O **capítulo 4, Metodologia**, identifica qual a abordagem, o tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados, as participantes, o cenário da pesquisa, bem como, de que maneira esta foi conduzida;

O **capítulo 5** traz os **Resultados da Pesquisa** e reflexões sobre a resiliência na formação acadêmica das participantes;

O **capítulo 6** traz as **Considerações Finais**, retoma todo o processo de construção deste estudo, sugestionando a aplicação dos achados, e aponta perspectivas que emergiram nesta investigação para futuros estudos;

Constam, ainda, neste documento, as referências, os apêndices e os anexos.

2 AFRODESCENDÊNCIA, GÊNERO, RESILIÊNCIA E EDUCAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

Todas estas histórias fazem de mim, quem eu sou. Mas insistir apenas nessas histórias negativas é planar a minha experiência, e esquecer tantas outras histórias que me formaram. A história única cria estereótipos. E o problema com os estereótipos não é eles serem mentira, mas eles serem incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história... Sempre senti que é impossível relacionar-me adequadamente com um lugar ou uma pessoa sem me relacionar com todas as histórias desse lugar ou pessoa. A consequência da história única é isto: rouba as pessoas da sua dignidade. Torna o reconhecimento da nossa humanidade partilhada difícil. Enfatiza o quanto **somos diferentes** em vez do quanto **somos semelhantes**. (ADICHIE, 2011).

Para posicionamento das particularidades que envolvem os afrodescendentes, este capítulo traz uma breve discussão sobre sua situação no Brasil e sobre os indicadores sociais em que estão inseridos. Discorre sobre a escolha da nomenclatura afrodescendente e aponta os números que revelam a realidade dessa população, o que contribui para que melhor se compreenda a situação dos afrodescendentes, em especial da mulher afrodescendente nesse cenário. É necessário oferecer uma conceituação cognoscível do termo afrodescendente, pois o racismo à brasileira acontece de diferentes formas, e de formas diversas precisa ser enfrentado, e um dos modos possíveis de combate ao racismo está na desconstrução de nomenclaturas pejorativas.

Esta revisão aspira a uma reflexão que conduza ao pensamento de que é necessária a superação do que Adichie¹ (2011) denominou **O Perigo de Uma Única História** – título de sua palestra proferida na TED 2009 –, que conduz a uma reflexão de que por muitas décadas o mundo é apresentado a uma única história, em que se fala em cordialidade, em miscigenação e em direitos iguais, contudo, não é essa a história vivenciada nos espaços diversos.

Estudar a história dos afrodescendentes leva a perceber que há uma desconstrução de sua realidade. Esta por muitas vezes, tem sido usada para associá-los a aspectos negativos, e é reproduzida das mais diversas formas, podendo ser usada para capacitar e humanizar,

¹ Ver o vídeo na íntegra dessa palestra em que Chimamanda Adichie fala do perigo da história única e está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>.

restaurando a equidade perdida, pois quanto mais se estuda a história da humanidade, mais se percebe a presença ativa dos africanos para o desenvolvimento humano universal. Porém, a história contada por uma única perspectiva também pode ser usada para destruir a dignidade de um povo. Por isso, há a necessidade de contar outras histórias que expressem as barreiras a serem superadas para a formação educacional e profissional.

2.1 Afrodescendentes – quem somos?

É verdade que, desde muito cedo, todos aprendem, seja na escola ou na família, que o Brasil é um país miscigenado, ou seja, formado pela soma de descendentes de africanos, asiáticos, europeus e indígenas. Mas, ocorre que, embora esse pensamento possa ser verdadeiro, tal afirmação não invalida outra verdade: dessa “mistura”, as pessoas que saem com a pele mais escura estão fadadas a viver à margem da sociedade, em situações desiguais, inquietação endossada por meio dos institutos de pesquisas estatísticas, como o Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em suas pesquisas nos fazem entender que quanto mais escura for a cor da pele e menores forem os traços europeus, maior será o preconceito, a discriminação e o racismo.

Importante salientar que as pesquisas sobre afrodescendência não ocorrem sem embasamentos teóricos, como pensam alguns defensores da miscigenação como Fry (2005), Maggie (2006), Kaufmann (2007), Magnoli (2009). “Como se diz (na África), cada partido ou nação ‘enxerga o meio-dia da porta da sua casa’ – através do prisma das paixões, da mentalidade particular, dos interesses, ou ainda da avidez em justificar um ponto de vista.” (HAMPATÉ BÂ, 1982, p. 182).

Nesse aspecto é relevante e necessário que se pesquise sobre os afrodescendentes para que se compreendam os problemas estruturais que perpassam essa população, assim avalizados por Boakari,

As/os afrodescendentes continuam sendo centro das discussões no tocante aos temas de pobreza, marginalização, discriminações, ações afirmativas, cotas para ingressar na universidade e mercado de trabalho. Em tudo isto, não deveria se esquecer da democracia racial, a filosofia política que ainda constituísse o ideário deste país, chamado Brasil. Juntamente com as/os que não são visivelmente afrodescendentes, estes fazem do Brasil a sociedade pluri-racial e multi-étnica que já foi e continua sendo. (BOAKARI, 2008, p. 25-26).

Concordando com o autor, ao investigar as situações singulares vivenciadas pelos afrodescendentes, esta pesquisa não parte do desconhecido, muito menos do imaginativo, apesar do diálogo ter que ser feito diretamente nesse campo, no qual estão guardados os conhecimentos estereotipados que dificultam a compreensão positiva quando o assunto é a população afrodescendente.

Nesse sentido, tal mistura (miscigenação) não dilui a discriminação, o preconceito e o racismo. Nessa “verdade” pode haver uma mistura que não permite a homogeneidade, ou seja, igualdade de acesso dos afrodescendentes nos mais diversos espaços sociais, configurando-se, assim, que não existe equilíbrio entre afrodescendentes e índios. As palavras negro e/ou preto carrega(m) o estigma que permeia a linguagem, o pensamento e, algumas vezes, tem se manifestado de forma até inconsciente.

Infelizmente, na sociedade brasileira, os afrodescendentes, por muitas vezes, são caracterizados como sendo inferiores, delinquentes, perversos, desonestos, tolos, sujos, irresponsáveis, preguiçosos, incapazes. Todas essas inverdades são carregadas na semântica das palavras negro/preto, que, da mesma forma, são reproduzidas com valor referencial e emocional como: “o dia está negro”, “ele é um negro de alma branca”, “a situação está preta”, “isso é trabalho para negro”, “o diabo não é tão preto como se pinta”, “a fome é negra”, ou seja, adjetivações negativas.

Outras formas permeiam o vocabulário preconceituoso como: “câmbio negro”, “mercado negro”, “lista negra”, “magia negra”, “ovelha negra”, “nuvem negra”, “mancha negra”, “lado negro”, descrevem um pouco das metáforas que fazem parte do sistema conceitual, fazendo com que o falante incorpore e passe a considerar seus valores preconceituosos relacionados à população afrodescendente.

Essas discussão já existem em obras como **Pele negra, máscaras brancas**, obra clássica contra o racismo e o colonialismo, de Franz Fanon que discute para além da relação entre negros e brancos, desde a era da escravidão até a data atual. Esboça a relação que existe entre as pessoas de outras raças e os brancos, buscando desmistificar o fator de dependência criado nas pessoas colonizadas no país e ao redor do mundo. Embora Fanon (2008) alerte sobre a necessidade de se questionar as duas metanarrativas, ou seja, a narrativa contida dentro de outra narrativa de branquitude ou de negritude, que produzem o branco fechado na sua brancura e o negro fechado na sua negrura. Para problematizar as metanarrativas, é necessário um posicionamento teórico-metodológico que compreenda o racismo.

Santos (2004) defende a ideia de que todo conhecimento é, na verdade, um autoconhecimento. Com isso, “para entender como tais construções ocorrem, o caminho

lógico é examinar a linguagem, na medida em que é através dela que criamos e vivenciamos os significados.” (GORDON, 2008, p. 15). Para Cunha Jr. (2003), os povos africanos foram os que mais contribuíram com o desenvolvimento técnico e social do Brasil, e mesmo assim é incômoda a necessidade da discussão que trata da população afrodescendente.

Os estigmas e os estereótipos constituídos historicamente pela maioria dos brasileiros fazem emergir a urgência de inversão desses falsos valores, sendo umas das múltiplas estratégias necessárias para o desmonte de linguagens, das ações e dos pensamentos racistas. Com isso, explicar sobre a escolha por usar a categoria afrodescendente e não negro/preto, não é uma tarefa fácil, mas extremamente necessária, por fazer parte de mais uma estratégia de desmonte ao racismo imposto a essa população. Nessa complexa e controversa questão, Stuart Hall aponta:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder [...]. (HALL, 2003, p. 109).

Uma dessas modalidades é referida por Cunha Jr. (2005, p. 1), ao dizer sobre os limites reducionistas do marxismo clássico:

A história social pela tramas do marxismo não conseguiu dar notoriedade à especificidade dos africanos e dos afrodescendentes. Entretanto, esta base teórica do marxismo clássico possibilitou entendermos que a essência do trabalho histórico no Brasil é negra, dado os significados aparatos ideológicos e coercitivos realizados pelas classes dominantes no exercício das imposições de classe. No Brasil, o escravo é à base do pré-capitalismo e o trabalho capitalista é sintetizado pela a situação de exploração dos descendentes de escravizados. A vida social não se explica apenas pelas oposições do trabalho ao capital. Fica explícita a necessidade de uma ampliação que nos explique os inter-relações entre a cultura a história social, sobre tudo que leve em conta a base cultural africana.

Para o mesmo autor “a dificuldade deste reconhecimento é em virtude da forma caricatural e reduzida com que somos incluídos nessas versões da cultura e na história nacionais.” (CUNHA JR., 2005, p.254). Endossa a escolha do uso do termo afrodescendente em detrimento a afro-brasileiro, ao dizer que “a razão desta preferência é que afro-brasileiro surge entre 1930 e 1940, em um período no qual os grupos de intelectuais brasileiros eram totalmente desinformados, para não dizer ignorantes, sobre a história africana”. Para o autor o uso dessa terminologia é importante pela necessidade da associação do passado africano à história do Brasil.

Ampliando essa perspectiva, o termo afrodescendente passou a ser adotado oficialmente depois da conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre racismo e xenofobia, realizada em Durban, na África do Sul, no ano de 2001 (DECLARAÇÃO..., 2012). Além do resgate das africanidades, nessa nomenclatura, outro ponto foi considerado: alguns países africanos de língua portuguesa, e outros americanos de línguas espanhola e inglesa debateram que o termo “negro/preto” era entendido com sentido “pejorativo” e, na maioria das vezes, utilizado pelos “brancos” com sentido ofensivo.

Boakari (2011), Cunha Jr (1996), Silva, E. (2012) e Silva, F. (2011) defendem que o termo afrodescendente é praticamente a mesma palavra, seja em português, espanhol, inglês ou francês, portanto, é “universal” e uniu o africano e outros grupos que se distanciaram em função da diáspora. Da mesma forma, ajudou a acabar com qualquer possibilidade de “tonalização” e ameniza a confusão no uso dos termos negro e preto com sentido pejorativo. Na atualidade, o termo afrodescendente passou a visualizar um grupo de origem ancestral africana (independente do fenótipo), e com relação à cultura negra, o termo passou a abranger tanto a cultura africana quanto a da diáspora.

Do ponto de vista histórico, Cunha Jr. (2005, p. 253) argumenta que o termo afrodescendente nasceu, sobretudo, em decorrência da falta de conhecimento e da necessidade de se relacionar o passado africano com a história do Brasil. Ele explica que a razão disso, era que afro-brasileiro, termo antes utilizado por intelectuais desinformados, enchiam de teorias racistas a cultura de base africana.

Para Risério (2007, p. 02), o conceito de “afrodescendente” não define a realidade brasileira; ao contrário, comprime e estreita a visão de um país diversificado, afunilando em uma direção precisa – a dominante. Para ele, afrodescendente secundariza o ser brasileiro, ou seja, as pessoas quando se definem afrodescendentes, imaginam-se primeiro descendentes de africanos, só depois se veem como brasileiros. Para o autor, o uso do termo afrodescendência traz o seguinte sentido:

Que se vê, se sente e se percebe, em primeiro lugar, como um descendente de africanos. E só então, secundariamente, como brasileiro. Ao Brasil caberia, nesse quadro, um lugar identitário subordinado. Teríamos, assim, o ser brasileiro como mero complemento ou apêndice do ser africano – e de um ser africano mítico, não é preciso dizer. Bem, é possível que o tal indivíduo acredite piamente no que diz. É a ideologia, não é a fé, que move montanhas. Mas é evidente que estamos diante de uma fantasia. (RISÉRIO, 2007, p. 35).

Boakari (2010) contribui com essa discussão ao dizer que esse termo negro/preto traz em si uma carga ideológica, ou seja, uma bagagem cultural negativa que ratifica e reforça os preconceitos. O autor justifica que ao escolher trabalhar com o termo afrodescendente, associa a uma categoria social de cunho político. Assim, “africanizado com suas histórias de lutas, resistência, resiliência, perspicácia e consistência.” (BOAKARI, 2010, p. 5).

Dentro de toda essa complexidade que se encontram os estudos com afrodescendentes, não se pode responder “quem somos nós?” apenas pela via terminológica da palavra. “Contudo, podemos afirmar que no cotidiano brasileiro e nas páginas policiais, entre os desempregados, subempregados e trabalhadores menos qualificados, encontram-se os maiores contingentes de afrodescendentes.” (BOAKARI, 2010, p. 7). Dessa forma, a interrogativa ressoa novamente, por que somos a maioria nesses espaços?

Estudos que envolvem questões relacionadas aos afrodescendentes, em particular de mulheres afrodescendentes, na Universidade Federal do Piauí, são bastante tímidos diante dos múltiplos programas de pós-graduação que poderiam abordar a temática. Essa realidade reafirma a invisibilidade histórica e política que insiste em esconder uma realidade de opressão e racismo vivenciados pelos afrodescendentes.

Essa realidade se fez latente durante todo processo de construção deste estudo. Bem no início do curso de mestrado, que finda com esta pesquisa, uma colega do programa de pós-graduação fez a seguinte afirmativa: “agora todo mundo quer ser negro, para poder ter acesso aos programas de cotas nas universidades. A minha filha mesmo não entrou na universidade porque lá tinha cotas, eu acho isso um absurdo”. Nesse discurso, é evidente, diante das discriminações históricas sofridas pelos afrodescendentes, que não basta, apesar de muito importante, somente constituir políticas de acesso dos afrodescendentes aos mais diversos espaços da sociedade, tampouco garantir seus direitos.

Erradicar e promover são verbos muito usados em políticas de ações afirmativas, mas devem ter seus sentidos extrapolados a ponto de provocar uma mudança de olhar, que reconheça as contribuições dadas pelos afrodescendentes, desconstruindo, assim, o discurso legitimado pelos pós-colonizadores.

Outro sentimento gerado por essa fala é o de estranheza pela imputação da não compreensão de que as vagas em universidades públicas pertencem a outros grupos e foram “usurpadas” pelos afrodescendentes. Demonstra explicitamente a indiferença quanto ao processo de discriminação racial a que foram submetidos os afrodescendentes em relação ao direito à educação, ao mesmo tempo em que transparece o mito da democracia racial: se há igualdade no direito de concorrer, que vença o que tiver mais mérito. Contrapondo essa

falácia, é importante refletir com Dallari (2005 apud LEWANDOWSKI, 2012, p. 6), quando mostra outro olhar para a concepção da definição de direitos iguais:

O que não se admite é a desigualdade no ponto de partida, que **assegura tudo a alguns**, desde a melhor condição econômica até o melhor **preparo intelectual**, negando tudo a outros, mantendo os primeiros em situação de privilégio, mesmo que sejam socialmente inúteis ou negativos. (grifo meu).

Para tratar da igualdade de acesso para a população afrodescendente, não há como esquecer sua história, o legado criminoso deixado por ela. Munanga (2003) expõe que mesmo a ciência biológica afirmando a indivisibilidade do conceito de raça para explicar a diversidade humana, sem nenhuma possibilidade de haver raças superiores e inferiores, o preconceito existe e é propagado diuturnamente, sendo os afrodescendentes os mais atingidos pela discriminação, por sua cor de pele, por sua classe social, e, em sua maior parte, encontra-se em situações de desfavorecimento.

Apesar da contextualização, é importante a separação entre raça e racismo. O racismo persiste como fenômeno social, estrutural e assim deve ser considerado em qualquer investigação sobre os afrodescendentes. Para entender o termo raça, é preciso atenção às maneiras distintas de seu uso, seja nas suas formas conceitual ou linguística.

Literalmente, raça se refere a um agrupamento linguístico e agregados somáticos de pessoas. Mesmo na efervescência de discussões, Ramos (1937) dizia que o assunto do afrodescendente no Brasil não é moda, é assunto permanente, porque não foi resolvido. Mesmo tal afirmação tendo sido feita há 95 anos, persistem os questionamentos quanto à necessidade de discussão da questão racial, como se a temática já tivesse se esgotado em todos os seus aspectos.

A discriminação, o preconceito e o racismo acontecem de diversas formas. Contudo, existe uma dificuldade de conceituar o racismo. Brodeur (1997 apud CARVALHO, 2008, p. 17) o categoriza como: “adoção de comportamento”, que se baseia em crenças sobre as características raciais e étnicas de um grupo; “doutrina de superioridade”, que consiste na supervalorização da raça humana e a atribuição de animalidade das outras raças; “fixação fanática a respeito da própria identidade”, podendo ser aqui representada pela purificação étnica pregada por Hitler. Há, ainda, o “racismo sistêmico”, no qual se estabelecem normas e práticas sociais, segregando outros grupos raciais ou étnicos. Para isso, todas as estratégias que anseiam a diminuição do racismo no Brasil são válidas.

No Brasil, desde setembro de 1996, circula mensalmente nas bancas a revista **Raça Brasil**, que em seu primeiro número traz editorial no qual afirma que a publicação nasceu

para dar ao leitor o orgulho de ser afrodescendente, propondo falar dos problemas dos leitores e apresentar soluções, discutir a identidade, resgatar a herança cultural afrodescendente, desconstruir o preconceito e, principalmente, afirmar suas qualidades e suas virtudes.

Com essa iniciativa, a revista vem revertendo valores pejorativos atribuídos aos afrodescendentes, tais como preguiçosos, erotizados e com pouca competência. Com as matérias “10 mulheres bem-sucedidas”, “Em busca das próprias raízes” e “Beija o meu pano de chão”, a título de exemplo, mostra afrodescendentes bem-sucedidos.

Uma dissertação, uma música, um filme, um quadro, a desconstrução do próprio vocabulário, são inúmeras as formas de desconstruir e de reconstruir a imagem da população afrodescendente. Várias são as estratégias que podem contribuir para a mobilidade social educacional ascendente dos afrodescendentes, em outras palavras, para que os afrodescendentes alcancem os espaços sociais mais valorizados pela sociedade é necessário mais que uma trajetória educacional regular, pois nesses espaços há o perigo de ser reproduzida apenas uma única história.

Outro dado importante, a ser considerado na busca pela compreensão da realidade dos afrodescendentes, é a conciliação entre trabalho, estudo e maternidade. Assim, para as mulheres essa realidade se acentua pela tripla jornada casa/trabalho/educação. Com isso, habilidades específicas são desenvolvidas para quebrar a barreira social que legitimou alguns espaços subvalorizados como sendo de seu pertencimento natural.

Assim sendo, todos os recursos pessoais e coletivos podem ser utilizados como meios que possibilitem a reparação histórica em todas as áreas da sociedade. Para isso, estudos da Educação, da Psicologia, da Antropologia, da Sociologia devem favorecer para um melhor entendimento dessa temática. Dentro dessa perspectiva, Santos (2003, p. 56) afirma:

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

A manifestação da diferença é apresentada de várias formas. Para Boakari (2007) ser diferente nos proporciona diversidade e riqueza na convivência entre nós, raça humana e sujeitos culturais.

Se esta pesquisa apresentasse todas as declarações racistas como, por exemplo, “o afrodescendente não vira doutor porque não quer”, ou seja, voltando à metanarrativa, o sentido atribuído ao afrodescendente é de preguiçoso. Essas informações vivenciadas no cotidiano dariam importante contribuição sobre as “concepções” acerca dos estudos sobre

afrodescendência. No entanto, essa conclusão remete a outras explicações importantes, à necessidade de autoafirmação positiva de sua identidade pela população afrodescendente.

Segundo Bauman (2005, p. 19), “[...] As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”.

De acordo com esse autor, a forma como uma pessoa se percebe tem influências nas interações sociais vivenciadas por ela. Essa reflexão leva ao questionamento: Quem constrói a identidade dos afrodescendentes no Brasil? Para Castells (1999), é um papel social que o sujeito assume a partir de normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, como a profissão e a religião. A identidade, para ele, “constitui fontes de significados para os próprios atores sociais, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação.” (CASTELLS, 1999, p. 23).

Gomes (2005) afirma que a identidade é permeada de complexidade e usos diversos quando somados a ela adjetivos como social, afrodescendente, mulher com nível superior, entre outros. A mesma autora esclarece que:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indicam traços sociais que se expressam através de práticas lingüísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES, 2005, p. 41).

A identidade do afrodescendente não é algo predefinido, unificado e construído desde o nascimento. É determinado historicamente e não biologicamente, e por isso os estudos sobre afrodescendentes realizados por Silva, F. (2011), Silva, E. (2012) e Sousa (2012) contribuem para a reconstrução dessa história. Suas pesquisas, em diversos campos de saberes, como na arte, na comunidade local e nos movimentos sociais, tornam-se fundamentais no momento atual, pois este conhecer contribui para a trajetória bem-sucedida de afrodescendentes, como afirma Castells (1999, p. 23):

[...] a construção das identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.

Nas dissertações de mestrado citadas acima, há um avanço significativo para os questionamentos e as discussões sobre os afrodescendentes nas mais diversas perspectivas,

conforme sugere Castells (1999). Essas discussões vêm concorrendo para a abordagem da questão racial na academia não só do ponto de vista dos pensadores, mas a partir das narrativas dos afrodescendentes. Todos esses levantamentos foram balizados sobre as linhas tênues que separam os saberes produzidos dentro e fora da escola que, na visão de Gomes (2010, p. 64),

Entendemos educação escolar como um processo de aquisição de conhecimentos com o objetivo de formar cidadãos por intermédio da valorização do saber já elaborado e todas as variáveis apresentadas pelos indivíduos do seu contexto vivido, ou seja, sua classe social, seu gênero, sua etnia e seus valores culturais. O termo cultura é entendido como um conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos e costumes que distinguem um grupo social.

É nessa perspectiva de educação que se dá a contribuição dessas produções nas discussões relacionadas às questões dos afrodescendentes, já que, historicamente, sua identidade foi construída por uma elite dominante, possuidora do poder e do saber, pois a maioria das virtudes, competências e habilidades dos afrodescendentes não estão registradas na história oficial. Atualmente resume-se à feijoada, à capoeira, ao samba.

Nós, afrodescendentes, acabamos sofrendo um processo de exclusão e de estigmatização pela falta de valorização e de reconhecimento, que interferem diretamente na identificação de quem somos.

[...] a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Num dos polos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiverem negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam [...]. (BAUMAN, 2005, p. 14).

A intenção, portanto, é de perceber que afrodescendentes, mesmo sendo silenciados pela sociedade, tiveram participação no processo de desenvolvimento do Brasil, porém não se apropriam desses espaços por eles constituídos, não se encontram representados. Segundo Pollak (1989), é o retrato de uma “memória subterrânea” e silenciada pela memória instituída como oficial. Nesse sentido, qualquer estudo que busque investigar a mobilidade ascendente dos afrodescendentes, seja nas organizações, no contexto escolar, na mídia, dentre outros,

pode compreender que a identidade distorcida associada ao afrodescendente é uma barreira para qualquer movimento ascendente por ele idealizado.

A discriminação, o preconceito e o racismo no Brasil não são pontuais, acontecem no cotidiano. Podemos perceber em visitas aos *shoppings centers*, onde nas lojas, em especial nas mais sofisticadas, os afrodescendentes não estão sequer como vendedores. Nos restaurantes, eles não estão servindo, porém podem ser encontrados nas cozinhas. As mulheres afrodescendentes não são mais amas de leite, são babás; não são mais cozinheiras da casa grande, são domésticas; não são mais objetos de satisfação sexual, são “mulatas do carnaval”.

Na sociedade racista, como afirma Silva, E. (2012), percebe-se a existência de um incômodo em se ter contato direto com os afrodescendentes. Esse pensamento vai ao encontro com as reflexões de Bauman, que diz:

Quanto mais as pessoas permanecem num ambiente uniforme – na companhia de outras “como elas” com as quais podem ter superficialmente uma “vida social” praticamente sem correrem o risco da incompreensão e sem enfrentarem a perturbadora necessidade de traduzir diferentes universos de significado –, mais é provável que “desaprendam” a arte de negociar significados compartilhados e um *modus operandi* agradável. Uma vez que esqueceram ou não se preocuparam em adquirir as habilidades para uma vida satisfatória em meio à diferença, não é de esperar que os indivíduos que buscam e praticam a terapia da fuga encarem com horror cada vez maior a perspectiva de se confrontarem cara a cara com estranhos. Estes tendem a parecer mais e mais assustadores à medida que se tornam cada vez mais exóticos, desconhecidos e incompreensíveis, e conforme o diálogo e a interação que poderiam acabar assimilando sua alteridade ao mundo de alguém se desvanecem, ou sequer conseguem ter início. A tendência a um ambiente homogêneo, territorialmente isolado, pode ser deflagrada pela mixofobia. Mas praticar a separação territorial é colete salva-vidas e o abastecedor da mixofobia; e se torna gradualmente seu principal reforço [...] A “fusão” exigida pela compreensão mútua só pode resultar da experiência compartilhada. E compartilhar a experiência é inconcebível sem um **espaço comum**. (BAUMAN, 1999 apud LEWANDOWSKY, 2012, p. 94-97, grifo meu).

Dentre os mais variados discursos atribuídos à questão dos afrodescendentes no Brasil, o ponto convergente entre todos os que ecoam histórias, estratégias, pensamentos da realidade dos descendentes de africanos, é a mudança construída a partir da presença do afrodescendente nos espaços comuns.

Nessa ótica, os discursos que estão atrelados aos processos de tentativas de barrar o acesso aos espaços comuns na sociedade não contribuem para minimizar as diferenças étnicas

e culturais do país, pelo contrário, favorecem a segregação cor/raça percebida empiricamente nesses espaços. É importante perceber que o racismo pela cor da pele, no Brasil, é tão violento como qualquer outro sistema de segregação racial.

Nesse cenário, as mulheres afrodescendentes brasileiras se apresentam com desvantagens maiores. Schumacher (2007) afirma que aproximadamente quatro milhões de homens e de mulheres foram traficados, de forma criminosa, da África para o Brasil, para atividades na lavoura, na pecuária, na extração mineral e vegetal entre os séculos XVI e XIX. Uma realidade do passado que está ligada diretamente ao contexto social atual, situação de discriminação, de preconceito e de racismo.

Como retrato dessa realidade, há dados que englobam diferentes aspectos vivenciados pelos afrodescendentes. Pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SP (SEADE), realizada em 2006, aponta que os afrodescendentes correspondem à maior parte das vítimas de homicídios. Já na saúde, o racismo se manifesta nas formas de tratamento e de dificuldades de acesso, produzindo os seguintes fatores: mortalidade materna e infantil; doenças crônico-degenerativas: hipertensão e diabetes melito (deficiência de insulina); doenças cardiovasculares; doenças mentais (depressão, alcoolismo); desnutrição (criança, gestante, idoso); DST/Aids (mortalidade de mulheres negras). Em todas essas situações, o racismo está presente na dimensão subjetiva da doença.

O preconceito contra a mulher afrodescendente vem principalmente da opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento da história dessa mulher, descendente de africanos que foram escravizados e segregados da sociedade. Da mesma forma se apresenta no pré-julgamento de sua competência cognitiva, sem base científica e empírica. Já a discriminação é mais visível, pois separa, distingue e estabelece diferenças entre a mulher afrodescendente e a não afrodescendente. A “diferença desempenha o papel fundamental de ser alicerce e referência na construção das diversas individualidades que se apoiam nas múltiplas identidades que todo indivíduo possui.” (BOAKARI, 2007, p. 02)..”

Como exemplos dessa discriminação, há a supervalorização do padrão estético estabelecido pela ótica europeia e a desvalorização da aparência física da mulher afrodescendente, promovendo, implicitamente, separação e segregação dessa mulher aos espaços da sociedade, fortalecendo a falsa crença que existem raças “superiores” e “inferiores”, elemento fundamental do racismo, o qual a ciência já comprovou que não existe, ou seja, é uma construção social. Florestan Fernandes ratifica esse pensamento, ao dizer:

Sem a ideia de que o “negro” seria “inferior” e necessariamente “subordinado” ao “branco”, a escravidão não seria possível num país cristão. Tomaram-se estas noções para dar fundamento à escravidão e para alimentar outra racionalização corrente, segundo a qual o próprio negro seria “beneficiado” pela escravidão, mas sem aceitar-se a moral da relação que estabelecia entre o senhor e o escravo. Por isso, surgiu no Brasil uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito de ter preconceito. (FERNANDES, 1978, p. 68).

Partindo do ponto que as mulheres afrodescendentes pertencem ao grupo historicamente marginalizado, a partir de um processo aqui chamado de resiliência, essas mulheres podem sair do lugar legitimado como seu e ir para outra posição, não mais passiva, mas de combatividade. Para isso, as histórias das mulheres afrodescendentes são as fontes mais genuínas de conhecimento sobre elas mesmas.

Notadamente, a partir dos anos 1970 e com mais intensidade nos anos 1980, as mulheres começam a manifestar seu pensamento de forma mais sistemática, através da produção de trabalhos acadêmicos e de documentos como subsídios na elaboração de instrumentos legais para a garantia dos seus direitos.

Isso denota fortalecimento do seu papel na sociedade, frente a séculos de tentativas de dissolução de sua identidade. Nesse novo cenário, no qual transita, é construído novo imaginário a respeito da mulher afrodescendente, cada vez mais associado ao seu poder de superação e não mais somente à falta de poder, à sujeição ou ao insucesso.

A realidade das mulheres afrodescendentes no Brasil é marcada pela necessidade de superação do racismo transmitido pelo processo de socialização nos meios de comunicação, nas relações hegemônicas existentes na sociedade. Por isso, entrar em contato com a literatura que contempla questões envoltas à mulher afrodescendente é um grande desafio, pela escassez de produções existentes e pela complexidade que a referida temática exige.

No Brasil, ser mulher significa estar inserida em um ciclo de marginalização e de discriminação social. Isso é resultado de todo um contexto histórico, que precisa ser analisado na busca de compreensão para antigos estigmas e dogmas. É algo muito difícil, a ascensão social da mulher afrodescendente, são muitos obstáculos a serem superados. Portanto, as diferenças sociais que atingem os afrodescendentes, no Brasil, como o acesso à saúde, à educação, a melhores rendimentos atingem mais as mulheres, conforme discussão dos indicadores sociais em outra seção deste trabalho.

Apesar de todas as conquistas alcançadas, é necessária a observância de como, na prática, essa mulher afrodescendente está sendo inserida na sociedade, e esse processo tem sua construção basilar na educação, como explicam Abramovay e Castro:

A inserção da história da África e do povo negro nos currículos escolares é um avanço, mas há que cuidar que África, que negro aí se retrata, e como as mulheres negras e suas reivindicações são representadas. Haveria, portanto, para fazer frente a tal desafio, por uma educação anti-racista e *anti-sexista*, contribuir para que a escola mais se abrisse ao conhecimento dos movimentos sociais, como o das mulheres negras. **Quando racismo e sexismo se conjugam, as consequências nefastas se multiplicam.** (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006, p. 36, grifo meu).

A partir dessas reflexões, vários estudos sobre desigualdades raciais e mobilidade social surgem para ajudar a entender essa realidade. A mobilidade social é estudada a partir das mudanças estruturais que ocorrem na vida dos afrodescendentes. Os estudos têm destacado o aumento dessa população na educação em todos os níveis de ensino e nos mais diversos espaços profissionais. Entretanto, a mobilidade não se refere apenas às oportunidades ocupacionais, refere-se às condições individuais como idade, profissão ou ocupação, origem social e nível educacional (FIGUEIREDO, 2002).

2.2 Dados estatísticos da realidade dos afrodescendentes no Brasil

Esta subseção traz exemplos de barreiras estruturais que homens e mulheres afrodescendentes precisam ultrapassar para conquistarem sucesso pessoal, educacional e profissional. Ao longo do processo histórico, político, social e cultural, a sociedade brasileira construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre afrodescendentes, brancos e índios. Todo esse discurso desvia o olhar da população brasileira das atrocidades cometidas, sobretudo contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes.

O Brasil foi o país a escravizar o maior número de africanos e foi o último país do mundo a “abolir” a escravidão, em 1888, o que não impediu que se continuasse a exercê-la, daquela época aos dias atuais, através de novas configurações de escravidão. Quando se ouve falar em trabalho escravo, em alguma região do país, empiricamente constata-se que a maioria é composta por afrodescendentes. Apesar desses dados, entre 1900 e 1950, o Brasil cultivou, com sucesso, uma imagem de si mesmo como a primeira democracia racial do mundo, sendo a convivência entre brancos e negros, descrita como harmoniosa e igualitária (FERREIRA, 2004).

No início desse período, após acaloradas discussões entre os estudiosos da época, sobre a situação dos afrodescendentes no Brasil pós-abolição da escravatura, considerava-se o afrodescendente como um “cidadão livre”, favorecendo assim o mito da democracia racial.

Sua ruptura teve como ponto de partida a aprovação, em 1951, da Lei Afonso Arinos que define como crime a discriminação racial contra qualquer indivíduo, o que gera o seguinte questionamento: por que criar uma lei que pune a discriminação racial em um país em que se diz haver democracia racial?

Mesmo sendo o país da “democracia racial”, e mesmo não tendo instituído uma política de segregação racial legal e formal, quando se tem acesso aos indicadores sociais que mapeiam essa realidade, a situação é outra, permanecem as relações pautadas no trabalho escravo, na subordinação do outro. Como exemplo, a desvalorização do trabalho de milhões de empregadas domésticas.

Todo discurso, todas as interpretações, as análises de narrativas podem ser contestadas. Entretanto, quando verificados os indicadores sociais que demonstram a realidade dessa população, ano após ano, fica difícil refutar as distinções e as desigualdades raciais contundentes que são reafirmadas censo após censo, e que orientam na compreensão dos espaços sociais que os afrodescendentes têm ocupado na sociedade.

Mesmo que um grupo de brasileiros discursasse, exaustivamente, afirmando que o racismo não existe, como Kamel (2006), Magnoli (2007), Kaufmann (2007), ao longo de muitos anos a literatura protagoniza trabalhos que demonstram a presença e a persistência das desigualdades raciais, da situação subalterna dos homens e das mulheres descendentes de africanos na sociedade brasileira (FERNANDES, 1978; GUIMARÃES, 1999, 2002; HASENBALG; SILVA, 1988).

É importante esclarecer porque, nos Gráficos de 1 a 12, nos indicadores apresentados, pretos e pardos seguem sendo analisados conjuntamente. Paixão (2011), através do relatório das desigualdades sociais, expõe o motivo que o levou à unificação entre pretos e pardos, em suas pesquisas, que seria a real proximidade entre os fatores de natureza socioeconômica, ou seja, maior semelhança entre os indicadores dos pretos e dos pardos. Alguns exemplos estão descritos no boletim eletrônico do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER). O texto revela que, nos dados coletados, não se chega a um sentido único da realidade social dos dois grupos, contudo, em algumas situações fica difícil descrever qual grupo estaria em melhor ou pior situação, se os pretos ou se os pardos (PAIXÃO, 2008).

O autor revela que em alguns indicadores, os pretos estavam em melhor situação do que os pardos – população abaixo da linha de indigência, anos médios de estudos, razão de mortalidade por homicídios –, e em outros ocorria o contrário – renda média do trabalho, taxa de analfabetismo, esperança de vida ao nascer, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) –,

com os pardos em melhor situação, não se pode apontar unívoca posição dos pretos ou dos pardos entre si, mas distanciamento entre pretos e pardos e os indicadores sociais da população branca.

Assim, não justifica, mas explica, a necessidade de unificação, já que os dois grupos sofrem das mesmas questões de exclusões na sociedade. Contudo, os dados do IBGE não realizam este agrupamento e sim outros institutos de pesquisa que discutem questões econômicas e sociais, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e o LAESER. Com base em explicações como a de Paixão (2008), é possível fazer associações com o objetivo de demonstrar a realidade desse grupo populacional.

Essa análise realizada contradiz o debate sociológico brasileiro que, em teses apoiadas por autores como Kamel (2006), defende que a junção pode gerar crise e a riqueza da miscigenação se perderia nessa tentativa de transformar a sociedade em uma “nação bicolor”; para o autor, a autodeclaração racial não faria sentido, achar que alguém tem o direito de classificar as pessoas.

Contudo, quando se comparam os indicadores de ambos, pretos e pardos, em relação aos brancos, percebe-se que as distâncias são bem maiores. Naturalmente, a dimensão puramente estatística do problema não esgota todas as outras dimensões do debate em seu plano político e social. Assim, corroborando com o pensamento de Bento (2009)²:

Acredito que pretos e pardos precisem somar-se como negros, porque são tratados como tal pela sociedade, diz. ‘Em termos de estatísticas, os pardos ou mestiços vivem numa realidade que é muito mais próxima da dos negros. Entre eles há mais baixa escolaridade, alta taxa de desemprego, sub-emprego.

No entanto, é importante mencionar que nesta seção e na pesquisa foram selecionadas mulheres que se autodeclararam pretas ou pardas, sendo que, na discussão que segue, estes grupos foram analisados conjuntamente. Os indicadores sociais, desde quando começaram a ser medidos, colaboram para a compreensão das desigualdades sociais entre a população afrodescendente e outras.

Hoje, a população afrodescendente (pretos e pardos) representa a maior parte da população brasileira, contudo isso não reflete no acesso às condições necessárias para o seu desenvolvimento. As informações apresentadas praticamente falam por si. As desigualdades

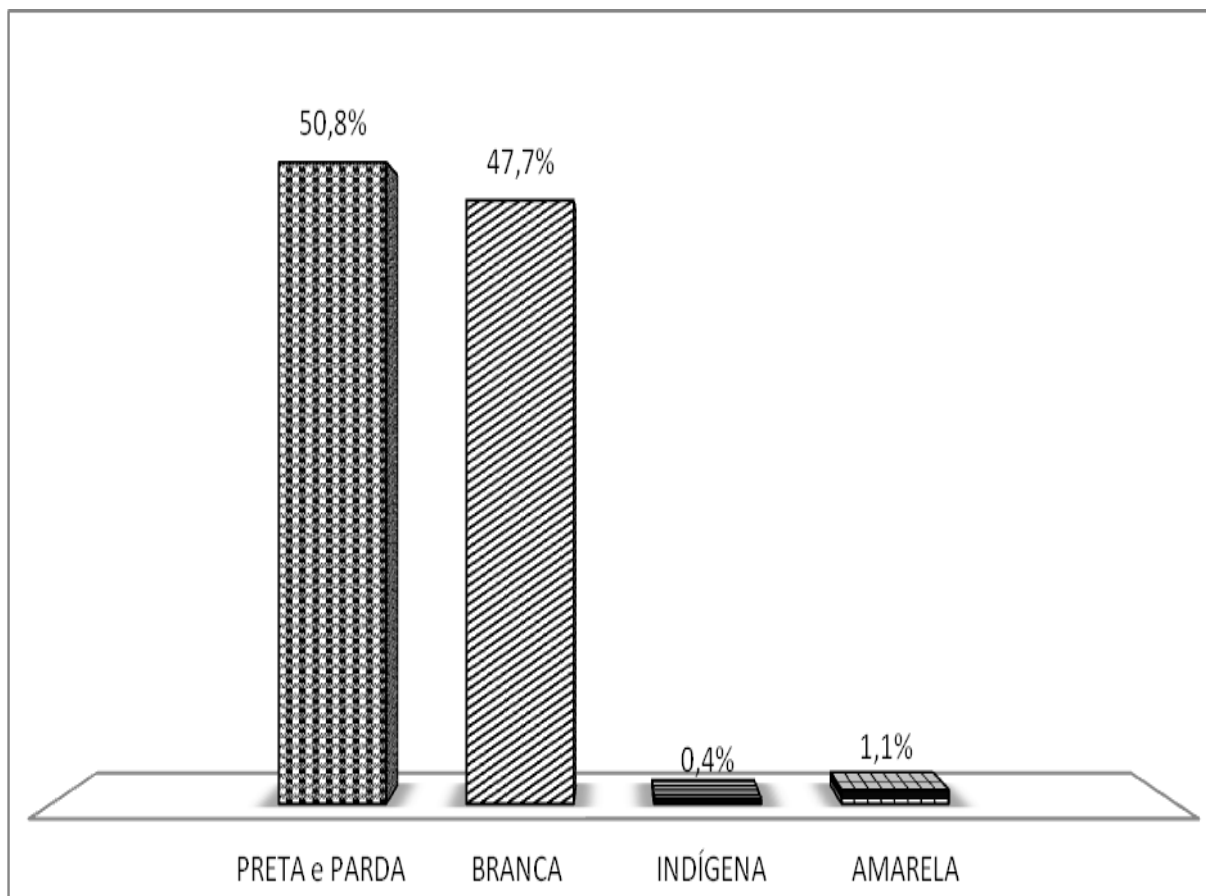
² Entrevista concedida por Maria Aparecida Silva Bento a Dayanne Mikewis e Joni Anderson à Revista Raça Brasil, n. 92. Ago/2009.

são profundas, apresentam-se em todas as etapas da vida dos afrodescendentes, contudo, acentuam-se no acesso à educação, na média dos rendimentos, no mercado de trabalho, refletindo dificuldade de acesso nas mais diversas áreas da vida.

Há, aqui, a ambição de que as informações e as análises sirvam de subsídio para reflexão profunda das barreiras, das adversidades, dos traumas, dos riscos a que estão submetidos os afrodescendentes, para que se possa entender quão importante é a construção de comportamentos resilientes para a superação e a ressignificação dessas barreiras, para conquista de sucesso educacional que conduzirá à bem-sucedida vida profissional.

2.2.1 População afrodescendente no Brasil

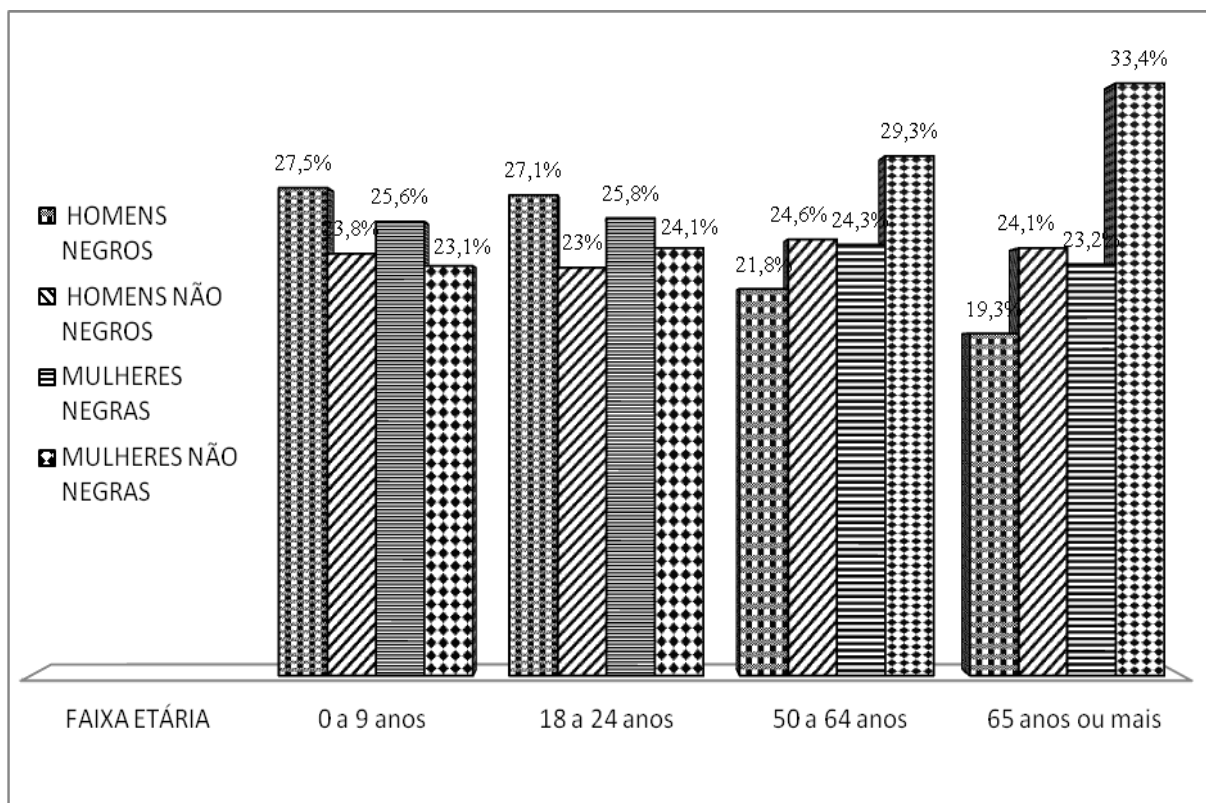
Gráfico 1 – População brasileira segundo cor/raça, 2010.



Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS, microdados SIM; IBGE, microdados PNAD, 2010.

Nota: População negra inclui pretos e pardos.

Gráfico 2 – Estimativa da população por faixa etária segundo critérios de cor/raça, Brasil 2010.



Fonte: Anuários das mulheres brasileiras, DIEESE, 2011.

Notas: 1. Homens negros inclui população de pretos e pardos.

2. Mulheres negras inclui população de pretas e pardas.

De acordo com o Gráfico 1, pretos e pardos são aproximadamente 97 milhões de pessoas, representando atualmente 50,7% da população brasileira, e são a maioria em 56,8% das cidades do país. Porém, os indicadores sociais produzidos pelo IBGE (2010), desde quando passaram a ser medidos regularmente, revelam situação de extrema desigualdade entre as populações afrodescendentes e não afrodescendentes, deixando evidente o contraponto demonstrativo de que o crescimento demográfico dessa população não foi acompanhado de melhoria proporcional em suas condições de vida.

A coleta dos dados é realizada através de autoatribuição, em que o censo pede às pessoas que se classifiquem dentro de uma das cinco categorias seguintes: branco, preto, pardo, indígena ou amarelo (oriental). Os estudiosos afirmam que o aumento da autodeclaração de pertencer à população afrodescendente vem acontecendo como resultado de ações dos movimentos sociais e de políticas públicas governamentais direcionadas a essa população, favorecendo, assim, o crescimento da autoestima, e levando os afrodescendentes a assumirem sua verdadeira identidade étnico-racial.

Para se explicar a distribuição da população brasileira, segundo critérios de cor/raça e faixa etária, é necessário fazer um diagnóstico da realidade apresentada por outros dados. Nos anos iniciais da vida, a proporção de afrodescendentes é maior se comparado ao grupo dos brancos, o que possivelmente é decorrência da maior taxa de fecundidade apresentada por mulheres afrodescendentes, tendo como uma de suas principais causas, a maior dificuldade de acesso dessas mulheres às políticas de planejamento familiar, que incluem o acesso a métodos contraceptivos.

Pesquisa divulgada pelo IPEA, em 2011, aponta que na taxa de fecundidade das adolescentes entre 15 e 19 anos houve uma variação maior entre brancas e negras nos anos analisados. Em 1999, a taxa de fecundidade das adolescentes negras era 38,9% maior do que das meninas brancas e, em 2009, essa diferença ampliou para 65%.

Na faixa etária seguinte (18 a 24 anos), ocorre aproximação entre os dois grupos, o que pode ser explicado por uma maior mortalidade dos negros nessa faixa etária, causada pelo fato de a população negra estar sujeita a maiores situações de risco, em virtude de piores condições socioeconômicas, que tem como consequência maior potencial de morte por causas externas, principalmente homicídio.

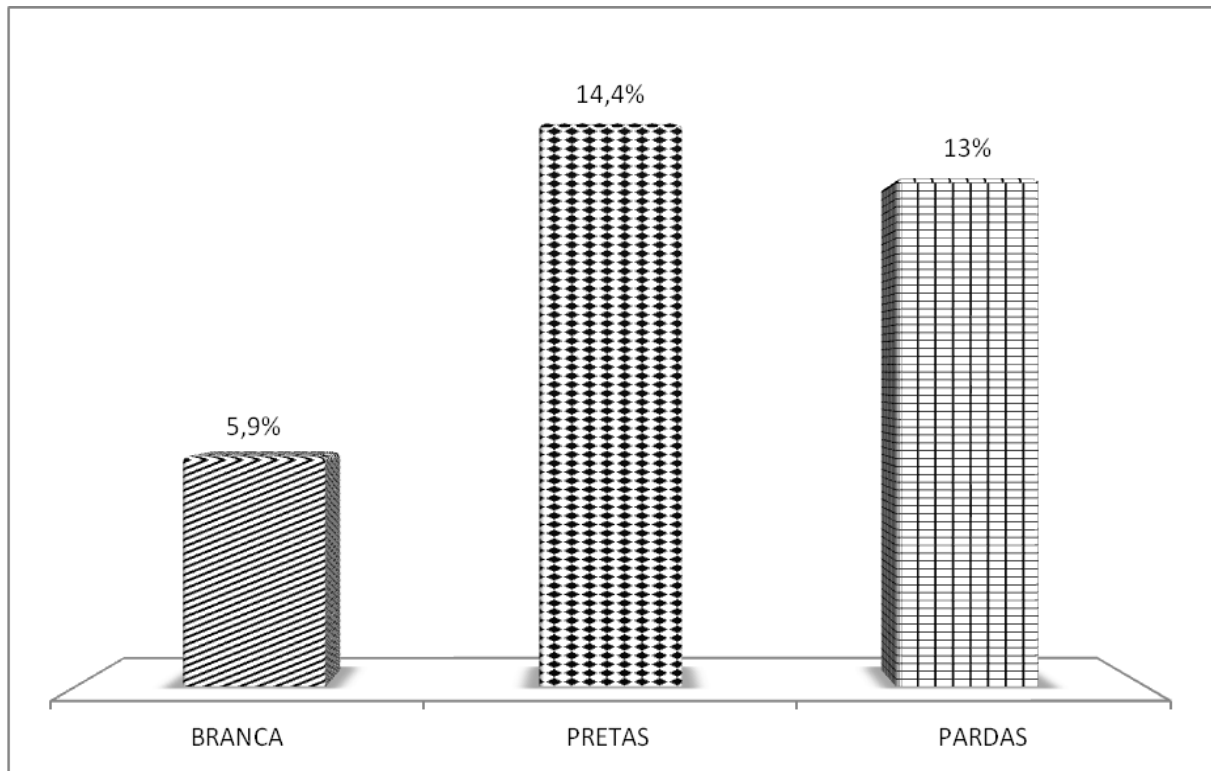
Nas demais faixas etárias, apresentadas no Gráfico 2, são evidentes uma inversão nos valores de participação dos grupos de brancos e de afrodescendentes. Esses resultados sofrem influência direta dos fatores apresentados na faixa etária anterior, mas têm como fonte condições desiguais de acesso ao sistema de saúde, público ou privado, quando relacionados à população negra e a não negra.

A falta de saneamento básico, característica presente em maior grau em locais que, em sua maioria, são habitados pela população negra, representa outra importante causa da diminuição da população afrodescendente nessa faixa etária, pois submetem seus habitantes a maiores riscos de contraírem doenças que podem levar às epidemias, podendo gerar grande número de vítimas.

2.2.2 Educação dos afrodescendentes

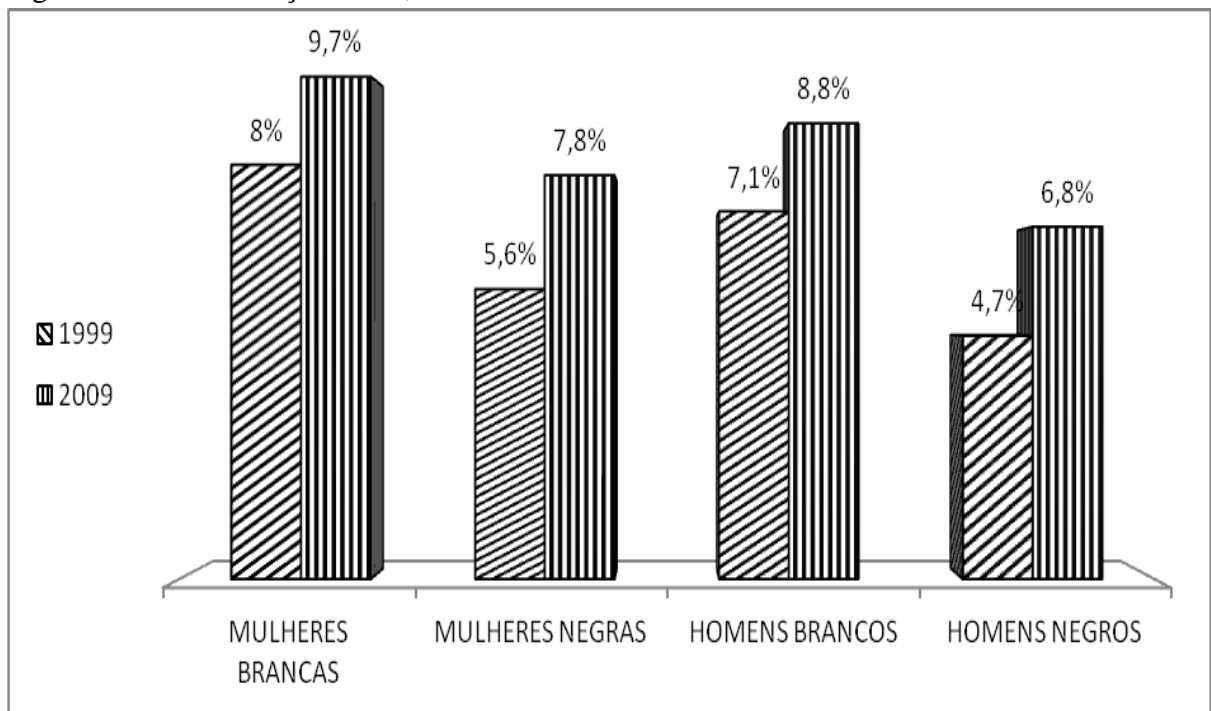
Afrodescendentes e brancos ainda não têm o mesmo acesso aos níveis de ensino no Brasil.

Gráfico 3 – Taxas de analfabetismo da população brasileira, segundo cor/raça, 2010



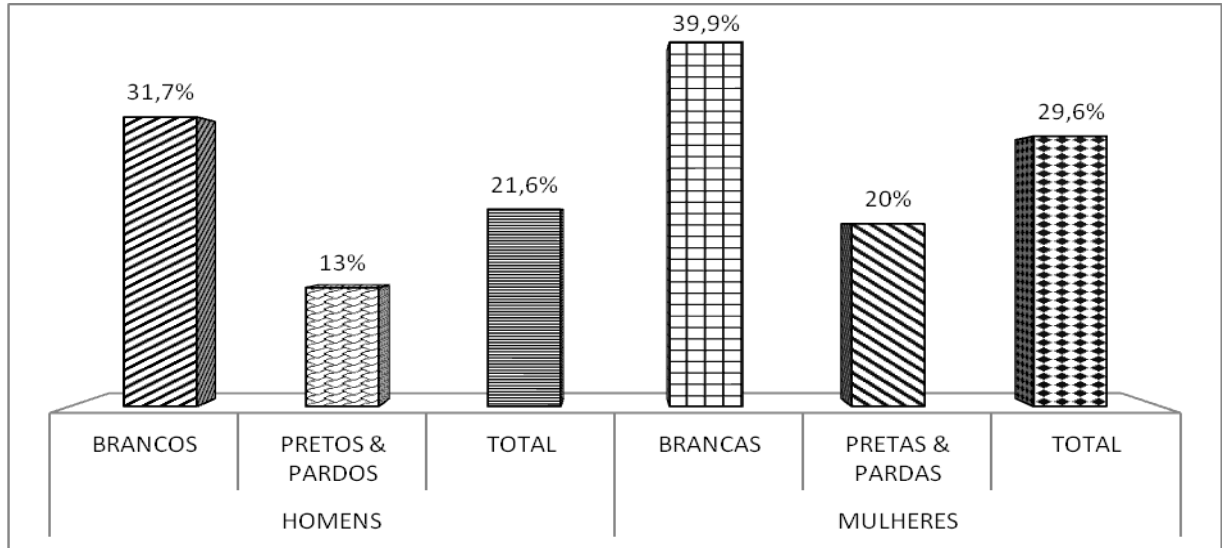
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Gráfico 4 – Média de anos de estudo da população ocupada com 16 ou mais anos de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 1999 e 2009.



Fonte: IPEA, Retrato das desigualdades de gênero e raça, 4ª ed. 2011.

Gráfico 5 – Taxa bruta de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) da população residente, segundo os grupos de cor/raça selecionados (brancos e pretos & pardos) e sexo, Brasil, 2008 (em % da população que frequentava o ensino superior dividido pela população entre 18 e 24 anos de idade).



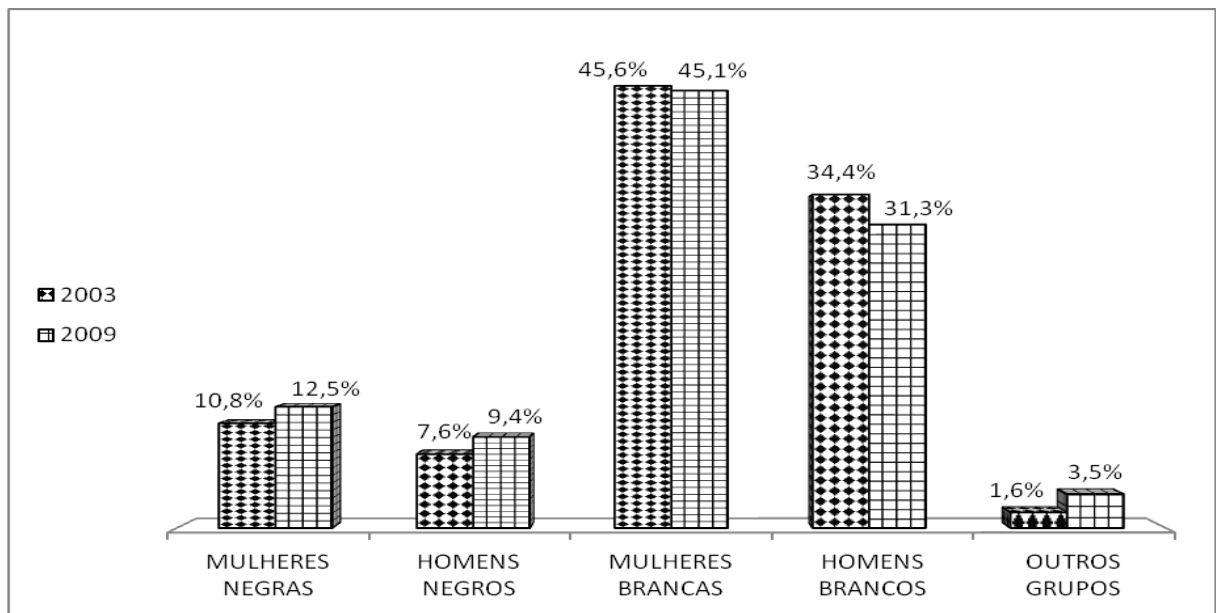
Fonte: IBGE, microdados PNAD, 2009.

Notas: 1. A população total inclui os indivíduos de cor/raça amarela, indígena e ignorada.

2. A população de homens negros inclui pretos e pardos.

3. A população de mulheres negras inclui pretas e pardas.

Gráfico 6 – População que frequentou pelo menos um ano de cursos de mestrado/doutorado, segundo Raça/Cor, Brasil, 1998/2007.



Fonte: IBGE, PNAD, 1998, 2007.

Notas: 1. Mulheres negras inclui a população de pretas e pardas

2. Homens negros inclui a população de pretos e pardos

Os Gráficos 3, 4, 5, e 6 acima, revelam que os afrodescendentes não possuem o mesmo acesso à educação no Brasil, mesmo sendo mais da metade da população (50,7%). A desigualdade se reflete desde os níveis mais básicos de educação. A proporção de analfabetos afrodescendentes é de 26,7% enquanto a proporção de brancos analfabetos é de 5,9%. O quantitativo de estudantes afrodescendentes entre 18 e 24 anos, que cursam ensino superior continua sendo bem menor que o de brancos na mesma faixa etária. A população que frequentou pelo menos um ano de cursos de mestrado/doutorado, segundo Raça/Cor, Brasil, 1998/2007 é desleal.

Cunha Jr. (2003), em seu artigo **A formação de pesquisadores negros**, faz uma análise primorosa sobre o número de pesquisadores afrodescendentes nos programas brasileiros de pós-graduação. Segundo o autor, o Brasil forma seis mil doutores por ano, menos de 1% é de negros e menos de 1% das teses investigam temas de interesse dos afrodescendentes. As reflexões produzidas por Cunha Jr. auxiliam na compreensão dos números apresentados nos Gráficos 3, 4, 5, e principalmente, os do Gráfico 6. Esse Gráfico revela que os programas de pós-graduação favorecem um perfil de candidato, no qual grande parte dos afrodescendentes não se inclui, assim criam barreiras, onde algumas delas são: o perfil estabelecido pelo programa não privilegia a realidade dos afrodescendentes, pois a maioria é chefe de família, sejam homens ou mulheres; grande parte estudou em curso de graduação noturno, o que não possibilitou participar de programas de iniciação científica e com isso produzirem artigos, capítulos de livros, publicarem trabalhos acadêmicos, dentre outros, que fazem parte das etapas de seleção dos programas de pós-graduação.

Cunha Jr. (2003, p. 3) acrescenta que as “Bancas de entrevista não conseguem superar a relação patroa-empregada das relações sociais cotidianas, tornando as entrevistas tensas e as pesquisadoras negras antipáticas”, e por fim há uma ignorância nas temáticas de interesse dos afrodescendentes. Contudo, essa realidade tem sido modificada pelas políticas de ações afirmativas e por leis que contribuem com a desmitificação do papel do afrodescendente na sociedade brasileira.

As diferenças de capital cultural entre afrodescendentes e outros grupos representam uma desvantagem para essa população, pois na maioria das seleções para mestrado e doutorado há exigência do domínio de uma ou mais línguas estrangeiras, e de uma boa capacidade dissertativa, o que para a maioria dos afrodescendentes representa uma realidade distante de seu alcance, em virtude das condições socioeconômicas e educacionais nas quais esta população está inserida.

Dentro da realidade que os Gráficos de 3 a 6, acima apontam esses fatores ajudam a justificar o ínfimo número de afrodescendente nos cursos de pós-graduação no Brasil, aonde se constitui mais um espaço preconceituoso, eurocêntrico, de dominação de um grupo (CUNHA JR. apud FELIPE; TERUYA, 2012).

Em consonância com a discussão produzida pelos dados, a educação dos afrodescendentes tem sido a maior forma de mobilidade social ascendente, tendo como uma de suas formas de atuação mais importante, a escolarização, que é direito previsto na Constituição de 1988. Conforme Gomes (2010 p. 04),

A educação, seja ela formal ou não formal, poderia ser um processo de aquisição de conhecimentos com o objetivo de formar cidadãos por intermédio da valorização do saber já elaborado dos indivíduos e todas as variáveis apresentadas por ele, do seu contexto vivido, ou seja, sua classe social, gênero, etnia e valores culturais. Poderia, também, contribuir para o desenvolvimento do país, combatendo as desigualdades sociais geradas pela discriminação das minorias sociais.

A reflexão produzida pela autora é um anseio de todos que têm a educação como um mecanismo de transformação social, e não somente de formação profissional. Essa visão distorcida do modelo educacional atual, pouco colabora, para que as desigualdades sociais, a discriminação, sejam eliminadas. Essa é uma realidade reproduzida há várias décadas na sociedade.

Hasenbalg (1988) já apontava a existência de um ciclo de desvantagens em todas as etapas do processo individual de mobilidade social da população afrodescendente. Essa parcela da população tem as menores possibilidades de ascender de uma posição social mais baixa em comparação com os brancos, mesmo quando tem a mesma origem social. Outro dado importante, apontado pelo autor, é que quando assumem melhores posições têm mais dificuldades de se manterem na posição conquistada.

Diante das diferenças existentes entre brancos e afrodescendentes, em números (taxas de analfabetismo, média de anos de estudos, acesso ao ensino superior e aos programas de pós-graduação como mestrado e doutorado), buscou-se uma explicação nova, recente. Porém a resposta para a situação atual, não é nova, contudo continua válida, pois há mais de duas décadas atrás, Hasenbalg (1987) já apontava a realidade atual, ou seja, a discriminação é um dos fatores responsáveis pela limitação na participação da população afrodescendente no sistema escolar, em todos os níveis. Para ele, o sistema de ensino público está marcado por um mecanismo de recrutamento, no qual os afrodescendentes são encaminhados para as escolas mais pobres por sua condição de classe e pelo estigma da cor.

Uma vez constituída essa clientela socialmente homogênea, os docentes atuam no sentido de reproduzir neste espaço a crença de que os alunos afrodescendentes e pobres não são educáveis. Assim, por se encontrar em situação de alta desigualdade, a população afrodescendente tem na educação um dos mais importantes mecanismos para a promoção de oportunidades entre membros de um país.

Diferente dos países mais desenvolvidos, onde a educação é parte integrante das políticas sociais, valorizada como um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico, no Brasil a educação não é vista da mesma forma. Porém, mesmo com todas as deficiências dos últimos anos, ocorreram avanços importantes na ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades educacionais.

No entanto, é um grave problema a baixa escolaridade dos afrodescendentes e isto tem contribuído diretamente para a manutenção da desigualdade. Mesmo que houvesse a eliminação do analfabetismo na população afrodescendente, e o acesso ao ensino superior fosse facilitado, esses fatores não representariam garantias de eliminação do racismo, pois no ensino superior e na pós-graduação outras barreiras são erguidas e pouco discutidas. A universidade é um espaço de alta competitividade, os estudantes afrodescendentes sofrem grande pressão devido à falta de capital cultural exigido neste nível de ensino, como, por exemplo, o domínio de línguas estrangeiras, que conforme demonstrado nesta pesquisa, somente 7% das mulheres afrodescendentes participantes da pesquisa falam outro idioma. Outro fator a ser considerado diz respeito ao acesso a algumas tecnologias, principalmente as relacionadas à disseminação da informação, o que gera um processo de exclusão simbólica com consequências em seu desempenho educacional e até social.

Um fato relevante percebido a partir dos Gráficos 5 e 6 que apontam para a situação educacional da população brasileira é a posição de superioridade com que as mulheres aparecem em todos os dados que tratam dessa temática. A mulher, desde o início da colonização brasileira, era excluída do sistema educacional, e aquela que quisesse aprender a ler, tinha que se enclausurar em um convento. O acesso à educação formal por parte das mulheres brasileiras ocorreu em período recente, se comparado ao dos homens. Essa posição de destaque, ocupada atualmente pelas mulheres na sociedade brasileira, é fruto de uma longa trajetória de lutas.

As análises macro, com base em dados coletados pelo IBGE, via séries históricas dos censos demográficos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), vêm reiterando a reversão do “hiato de gênero” no quesito educação em prol das mulheres brasileiras a partir da segunda metade do século XX. Assim, tem-se mostrado,

sistematicamente, que as mulheres brasileiras, em seu conjunto e de todos os segmentos de cor/raça apresentam melhorias contínuas relacionadas à educação escolar.

[...] sem dúvida existem diferenças expressivas entre a escolaridade das mulheres e dos homens brasileiros. Durante cerca de 450 anos, o trato de gênero na educação brasileira favoreceu os homens. Mas, na segunda metade do século XX, houve uma reversão do trato de gênero e as mulheres ultrapassaram seus congêneres masculinos em termos de anos médios de escolaridade. (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 153).

O aumento do número de mulheres, na graduação e na pós-graduação, seja, como estudantes, docentes ou pesquisadoras, tem contribuído, sem dúvida, para que temas ou questões, relacionadas a gênero, sejam mais pesquisadas e incluídas nas agendas dos órgãos de financiamento de pesquisas científicas.

A conquista desses espaços se deu por meio da conjunção de diversos fatores, dentre os quais: reformas educativas impulsionadas por compromissos e metas internacionais; políticas de gênero, como a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003; a realização da I Conferência Nacional de Política para as Mulheres (CNPM) em 2004 e; de forma mais específica, políticas de educação formal, como o Plano Nacional de Educação (PNE); e a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (MEC), em 2004, são alguns dos marcos representativos que impulsionaram os movimentos sociais, e cada mulher, individualmente, a uma maior inserção no contexto escolar.

Os compromissos internacionais propunham de forma transparente, porém bastante reduzida e limitadora, que se fazia necessária uma maior inserção da população feminina em seus primeiros anos iniciais de vida no sistema educacional formal, pois mães educadas se traduziriam em filhos educados, o que teria como consequência provável, menos pobreza. Afetado pelo contexto dessas reformas educacionais de âmbito internacional, foi que o Brasil deu maior ênfase à questão de gênero no sistema educacional (VIANNA; UNBEHAUM, 2004; MADSEN, 2008; ROSEMBERG, 2001). Corroborando, Munanga observa:

[...] tendo por base estudos sobre a educação brasileira e as desigualdades raciais, os alunos negros levariam aproximadamente 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos, se dependessem apenas das melhorias observadas na qualidade do ensino fundamental. Políticas de ação afirmativa e de indução ao acesso de estudantes negros no ensino superior se tornam, assim, fundamentais. (MUNANGA, 2003 apud JACCOUD, 2009, p. 197).

Por tudo isso, mesmo com avanços, os afrodescendentes estão do outro lado do abismo que separa a educação entre eles e os brancos. Os dados revelam severos problemas de acesso e permanência no sistema educacional brasileiro, e, consoante Paixão (2011, p. 68), “O poder público brasileiro não vem logrando dotar à questão a espera do senso de prioridade”.

2.2.3 Situação dos afrodescendentes no mercado de trabalho

A ascensão social da população afrodescendente tem como maior obstáculo a discriminação racial existente na sociedade brasileira. A renda, a taxa de desemprego, as condições de moradia, e os que vivem abaixo da linha da pobreza, retratam uma situação de extrema desigualdade entre a população branca e a população afrodescendente, como apontam os dados.

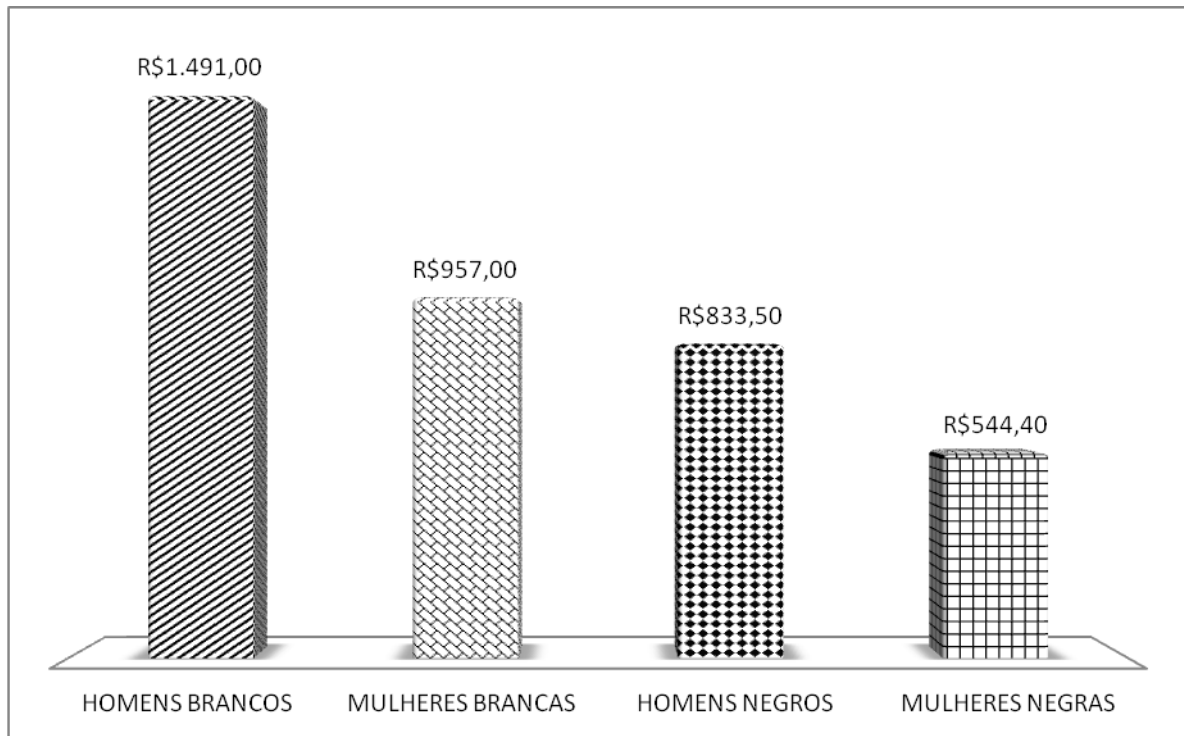
Para uma melhor análise das desvantagens dos afrodescendentes em relação aos brancos, relativo ao mercado de trabalho, é importante considerar a forma excludente como se deu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre durante os anos 1800 e, principalmente, no período pós-abolição.

Theodoro (2008) rememora que esses obstáculos foram institucionalizados pelo Estado, através de mecanismos legais como a Lei de Terras de 1850, que ocorreu à época da proibição do tráfico de escravos para o Brasil, e instituiu que o incentivo à imigração deveria ser financiado com a dinamização da economia agrícola, impondo medidas mais severas para a regularização das terras devolutas (terras sem dono), o que prejudicaria a ascensão de pequenos agricultores e ex-escravos como pequenos proprietários de terra; a Lei da Abolição de 1888, que mesmo tendo proibido o trabalho escravo, não propiciou condições para que os mesmos fossem inseridos ao mercado de trabalho; a Lei 28 de 1884, que garantia recursos para financiar a imigração para o Brasil, e o Decreto de 20 de junho de 1890, que garantia a livre entrada de imigrantes europeus no país.

Com essas medidas, considerava-se excedente a mão de obra escrava, devido os afrodescendentes representarem para o país em desenvolvimento, as causas do atraso. Theodoro (2008) afirma que as desigualdades entre brancos e negros no mercado de trabalho nos dias atuais são fruto de uma construção histórica fundadas no racismo científico, um dos pressupostos a serviço do capitalismo.

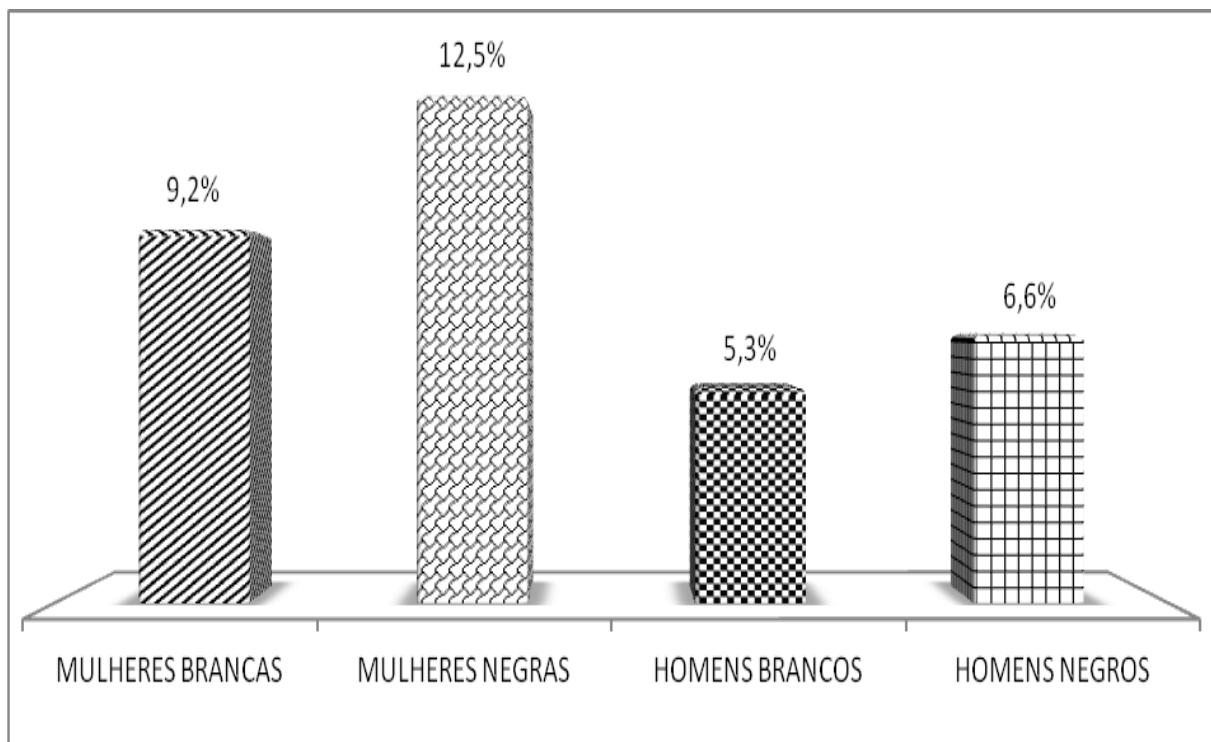
Os Gráficos 7, 8, 9 e 10 abaixo refletem essa realidade.

Gráfico 7 – Renda média mensal da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



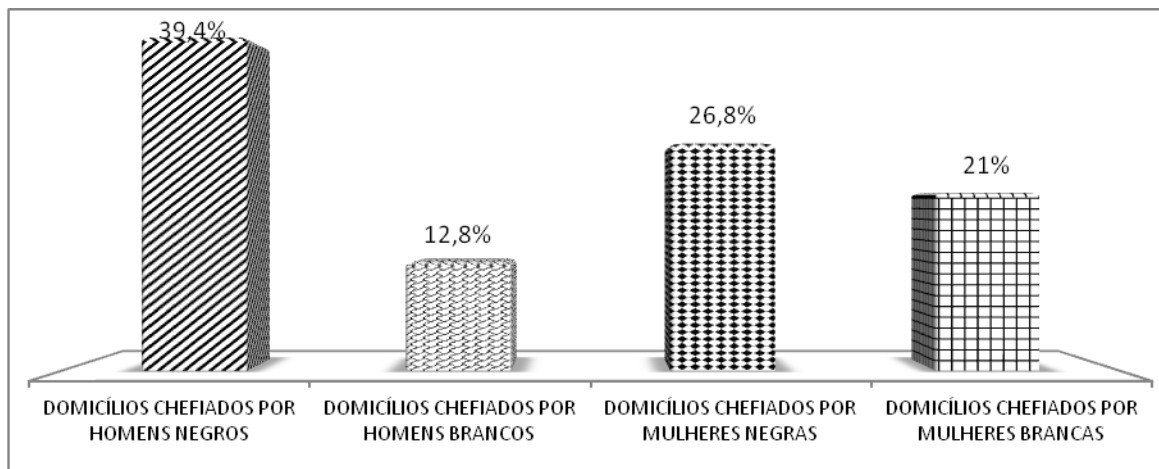
Fonte: IPEA, Relatório das Desigualdades Raciais, 4ª ed. 2011.

Gráfico 8 – Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



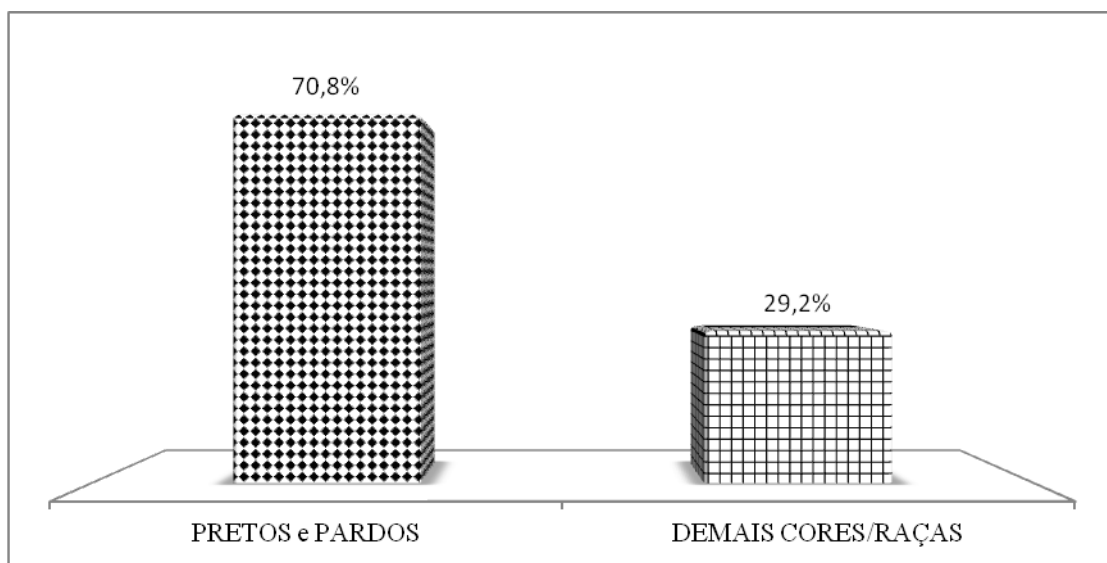
Fonte: IPEA, Relatório das Desigualdades Raciais, 4ª ed. 2011.

Gráfico 9 – Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do (a) chefe (a) ³. Brasil, 2009.



Fonte: IPEA, Relatório das Desigualdades Raciais, 4ª ed. 2011.

Gráfico 10 – População brasileira abaixo da linha de pobreza (renda *per capita* mensal abaixo de R\$ 70,00), 2010.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ IBGE, Censo 2010.

³ Nos grandes levantamentos estatísticos, para conhecer as relações entre os moradores de um domicílio é tradição que, primeiro, se identifique o chefe ou responsável ou a pessoa de referência e, depois, as pessoas restantes, de acordo com sua relação com o chefe ou pessoa responsável ou pessoa de referência. Esta pessoa é aquela reconhecida pelos demais moradores como tal. A denominação que se dá a esta primeira pessoa identificada no questionário varia entre os países. No caso do Brasil, os censos e as pesquisas domiciliares utilizaram, durante muitos anos, a denominação “chefe do domicílio” e “chefe da família”. O termo chefe do domicílio ou chefe da família sempre esteve associado à autoridade e responsabilidade pelos negócios da família e, na maioria dos casos, à mais importante fonte de sustento. Os dados mostraram, ao longo dos anos, a predominância de pessoas do sexo masculino nessa escolha.

Os Gráficos 7, 8, 9 e 10 acima, traduzem a renda média mensal da população afrodescendente, a taxa de desemprego, os locais onde vivem, e os dados da população que se encontram abaixo da linha da pobreza, em comparação com outros grupos. É relevante a desvantagem que os afrodescendentes, em especial, a mulher afrodescendente tem em relação ao homem branco, ao homem negro e à mulher branca.

Essas diferenças sociais têm suas raízes na escravidão, apesar de muitos pensarem que não há mais consequências desse crime na sociedade e que o Brasil é um país de igualdades sociais e raciais, como defende Kaufmann (2007) porta voz desses pensamentos, em seu artigo **Ações afirmativas à brasileira**: necessidade ou mito, a autora traduz a permanência desse pensamento que somos todos iguais da seguinte forma: “cotas sociais, sim! Cotas raciais, não! Porque a pobreza, no Brasil, é a grande causa da segregação”.

Esse é um discurso polifônico de parte da sociedade, o de que as desigualdades não sejam percebidas como relacionadas à cor da pele, mas a fatores sociais e econômicos. Por outro lado, ficam evidentes as distâncias entre a condição de vida dos brancos e dos afrodescendentes, pela inferência amostral dessa realidade nesse trabalho. Santos (1999, p. 148) colabora na compreensão desses discursos ao descrever a existência simbólica de dois brasis:

Um moderno e rico outro anacrônico e miserável. O que chama a atenção são os estoques raciais alojados em cada um desses mundos, tão diferentes socialmente e ao mesmo tempo tão parecidos do ponto de vista cultural. No primeiro país, temos um povo esmagadoramente branco e amarelo. No segundo, a grande maioria é formada por afrodescendentes.

Nesse cenário, há que se considerar que mesmo a população afrodescendente sendo maioria no Brasil, ainda é latente o preconceito contra a mulher afrodescendente, presente de forma mais nítida no mercado de trabalho. Com isso, percebe-se pelos Gráficos de 7 a 9, que a comparação das mulheres afrodescendentes com outros grupos identificados as coloca em desvantagem, por isso, o entendimento de que possuem mais facilidades de enfrentar os obstáculos, inclusive o acesso à educação. As evidências empíricas coletadas nesta pesquisa denotam que esses grupos tendem a desenvolver formas particulares de resiliência para sobrepujar essas realidades nas quais são severamente prejudicadas social e psicologicamente.

O desemprego é uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Nesse cenário, as mulheres afrodescendentes apresentam outro indicativo, apenas 25%, trabalhavam com carteira assinada, segundo dados do **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça Paixão (2011)**, elaborado pelo IPEA. Ainda de acordo com esse relatório, as mulheres, especialmente as afrodescendentes, estão no mercado de trabalho, em maior número, no setor

de serviços sociais (34% da mão de obra feminina), grupo que abarca os serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos).

Em relação às mulheres, a baixa escolaridade não justifica as diferenças salariais, em relação aos homens, pois têm em média um ano a mais de escolaridade que estes e melhores condições educacionais em todos os indicadores. Isso, no entanto, não lhes garante as mesmas condições de trabalho oferecidas aos homens. Como afirma Boakari (2010), nesse mundo as mulheres afrodescendentes constituem o grupo mais marginalizado e explorado, assemelhando ao período da escravidão, sofrendo discriminação social, exploração sexual, ou seja, por ser mulher, encontra-se inferiorizada, vivendo uma desumanização racial.

É importante registrar que a inserção das mulheres nessa realidade é, no entanto, marcada por diferenças de gênero e de raça. Além de estarem menos presentes do que os homens no mercado de trabalho, ocupam espaços diferenciados, estando sobrerrepresentadas nos trabalhos menos valorizados.

A partir da experiência mundial sobre discriminação racial, o Projeto de Lei 2.697/07 estabeleceu cotas para afrodescendentes nas empresas privadas, mudança promovida pela luta dos movimentos sociais e por propostas de políticas públicas para a população afrodescendente. Uma maior inserção no mercado de trabalho é uma barreira a ser superada pela população afrodescendente. Para esta população o acesso ao mercado de trabalho é pressuposto para enfrentar uma realidade de pobreza e privação a que historicamente foi relegada.

Nesse sentido, as mulheres afrodescendentes têm que lançar mão de mais recursos para conquistar a sua mobilidade social. Entre os muitos recursos necessários para esse processo, destaca-se a necessidade de uma postura resiliente diante das dificuldades.

Os indicadores sobre renda, pobreza e desigualdade permitem visualizar o impacto dos sucessivos processos de discriminação e de desigualdade vivenciados por homens e mulheres afrodescendentes na sociedade brasileira. Os dados evidenciam, mais uma vez, a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras nos múltiplos espaços sociais e, em especial, no mercado de trabalho.

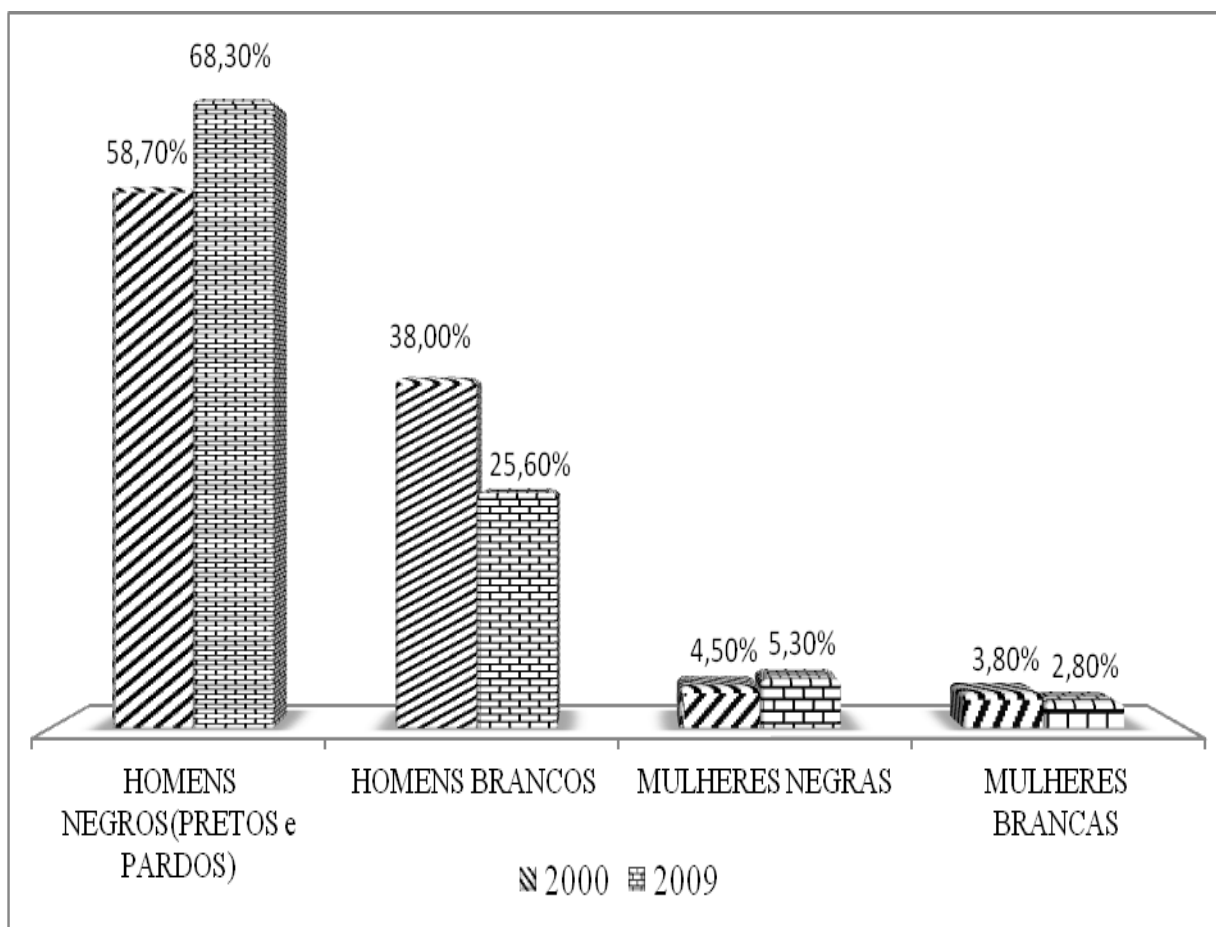
As informações de rendimento médio da ocupação principal no mercado de trabalho capturam de forma evidente esta situação. Como consequência das desigualdades educacionais, e da posição ocupada pelos afrodescendentes em postos de trabalho menos valorizados e de remuneração baixa e do próprio fenômeno social da discriminação do preconceito e do racismo, que são apresentados, os dados são acentuados nas diferenças de raça.

Os indicadores trazidos pelos gráficos demonstram as desigualdades entre brancos e afrodescendentes, apontando uma renda por pessoa bem inferior para mulheres afrodescendentes. Tomando-se a situação abaixo da linha de pobreza, os afrodescendentes representam, de forma discrepante, a grande maioria da população inserida nesse contexto de extrema pobreza.

As disparidades se mantêm quando observados os domicílios, localizados em favelas, chefiados por brancas ou negras. Esse dado leva à conclusão de que, pelo fato de esse indicador, em sua maioria, ser formado por afrodescendentes, o grupo está submetido à condições precárias de saneamento básico, maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde e péssimas condições de segurança, características bastante comuns nesse tipo de aglomeramento habitacional desordenado.

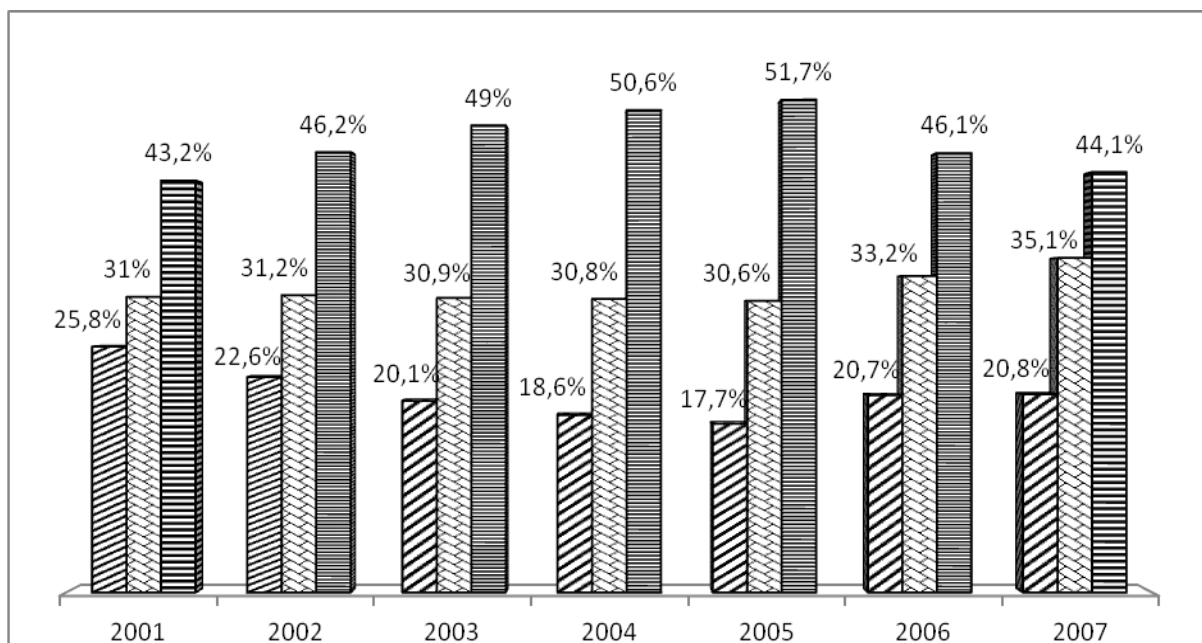
2.2.4 Taxas de mortalidade da população afrodescendente

Gráfico 11 – Taxas de homicídio (por 100 mil hab.), segundo raça/cor, Brasil, 2000 /2009.



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade/Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, 2011.

Gráfico 12 – População com declaração de óbito por causa desconhecida por falta de assistência médica, segundo os grupos de cor ou raça selecionados (brancos, pretos & pardos e cor ignorada), Brasil, 2001 – 2007 (em número de declarações de óbito por 100 mil habitantes).



Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS, microdados SIM; IBGE, microdados PNAD.

O risco relativo de homicídios cresce na população afrodescendente, refletindo a situação de desigualdades que estão inseridos. De acordo com o Gráfico 12, raça/cor pode prever a ocorrência de homicídio. A expectativa de vida é menor entre homens e mulheres afrodescendentes e esses são grande maioria entre os mais pobres, estão nas posições mais precárias do mercado de trabalho e possuem os menores índices de educação formal. Mas nem todas as desigualdades observadas são frutos de processos discriminatórios. De fato, parte delas pode ser explicada pelas questões sociais relacionadas.

A depender da região do Brasil, residentes de bairros com baixos indicadores socioeconômicos, áreas mais afetadas pela violência, são comumente afrodescendentes. Compreender a situação do homicídio no Brasil, características pessoais das vítimas, inclusive grupos mais vulneráveis, é fundamental para a identificação de determinantes e o reconhecimento das diferenças que derivam da própria identidade dos indivíduos, como a etnia ou raça/cor. Portanto, a “raça” adquire valor preditivo na caracterização das vítimas de homicídios, e o crescimento dessas desigualdades mostra a eficiência parcial das políticas públicas brasileiras de controle da violência quando não adequam políticas universais às especificidades que caracterizam a diversidade populacional.

Em sentido amplo e atual, o acesso à saúde representa uma questão relacionada à cidadania e à justiça social, não podendo ser encarado somente como uma resposta a um fator biológico. Os canais de comunicação informam, cotidianamente, que as condições de acesso à saúde no Brasil são bastante precárias. Existe um abismo bem profundo entre aqueles que podem ter acesso à prestação de serviços de saúde na rede privada e os que não são detentores desse privilégio, dentre os quais há uma proporção gigantesca da população afrodescendente que estão em grande parte a margem do sistema de saúde.

Esses indivíduos, em sua maioria, por não possuírem condição socioeconômica que lhes permita arcar com os altos valores cobrados pelos planos de saúde, estão à mercê da oferta dos serviços públicos de saúde, que, como já é sabido, dispõe de infraestrutura deficitária em termos de instalações, equipamentos e profissionais.

Os dados apresentados no Gráfico 12 demonstra o que já vêm sendo discutido, isto é, o acesso da população composta por pretos e pardos ao sistema de saúde (público ou privado) é crítico. Os números expressam que um quantitativo maior dessa população, se comparado aos demais grupos raciais, são vítimas fatais por causas relacionadas ao não atendimento médico.

É importante ressaltar que, em números absolutos, houve avanços positivos na situação apresentada no referido gráfico, relativo à quantidade de óbitos resultante da falta de assistência médica, devido a uma redução significativa nos valores apresentados em 2001 (31.554 para pretos e pardos, e 22.634 para brancos), se comparados com os números de 2007 (12.261 para pretos e pardos, e 9.764 para brancos).

No entanto, se confrontados relativamente, em 2001 (43,20% para pretos e pardos, e 25,80% para brancos) e 2007 (44,10% para pretos e pardos, e 20,80% para brancos), é perceptível que a redução ocorrida no grupo de pretos e pardos ocorre de forma proporcional nos demais grupos, o que garante que, as medidas implementadas para se reduzir tais números, não se deram de forma específica para aquele grupo (pretos e pardos) ou não tiveram a eficácia necessária para a queda mais drástica dos valores do grupo que mais sofre com a variável apresentada na estatística.

2.3 Mulheres Afrodescendentes

Desde o início da colonização brasileira, as mulheres afrodescendentes iniciaram um movimento de resistência aos domínios do Senhor de Engenho, tendo como exemplo, a escravas como cita Carneiro (2002) relata que Chica da Silva foi a primeira ex-escrava a ser

citada na história brasileira, sua “façanha” foi a de mudar o seu destino por conseguir através de sexo e de afeto encantar um português.

Outras mulheres fugiram para os quilombos. Hoje, mundo afora, mulheres afrodescendentes vivenciam movimentos semelhantes ao do passado, como Ellen Johnson-Sirleaf, presidenta da Libéria; Leymah Gbowee, também liberiana, e ativista dos direitos das mulheres, ambas ganhadoras do Prêmio Nobel da Paz 2011; e a angolana Leila Lopes, Miss Universo 2011. No Piauí, dentre tantas afrodescendentes que tiveram mobilidade social, destacam-se personalidades como a vereadora Rosário Bezerra, a delegada Vilma Alves, Sônia Terra, diretora de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) Sônia Terra, médica Alice Aparecida Zoraia. Registramos também que novas formas de quilombos – configurando-se novos modelos organizados de combate às situações discriminatórias em nossa sociedade, como a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN, ou o Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) – PSINEP.

A discriminação, o racismo e o preconceito cometido às mulheres afrodescendentes estão bem presentes nas expressões que a linguagem expõe nas atividades cotidianas, como: “Só é negra, mas é gente boa!”. Bakhtin (2003) ensina que todas as palavras, são assinaladas por uma apreciação social, em consonância com ele, a escolha por trabalhar com o termo afrodescendente e não negra, como ocorre com a maior parte das produções que desenvolvem a temática.

Assim, por concordar com Larkin Nascimento (2003), que diz que ao utilizar os termos afrodescendentes ou afro-brasileiros, considera-se e preservam-se as referências históricas e culturais da origem africana e “indicam os laços de identidade entre os descendentes de africanos em todo o mundo” (2003, p. 27). Dessa forma, justifica-se neste trabalho a opção pela utilização do termo afrodescendentes, ao invés de negras, pois mesmo com a valorização agregada ao termo pelos movimentos sociais, acredita-se que o mesmo carrega uma série de referências negativas, sendo que sempre se relacionará àqueles que se auto identificam como pretos e pardos.

Entendendo, nesse contexto, que a terminologia raça, em sua acepção biológica, não existe e, conforme Munanga (2006, p. 39), é construída a partir de diferenças no fenótipo, como o tom da pele, a textura do cabelo, dentre outros, sendo responsável pela manutenção contemporânea do racismo.

Somente no início dos anos 1980, questiona-se a invisibilidade histórica das mulheres. Nesse período, elas passam a se organizar de forma autônoma no Brasil, passando a levantar

discussões, questionamentos, reivindicações sobre a posição de subalternidade histórica em que estavam inseridas.

Outro movimento que deve ser considerado na história atual das afrodescendentes é a sua mobilidade social, econômica e educacional que embora ocorra de maneira tímida vem acometendo nas terras brasileiras, sendo por meio de leis, méritos ou qualquer outro fator, o crescimento e o desenvolvimento hoje é fato. Vale lembrar que esse fenômeno começou com a promulgação da Constituição da República de 1988, momento em que as relações de gênero e as questões étnicas ganhavam relevância oficial para um Estado que pretendia se constituir democrático e de direito.

O Brasil, sendo um dos últimos a abolir a escravidão, e tendo em sua população a maioria de afrodescendentes, teve mais contribuições desses do que outras nações, e continuam sendo a maior parte do motor que faz funcionar esta sociedade. Normalmente quando se refere à identidade brasileira, reporta-se aos afrodescendentes, porém os créditos quase nunca lhes são atribuídos, como exemplo disso, há a culinária brasileira, e, entre os seus mais diversos pratos, a feijoada se destaca, assim como o cozido, o sarapatel, o chouriço. E para quem estuda as virtudes desse povo, em particular das mulheres, a origem dessa culinária representa a capacidade desenvolvida por elas desde sempre, de transformar o negativo em positivo, pois todas as coisas que sobravam da alimentação da casa grande eram transformadas em pratos que se tornaram famosos por seu sabor e composição nutricional.

Na saúde, os chás são heranças de sua ancestralidade, e são cada vez mais pesquisados por cientistas que os transformam em cápsulas. Esses chás são fruto de um saber adquirido pela necessidade, pela precariedade que viviam e ainda vive grande parte dessa população, por não ter acesso à saúde. Outras contribuições estão nas mais diversas atividades desenvolvidas pela sociedade. Então, por que sua cultura, saberes, virtudes e habilidades não são valorizados?

O questionamento anterior certamente não será respondido neste trabalho, talvez nenhum estudo consiga responder tal indagação em sua plenitude. Porém, sabe-se que o lugar onde está a maioria dos afrodescendentes, citados nos dados do IBGE 2010, contribui para que essa mobilidade social ascendente não ocorra na velocidade que deveria, para chegar a uma nação que respeite as diferenças e provoque verdadeiramente igualdade de oportunidade. Essa afirmativa é tão difundida na retórica de muitos no cotidiano que soa com conotação piegas, porém se constitui como sendo um alvo a ser perseguido pelos afrodescendentes.

Falar do lugar do afrodescendente na sociedade, geograficamente, é falar de um grande contingente humano habitando as favelas, onde as condições de vida quase sempre não

são respeitadas. Na educação, eles se apresentam como a maior parcela dos estudantes que não conclui os ensinos fundamental, médio e superior, e são raridade nos cursos de pós-graduação. Nas atividades profissionais de maior relevância social se apresentam como os pioneiros o primeiro ministro do STF, Joaquim Barbosa, e o primeiro ministro do STJ, Benedito Gonçalves, e em alguns casos, como os citados, são décadas em que não surgem outros na mesma posição.

Sendo uma realidade histórica, estudos realizados, em 1960, por Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, influenciados por Florestan Fernandes, verificaram em pesquisa sobre mobilidade social em Florianópolis, que a condição econômica dos afrodescendentes não alterava sua posição de inferioridade social naquela cidade e tampouco eliminava o preconceito de cor. Conforme esses autores, os afrodescendentes apenas exerciam funções na qual eram considerados aptos pela ideologia racial.

Na realidade atual, as atividades manuais, uma extensão dos trabalhos que os africanos desenvolviam no período escravocrata, são a principal fonte de renda dos afrodescendentes, atividades socialmente desprestigiadas, que em muitos casos não lhes atribuem prazer ou gratificação.

Ao se estudar a realidade apresentada por pesquisas sobre os afrodescendentes, percebe-se a existência de um arquétipo de inferioridade associado ao afrodescendente, que por muitas vezes não é apresentado de forma explícita e sim no inconsciente coletivo do brasileiro.

Lélia Gonzalez foi uma das pioneiras na mobilização em prol das questões relativas às mulheres afrodescendentes no Brasil. Dissociou o movimento de mulheres afrodescendentes com o movimento feminista tradicional. A partir desse ponto, ela passou a ser percebida por militantes e intelectuais afrodescendentes. Notadamente, a partir dos anos 1970 e com mais intensidade nos anos 1980, as mulheres começam a manifestar seu pensamento de forma mais sistemática. O rompimento com o modelo de ideal defendido pela ditadura militar muito contribuiu com esse processo de visualização da mulher afrodescendente. Nisso, Lélia foi fundamental, como intelectual levantou as primeiras questões sobre gênero, e as desigualdades raciais levando a luta contra o racismo para o debate acadêmico brasileiro, que consoante Barreto (2005, p. 37):

Uma das características inovadoras da produção de Lélia no contexto das análises das relações raciais no Brasil foi o acréscimo da dimensão de gênero para um entendimento mais amplo da sua dinâmica, acrescentando-se ainda a sua orientação pelos conceitos da Psicanálise. Outro ponto que destacamos em suas contribuições foi diferencial qualitativo que também trouxe à

milîtancia do movimento negro brasileiro e do movimento de mulheres, no que diz respeito à discussão de mulheres negras brasileiras.

Dessa forma, a constitui o das mulheres afrodescendentes como sujeitas de direito está diretamente vinculada   emergência de sua emancipa o, processo no qual a organiza o coletiva, os pesquisadores, a família, ocupam papel fundamental. Na atualidade, as temáticas relacionadas às mulheres afrodescendentes têm merecido diversas abordagens, nisso verifica-se um fortalecimento do seu papel na sociedade frente a séculos de tentativas de dissolu o de sua identidade. Nesse novo cenário que ela transita, constrói-se um novo imaginário a respeito da mulher afrodescendente, cada vez mais associado ao seu poder de supera o e não mais somente a falta de poder, de sujei o ou de insucesso.

O papel das mulheres escravizadas deve ser valorizado, pois foram importantíssimas no processo de inser o dos afrodescendentes no mercado de trabalho e na sociedade. Foram elas que levaram as boas experiências adquiridas nas cozinhas das casas grandes para as ruas, controlavam o comércio não somente nas vendas, no qual já demarcavam um significativo espaço físico, como no comércio ambulante, eram chamadas de negras do tabuleiro ou quitandeiras (SILVA, 2005).

Com a comercializa o das iguarias sustentava toda sua família alforriada. A partir dessa época, acontece o início da mobilidade social da mulher afrodescendente. Bernardo (2003) ressalta a força dessa mulher ao dizer que “todos os rios de tintas despejadas na legisla o persecutória e punitiva não foram capazes de diminuir o seu ânimo [...] pelo Brasil afora”.

A realidade das mulheres afrodescendentes no Brasil   marcada por grande necessidade de supera o do etnocentrismo, do preconceito racial, do racismo transmitido pelo processo de socializa o que se inicia com a escola, nos meios de comunica o, nas rela es hegemônicas existentes na sociedade, por isso entrar em contato com a literatura que contemplam questões envoltas   mulher afrodescendente   um grande desafio, primeiro pela escassez de produ es existentes e segundo pela complexidade que a referida temática exige.

Para entender as rela es de raça e gênero no contexto brasileiro   preciso um olhar amplo, que reflita de forma coerente a realidade em que estão inseridas as mulheres afrodescendentes. Para isso,   necessário sensibilidade, pois em muitas produ es não há nitidez da história da mulher afrodescendente. Nesse sentido, há uma tendência a generaliza es das problemáticas ligadas   popula o afrodescendente, ficando de fora

situações submersas, específicas, nas quais se encontram inseridas e que precisam ser compreendidas, estudadas para serem transformadas.

Percebe-se que, no contexto brasileiro, ser mulher significa estar inserida em um ciclo de marginalização e de discriminação social. Isso é resultado de todo um contexto histórico, que precisa ser analisado na busca de soluções para antigos estigmas e dogmas.

É algo muito difícil, a ascensão social da mulher afrodescendente, são muitos obstáculos a serem superados. Portanto, as diferenças sociais que atingem os afrodescendentes no contexto brasileiro, como o acesso à saúde, à educação, às diferenças de rendimentos produzem mais efeitos nestas mulheres. Apesar de todas as conquistas alcançadas, é necessária a observância de como, na prática, essa mulher afrodescendente está sendo inserida na sociedade, e esse processo tem sua construção basilar na educação, como explicam Abramovay e Castro (2006, p. 36):

“A inserção da história da África e do povo negro nos currículos escolares é um avanço, mas há que cuidar que África, que negro aí se retrata, e como as mulheres negras e suas reivindicações são representadas. Haveria, portanto, para fazer frente a tal desafio, por uma educação anti-racista e *anti-sexista*, contribuir para que a escola mais se abrisse ao conhecimento dos movimentos sociais, como o das mulheres negras. Quando racismo e sexismo se conjugam, as conseqüências nefastas se multiplicam”. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006, p. 36) (grifo meu).

A partir dessas reflexões, vários estudos sobre desigualdade e mobilidade social surgem para entender essa realidade. Autores como Davis (2000), Munanga (1996), Gonçalves (2000), Gomes (2001) e Cavalleiro (1999) diagnosticam que os afrodescendentes são penalizados na educação por meio da exclusão do sistema formal de ensino, como nas outras esferas da vida social. Sobre esse aspecto, Hasenbalg (1991) afirma que: ser negro ou ser mestiço significa ter uma maior probabilidade de serem recrutados para posições sociais inferiores. Isso, em uma estrutura social que já é profundamente desigual.

Figueiredo (2002) acrescenta que a mobilidade social dos afrodescendentes não pode seguir a mesma lógica da ascensão das minorias étnicas, suas estratégias não extrapolam o limite familiar. Nessa dinâmica de ascensão, a mulher afrodescendente tem se concretizado por meio de estratégias individuais. Portanto, a educação é uma das maiores oportunidades de mobilidade social da mulher afrodescendente.

Para ampliar o entendimento sobre a mulher afrodescendente no contexto brasileiro, Gonçalves (2000) traz uma contribuição ao lembrar que os afrodescendentes foram renegados ao abandono. Porém, eles se organizaram no início do século XX contra o descaso

e as precárias condições deixadas pelo escravismo criminoso. Gonçalves e Silva (2003) sugerem hipóteses de como a situação tanto educacional como social dos afrodescendentes poderia ter evoluído caso algumas estratégias tivessem sido adotadas pelas políticas públicas e educacionais.

Brito (1997) ressalta que a maioria das mulheres afrodescendentes sofre de tripla discriminação, por serem mulheres, afrodescendentes e pobres, como a maioria delas. Com isso, o ranço deixado pelo escravismo criminoso reflete na situação que a mulher afrodescendente se encontra hoje. Poucas mudanças aconteceram como forma de reparar o crime legitimado, ocorrido no passado, pois elas persistem em estar nos últimos lugares na escala social e são aquelas que mais carregam as desvantagens do sistema injusto e racista do país.

2.3.1 Mulheres afrodescendentes e Educação Escolar

Hasenbalg (1979) a há 33 anos atrás já enfatizava que mesmo que o mito da democracia racial tenha sido disseminado em 1930, as ideias estão até hoje incorporadas no senso comum da população. Com isso, dentre todas as circunstâncias históricas vivenciadas pelos afrodescendentes, a mulher viveu e vive situações singulares que precisam ser compreendidas de forma particular para serem transformadas.

Para Fernandes (1978) há 34 também dizia que o Brasil desenvolveu uma forma específica de racismo, sendo ofensivo, insultante, que ataca a moral de quem sofre, mesmo sendo velado degrada a imagem de quem o pratica. Da Mata (2001, p. 39) diz que, no Brasil, existe o preconceito de se ter preconceito, o que representa a sua forma mais perniciosa: o velado. Esses autores demonstram que três décadas depois esta realidade ainda é bem similar a vivenciada por eles.

Dentro dessa discussão sobre a afrodescendente, Almeida (2007) afirma que é difícil essa mulher aparecer em outros papéis que não sejam os menos valorizados socialmente. Nesses espaços não há competitividade, nem discriminação. Nessa mesma vertente, Paul Singer (1998) afirma que à medida que a mulher afrodescendente ascende, aumentam as suas dificuldades, especialmente devido à concorrência que tende a buscar comprovações de suas habilidades e suas competências.

Uma das múltiplas formas de compreender os espaços subalternos no qual se encontram boa parte das mulheres afrodescendentes é conhecendo elementos do seu passado. No período “pós-abolição”, quanto mais clara era a cor da pele, maiores eram as

possibilidades de ascensão no regime escravista: as mais escuras ficavam com os serviços pesados, as de pele mais clara com serviços domésticos.

Hoje, as mulheres com pele mais escura continuam vivenciando essa dinâmica do passado: estão nos serviços domésticos; e as com peles mais claras e traços europeus conseguem ser absorvidas por trabalhos formais, como recepções de grandes empresas.

Halsenbalg (1979) enfatiza que o preconceito racial pode estar presente com mais força no topo e não na base da hierarquia de classes. E Almeida (2007) diz que quanto maior a ascensão social, maior o atrito racial, o que de certa forma contraria o pensamento compartilhado por boa parte da população de que quanto mais alto se encontrar a mulher afrodescendente nas camadas sociais, menos preconceito e discriminação terão de enfrentar.

Nesse sentido, as mulheres afrodescendentes têm que utilizar de uma maior quantidade de recursos para conquistar a sua mobilidade social ascendente. Dentre os muitos recursos necessários para esse processo destacam-se a necessidade de uma postura resiliente diante das dificuldades. Desse modo, urge se compreender a mulher afrodescendente dentro desse contexto, para assim poder identificar suas estratégias de emancipação, de empoderamento e de vitórias em meio às adversidades.

Muito se tem a conhecer, e uma característica bem particular da mulher afrodescendente, que necessita ser desvelada, são as múltiplas estratégias desenvolvidas por ela a partir de seus recursos pessoais para superação de situações de discriminação, de preconceito e de racismo. A compreensão dessas habilidades contribui para o desenvolvimento de outras mulheres afrodescendentes que se veem paralisadas diante das discriminações.

As mulheres devem ser compreendidas de forma singular, pois as barreiras que precisam ser superadas para seu sucesso pessoal, acadêmico e profissional são distintas das dos homens. É oportuna a exposição de uma parte do discurso do ministro Jobim (2004 apud LEWANDOWSKI, 2012, p. 3), na sua argumentação favorável às ações afirmativas, que mostra um pouco dessa realidade:

Levantamentos feitos, principalmente por um grande economista americano, Prêmio Nobel, PAUL SAMUELSON, em seu famoso livro, 'Macro Economia', são incisivos. Verificou-se, no levantamento feito pelo MIT, que, no mercado de trabalho, em relação às mulheres, havia uma discriminação. Observou-se que as fontes da discriminação, consistentes na diferença, para maior, dos rendimentos dos homens em relação às mulheres têm razões complexas: **hábitos sociais; expectativas; fatores econômicos; educação. Formação e experiências profissionais.** Mas, registrou-se outro fato: as mulheres tendem a **interromper as suas carreiras para terem**

filhos, o que provoca essa situação específica. Em face disso, **são discriminadas**. Ou não se emprega mulher, para empregar-se homem. Ou, ao empregar a mulher, paga-se um salário aquém do salário médio para o homem. [...] assim a discriminação positiva introduz tratamento desigual para produzir, no futuro e em concreto, a igualdade. (grifo meu).

Ampliando a reflexão produzida pelo ministro Jobim, que revela o retrato da realidade da mulher, toda essa reflexão para a realidade das afrodescendentes denota a discriminação acentuada por valores culturais, psicológicos e até estéticos.

Com isso, Giacomini (1988) revela que há um silêncio envolto na situação da mulher afrodescendente, e isso é fruto da percepção distorcida, advinda do sistema patriarcal e escravagista brasileiro que definia as mulheres de outras raças como doces, fiéis e submissas. Já as afrodescendentes, nessa mesma época, sendo escravas, eram retratadas, de acordo com estudos realizados por Carneiro (2002), como sendo mulheres com comportamentos animais, exóticos, selvagens, provocativos e sensuais, servido unicamente para o prazer sexual. Essa distorcida retratação da realidade era endossada pela descrição sobre os povos da África, que diziam ser povos brutos, sem razão, com comportamentos selvagens que vinham de um lugar permeado pela imoralidade e pelo pecado.

Apesar de toda a situação social e educacional que as mulheres afrodescendentes estão inseridas, há que se celebrar alguns avanços, mesmo sendo por políticas de cotas, elas estão sendo incorporadas pela mídia. Esses avanços são resultado de uma cobrança da população, em especial dos movimentos sociais, por políticas de cotas que fazem parte das ações afirmativas, que devem ser temporárias, e que garantam oportunidades e tratamento igual. As cotas representam uma forma de compensar as perdas provocadas pela discriminação e pela marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

Há um aumento da inserção da mulher afrodescendente em várias áreas da sociedade, e isso vem acontecendo por consequência do aumento do grau de escolaridade refletindo no aumento de sua renda. Esses avanços foram impulsionados pelo sistema de cotas que quando não sugere, impõe o acesso de afrodescendentes nos mais diversos campos, como nos meios de comunicação, na educação, na moda, nos setores públicos e privados.

Por isso, não há porque contestar os avanços e as conquistas realizadas pelas mulheres nas três últimas décadas. Os espaços ocupados pelas mulheres passaram por profundas transformações tanto na esfera pública quanto na privada. Contudo, essas conquistas não ocorreram de forma homogênea e democrática.

Por meio dos dados estatísticos anteriormente discutidos, é perceptível que os afrodescendentes terão muito mais desafios neste século. É importante registrar que tais

desafios ganham uma força singular com a posse de Dilma Rousseff, a primeira mulher Presidenta do Brasil, pois, a partir dela novas políticas em prol da melhoria de vida das mulheres têm sido implementadas, tais como as ações desenvolvidas pela SEPIR.

Outras ações marcam a inserção da população afrodescendente, em especial, das mulheres afrodescendentes nos espaços escolares, como a Fundação Ford que financia bolsas de mestrado e de doutorado de forma específica para pesquisadores afrodescendentes; as cotas para afrodescendentes em programas como Prouni e Fies, são alguns dos mecanismos políticos que viabilizam a conquista de uma formação acadêmica por esta população.

Na elaboração dessas políticas de inclusão, os grupos étnicos são considerados pelos seus múltiplos aspectos, ou seja, o histórico, o cultural, o psíquico, o jurídico – que inclui o reconhecimento e a legalidade existencial.

Essas ações desenvolvidas de forma contínua poderão exercer influência direta na população de mulheres afrodescendentes, pois muitas delas são alvos de formas singulares de atrocidades como: violências doméstica e infantil; tráfico de mulheres; prostituição infantil; exploração sexual; assédios de diversas ordens; discriminações raciais e de gênero; tudo isso resultado do crime maior, que foi a escravização na época colonial, que se estendeu até o final do século XIX.

Mesmo havendo a necessidade de lei para que ocorra o acesso dos afrodescendentes a esses sistemas, intelectuais discordam, como Kamel que insiste em dizer:

O racismo sempre é de pessoas, e ele existe aqui como em todas as partes do mundo. Mas não é um traço dominante de nossa cultura. Por outro lado, nossas instituições são completamente abertas a pessoas de todas as cores, nosso arcabouço jurídico- institucional é todo ele ‘a-racial’. Toda forma de discriminação racial é combatida em lei. [...] Os que veem o Brasil como racista querem dar dois passos atrás. Não nos reconhecem nem como uma nação miscigenada que sempre quisemos ser, nem como uma nação multiétnica, com uma infinidade de cores, cafuzos, mamelucos, mulatos, brancos, pardos, pretos. Querem-nos uma nação bicolor, apenas negros e brancos, com os brancos oprimindo os negros. É triste. (KAMEL, 2006, p. 66).

O autor supracitado mesmo inserido em um universo televisivo em que a separação entre personagens pretos e brancos é nítida e há décadas questionada, propaga e defende em nova abordagem, o pensamento que o não acesso dos afrodescendentes nos espaços sociais não se refere às questões de raça, e sim de classe. O autor esquece que somente há pouco tempo é que se assistiu aos primeiros protagonistas afrodescendentes em telenovelas brasileiras, e só recentemente foi verificado esse acesso em outros espaços da sociedade.

Existe pouca produção que revele as ações desenvolvidas pelas mulheres afrodescendentes desde o período do escravismo criminoso aos dias atuais. Isso é consequência do não acesso delas ao ensino, principalmente os de pós-graduação, no qual representam espaços de produção de conhecimento, pois se entende que somente elas são capazes de descrever a realidade em que estão inseridas. Caldwell (2000) revela que essa ausência levou a uma retratação monolítica da realidade, não sendo, dessa forma, considerados os sentidos e os significados da palavra raça, pois se sabe que as experiências sociais são diferentes para as mulheres afrodescendentes, se comparadas com as de outros grupos raciais.

No final do século XIX, a educação das brasileiras era restrita ao ensino fundamental. Em 1879, o governo brasileiro abriu as instituições de ensino superior do país às mulheres, por meio da Reforma Leôncio de Carvalho. Mesmo com a liberdade para obter títulos acadêmicos, as jovens que seguiam esse caminho eram sujeitas a pressões e a críticas da sociedade, por isso “escolhiam” profissões associadas às ações maternas, como a Pedagogia.

De forma semelhante ao ocorrido no início da história de sua inserção escolar, as mulheres são a maioria nos cursos das áreas de educação, humanidades, artes, ciências sociais, direito, saúde, bem-estar social e serviços. Já os alunos dos cursos de ciências, matemática, computação, engenharia, produção, construção, agricultura e veterinária são majoritariamente homens (INEP, 2010).

Estudar as contribuições que levam ao sucesso escolar de mulheres afrodescendentes é fruto do entendimento do significado da educação para uma nação e, principalmente, para os que vivem à margem dela. Sobre essa importância, Pastore e Silva (2000) reforça:

A educação é o mais importante determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros, importância que vem crescendo ao longo do tempo. Não é exagero dizer que a educação constitui hoje o determinante central e decisivo do posicionamento socioeconômico das pessoas na hierarquia social. Por sua vez, um dos principais problemas estruturais da sociedade brasileira é o baixo nível educacional da população. (PASTORE; SILVA, 2000, p. 40).

A escola, no Brasil, durante muito tempo foi um espaço onde se permitiu que práticas, linguagens e comportamentos discriminatórios fossem disseminados. Por isso, problematizar a situação da mulher afrodescendente e o contexto escolar é uma tentativa de revelar algumas dessas barreiras institucionais que precisam ser vencidas para que esse grupo alcance sua formação educacional superior, o que é um fato comum a outros grupos com sucesso

educacional. Contudo Boakari e Silva (2011) afirmam que ter poder aquisitivo e ou formação acadêmica elevada não impede o racismo e a discriminação.

Ao se investigar a mobilidade educacional dessas mulheres, é necessário perceber as particularidades que as separam dos demais grupos étnicos ou de outras minorias. A mulher afrodescendente tem alcançado sua ascensão social por meio de estratégias individuais e não coletivas, diferentemente de outros grupos, como os deficientes, e os índios.

A ascensão social dos negros não pode ser analisada seguindo a mesma lógica da ascensão das minorias étnicas. Essas minorias usam estratégias comuns de ajuda mútua e de solidariedade étnica que no caso dos negros não extrapolam o limite familiar. (FIGUEIREDO, 2002, p. 53).

É dentro dessa realidade supracitada que a mulher afrodescendente se encontra, alicerçada em profundas raízes históricas. Isso se reflete no ensino superior, em especial nas universidades públicas que se constituem como sendo centros de formação das elites brasileiras, as quais ocuparão os futuros altos cargos públicos e privados do País.

Nesse cenário, as “identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade” (LOURO, 1997, p. 85). Contudo, o acesso ao ensino é um espaço de produções, de lutas, de transformações e de descobertas para mudança dessa realidade. Dentro de um contexto social de descriminação, de preconceito e de racismo que a mulher afrodescendente se insere, a educação é um mecanismo que possibilita a mudança social.

O acesso à educação para a mulher afrodescendente contribui não somente para uma mobilidade social vertical ascendente, ou seja, a conquista de grau acadêmico, mas permite que haja mobilidade no sentido horizontal, que é o compartilhamento de informações entre grupos sociais distintos. Como exemplo, temos a conquista de direitos das empregadas domésticas, que vem ocorrendo pelo crescimento que esse grupo de mulheres tem tido ao acesso às informações que a cada dia tornam mais possíveis o conhecimento e a conquista de seus direitos.

Para grande parte das mulheres afrodescendentes, a mobilidade social, a inserção no mercado de trabalho, o acesso aos bens de consumo e à seguridade social estão estritamente ligados com a ascensão educacional, a formação superior e a profissionalização. Então, para que ocorra uma mobilidade socioeducacional da mulher afrodescendente é necessário o alicerce em três pilares: a educação, a informação e o conhecimento. Algumas pesquisas desenvolvidas por Boakari (2011). Ressalta que ter sucessos no mundo acadêmico ou no campo profissional não isentam o afrodescendente de situações de discriminação.

A conquista do curso superior para a mulher afrodescendente é carregada de sentidos desconhecidos pela literatura. Imagina-se o emaranhado de relações que devem ser construídas e desconstruídas a fim de produzir uma desmistificação dos preconceitos sociais com relação ao seu grupo de pertencimento.

A universidade se constitui no campo fértil para a construção de uma consciência coletiva, que seja capaz de romper as barreiras historicamente construídas, e representa o espaço para o desenvolvimento de suas potencialidades e virtudes. Assim entende-se que a diversidade de raça e gênero contribui para a formação de toda a comunidade universitária.

Pesquisas desenvolvidas por Martins (2011) registraram que os afrodescendentes estão em maioria nas escolas públicas e que além dos fatores estruturais e políticos, há aspectos psicológicos que interferem no acesso desses alunos a educação superior. Outra questão a ser considerada é o fato de que essas “diferenças individuais” e as “características da clientela” têm “legitimado” alguns espaços como sendo da população afrodescendente. Como exemplo, o trabalho doméstico, de maioria afrodescendente, dentre outros que não valorizam a capacidade intelectual e não promove a autoestima, tampouco motivação para o crescimento.

Um dos grandes desafios da escola hoje é reconhecer a diversidade étnica-cultural como inseparável de suas práticas, pois a riqueza presente nessa diversidade é o que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro.

Infelizmente, uma educação que promova a valorização das diferenças individuais deveria ser uma prática natural da educação, pois falar em afrodescendência, principalmente na escola pública, é falar em grande parte dos alunos que são afrodescendentes. Por que essa realidade é excluída?

As dificuldades que as mulheres afrodescendentes possuem em serem reconhecidas dentro de suas singularidades no contexto escolar revelam a necessidade de uma mudança das práticas educativas, do currículo escolar e de mentalidades. Isso se constitui em um dos grandes desafios da escola hoje. Reconhecer a diversidade étnica-cultural como inseparável de suas práticas requer uma valorização da riqueza contida nessa diversidade.

Tal compreensão se faz presente nas atuais políticas educacionais para diversidade. Isto permanece como desafio para a educação, pois propõe uma superação de qualquer tipo de discriminação e da valorização da trajetória particular dos grupos específicos que compõem a diversidade, e com isso surge a necessidade das mulheres afrodescendentes conhecerem a sua história, algo desconhecido para a maioria. Essas ações fazem com que os sujeitos, sobretudo, as novas gerações desses grupos, construam suas identidades no contexto de suas origens, afirmando sua existência sociocultural (BRASIL, 1998).

A diversidade racial na educação tem sido pauta na agenda das discussões sobre Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e das práticas pedagógicas curriculares, que hoje estão no foco de atenção da política educacional brasileira e são objetos de estudo dos que buscam uma educação antirracista, mais justa e humana.

Fazendo uma síntese das leis que contribuem com a inclusão dos afrodescendentes no contexto educacional, a Lei 4.024/61 traz em seus incisos a necessidade de uma educação que trabalhe as diferenças; o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n. 8.712/71, correspondente à Doutrina do Currículo na Lei 5.692/71, prescreve que os currículos reconheçam as peculiaridades locais e as diferenças individuais dos alunos, contudo mesmo em forma de lei existe uma resistência para que esses conteúdos sejam inseridos nos currículos escolares.

Há um estranhamento, primeiro da Lei e segundo das formas metodológicas que poderão ser utilizadas para a sua aplicação. Um dos principais motivos para a desvalorização do ensino da história dos afrodescendentes no Brasil é o desconhecimento da situação socioeducacional dos afrodescendentes.

Com o objetivo de avançar nas discussões e provocar novas reflexões sobre a prática do ensino e sobre a história dos afrodescendentes no currículo escolar, e com o auxílio das discussões provocadas pelos movimentos negros, foi editada a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera o parágrafo 4º, Art. 26 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial das escolas, públicas e privadas, nos ensinos fundamental e médio de todo o país, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Ao tratar das mulheres afrodescendentes e a educação escolar, essas conquistas precisam ser valorizadas e difundidas.

Infelizmente, essas mudanças vêm ocorrendo por meio da lei. A mudança pautada na consciência sobre o valor humano seria o caminho mais coerente e sensato. Contudo, as várias leis ajudam a estabelecer novas posturas e práticas pedagógicas que venham a favorecer as populações marginalizadas como o povo afrodescendente.

Além dessas medidas legais que são importantes para a desconstrução de práticas discriminatórias, preconceituosas e racistas, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) suscitam discussões sobre o afrodescendente e sua cultura, mas não apresentam metodologias e práticas objetivas que contribuam para a aplicação dessas leis, especialmente a lei 10.639/03, que vem sofrendo esse questionamento em várias instâncias da educação.

As distâncias entre as mulheres afrodescendentes e os outros grupos raciais são muito expressivas, principalmente nos níveis mais altos de escolaridade. A capacidade de promover tal mudança, cultural e histórica, potencializaria a nação no sentido de desnaturalizar a presença, em sua maioria, de mulheres afrodescendentes nos espaços sociais menos valorizados.

Contudo, estudar essa temática leva ao entendimento de que já existem múltiplas formas de se trabalhar as questões inerentes a afrodescendência. Porém, a forma mais efetiva é por meio da inserção dessa temática nos currículos e nas práticas pedagógicas em todos os níveis de ensino escolar.

3 RESILIÊNCIA – BREVE DISCUSSÃO

Reconhece a queda e não desanima, levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima”.
(Paulo Vanzolini)

Compreender como algumas pessoas são capazes de superar uma adversidade, é um dos objetivos investigados pelos estudiosos da resiliência. Nos últimos anos, a ciência tem levantado questões que buscam explicar a capacidade desenvolvida pelas pessoas, de superação de adversidades. O fato é que diante de situações e de condições semelhantes, algumas pessoas paralisam-se, enquanto outras buscam recursos internos e externos que as favoreçam para a superação de tais situações, sendo que, em alguns casos, pode até haver fortalecimento da pessoa depois da vivência traumática.

Algumas personalidades públicas traduzem o real significado do termo resiliência, como o iatista Lars Grael, que perdeu uma perna em competição. Grael (2001), em seu livro **A saga de um campeão**, compartilha que o segredo para reverter a situação adversa está em mudar o foco, ajustar as velas, “ressignificar” o seu modo de vida. Para ele, os obstáculos e os acontecimentos diários servem como promoção de seu desenvolvimento pessoal e profissional. Grael cita o teólogo William George Ward: “O pessimista se queixa do vento, o otimista espera que ele mude e o realista ajusta as velas”, e diz que esse pensamento o move rumo ao crescimento. Assim como o iatista, o músico Ray Charles; o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama; o ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, são outros exemplos.

Eis uma demonstração de como a resiliência pode ser percebida: em um curto relato de história de vida de uma pessoa. Marina Silva, a ambientalista, serve de exemplo, pois em sua trajetória por muitas vezes demonstra a sua capacidade de superação, de continuar, em meio às situações mais adversas (pobreza, doença, dificuldade de acesso à educação), problemas que foram transformados em desafios e que, reconhecidos, remetem à possibilidade de crescimento. Seus pais, nordestinos, tiveram 11 filhos, dos quais três morreram. Quando a mãe morreu, Marina estava com apenas 15 anos. A vida no seringal era difícil. Em seu *blog* oficial minhamarina.org.br relata: “Eu acordava sempre às 4h da manhã, cortava uns gravetos, pegava uns pedaços de seringueiras, acendia o fogo, fazia o café e uma salada de banana perriá com ovo. Esse era o nosso café da manhã”. Na adolescência sonhava em ser freira. “Minha avó dizia: ‘Minha filha, freira não pode ser analfabeta’”, lembra e registra em seu *site*. O desejo de aprender a ler passou então a acompanhá-la.

Aos 16 anos, contraiu hepatite, a primeira das três vezes em que foi acometida dessa doença. Seu histórico de saúde inclui cinco malárias e uma leishmaniose. Essas fragilidades a levaram à capital do Estado do Acre, Rio Branco, em busca de tratamento médico. Aproveitou a oportunidade para se dedicar à vida religiosa e, ao mesmo tempo, estudar. Obteve a permissão do pai e deixou a floresta. Trabalhou como empregada doméstica. Revia as lições durante as madrugadas. O progresso nos estudos foi rápido. Entre o período que cursou o Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral, no qual aprendeu a ler e a escrever, até a formação em História, transcorreram apenas dez anos. Sua formação foi complementada posteriormente com a pós-graduação em Psicopedagogia. Marina disputou seu primeiro cargo público em 1986, ao concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados, não conseguindo a eleição. Porém, prosseguiu e disputou uma vaga na câmara de vereadores, sendo a mais votada de Rio Branco. Uma de suas primeiras manifestações foi devolver o dinheiro de gratificações, auxílio-moradia e outras mordomias que os demais vereadores recebiam sem questionamento.

Anos depois, eleita senadora pelo Acre, foi a primeira voz a defender a importância de o governo assumir metas para redução das emissões de gases do efeito estufa. Em 2009, o Planalto anunciou, finalmente, a adoção dessas metas. A lista de prêmios e de reconhecimentos nacionais e internacionais mostra a expressão conquistada pela ex-senadora, no Brasil e no exterior. Quando Ministra do Meio Ambiente, o jornal britânico "*The Guardian*" a incluiu entre as 50 pessoas que podem ajudar a salvar o planeta.

Como Marina Silva, tantas outras personalidades apontam comportamentos resilientes que podem ser identificados através de suas narrativas ou de instrumentos científicos de categorização de modelos resilientes. Contudo, reconhecer as habilidades comportamentais desenvolvidas por essas pessoas tem sido grande desafio para os pesquisadores que estudam a resiliência.

A polifonia discursiva, atribuída pelos mais diversos autores, tem levado a uma convergência dos elementos comuns apresentados nas multiplicidades de conceitos de resiliência. A partir deles, esta pesquisa apropria-se do conceito de resiliência como sendo um conjunto de competências e de habilidades, influenciado por características individuais, ambientais e socioculturais, que favorece a superação de fatalidades podendo contribuir para o fortalecimento individual e coletivo.

O processo de constituição do comportamento resiliente baseia-se na busca do equilíbrio dos fatores de proteção e de risco. Os fatores de proteção estão associados aos

recursos individuais/ambientais que reduzem o efeito do risco; influências que transformam ou melhoram respostas pessoais, como sentido de vida, otimismo, segurança alimentar.

O risco, por sua vez, refere-se às variáveis internas e/ou ambientais que aumentam a probabilidade de uma resposta indesejada, pode-se citar como exemplo destes fatores, a baixa autoestima, situação de pobreza, ou seja, fatores negativos que aumentam a possibilidade de uma pessoa apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais. Hiperatividade, déficits cognitivos são exemplos de fatores internos de risco de problema na escola; negligência, violência, abuso são exemplos de elementos externos, proporcionadores de risco.

Com isso, a epígrafe supracitada, muito usada pelos brasileiros quando querem aconselhar alguém em momento de crise, remete à necessidade de focar no positivo, mesmo nas situações mais “tenebrosas”. Se não há desânimo, são acionados os recursos pessoais e coletivos que promovem a resiliência. Para maior compreensão dos recursos que mobilizam para o crescimento, é imprescindível discutir a resiliência e a ciência que estuda as qualidades e as virtudes das pessoas: a Psicologia Positiva.

3.1 Conceituação e origem

A palavra resiliência vem do latim *resilio* e significa saltar, voltar, recuar, fortalecer-se, encontrar-se, romper, transformar-se, ou seja, reconstruir-se de forma assertiva, positiva, encorajando-se depois do momento de infortúnio, mal-estar e infelicidade. As múltiplas definições de resiliência convergem para a capacidade dos objetos, dos materiais e dos seres vivos de se reinventarem usando a sua faculdade de transformação. Esse sentido vai se ampliando à medida que vão surgindo pesquisas sobre resiliência em indivíduos, famílias, comunidades e populações (YUNES, 2001).

O dicionário de língua inglesa *Longman Dictionary of Contemporary English* (1995, p. 569 apud YUNES, 2001, p. 16)⁴ oferece uma definição de resiliência: “habilidade de voltar rapidamente para o seu usual estado de saúde ou de espírito depois de passar por doenças, dificuldades etc”. Já de acordo com o dicionário “Novo Aurélio” Ferreira (1999, p. 1.223), o termo resiliência refere-se à “propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida ao cessar a tensão causadora duma deformação elástica”.

⁴ Original em inglês: “the ability to return quickly to your usual health or state of mind after suffering an illness, difficulties etc.: resilience of character”.

Como se pode ver, os dois dicionários apontam para conceituações semelhantes que, ao mesmo tempo, divergem, pois, no dicionário de inglês confirma a prioridade ou a maior familiaridade para o uso do termo em fenômenos humanos, apontando, em primeiro plano, a definição nesse sentido. Já no dicionário de português a referência é feita apenas à resiliência de materiais, e mesmo no sentido figurado nada é especificamente óbvio para a compreensão do que seja a resiliência quando se trata de pessoas.

A partir dos significados apontados para o termo resiliência com diferentes abordagens, Yunes (2001, p. 17) constrói seu conceito de resiliência como sendo a “habilidade de uma substância retornar à sua forma original quando a pressão é removida – flexibilidade”.

Quando se trata das ciências humanas, a resiliência se apresenta como um processo e seu conceito ainda está em construção. A característica da resiliência em pessoas segue a mesma ideia das ciências naturais. Essa se apropria do termo ao identificar que o movimento resiliente é presente no comportamento humano de algumas pessoas. Assim, resiliência passa a referir-se à superação de uma ou várias situações de adversidade, em que há um crescimento depois do enfrentamento da situação traumática.

A palavra resiliência apresenta várias definições, dependentes dos campos e áreas, uso e aplicação em que está inserida. Todos os significados conduzem ao mesmo entendimento, convergindo para o ponto central de superação de adversidades quando se refere aos seres humanos. Daí, a sua validade para o emprego na área da educação, em que, de formas diversas, busca respostas para os fatores que contribuem para o bom desempenho educacional.

Para Yunes (2003), a resiliência é um conjunto de processos na vida que possibilitam a superação de adversidades, sem que isso se traduza em invulnerabilidade. Sendo um conceito dentro da Psicologia Positiva, visa provocar nos psicólogos uma visão mais aberta dos potenciais e das capacidades humanas. Segundo Gallende (2004 apud Barlach, 2005), a resiliência não deve ser considerada como uma nova disciplina, mas como um novo olhar sobre velhos problemas.

Yunes (2003) sugere cautela na aplicação do termo em pesquisas, pelo sentido variado que o conceito produz. De acordo com a autora, os estudos produzidos pela Psicologia Positiva apontam para o sentido de resiliência como sendo um dos fenômenos indicativos de vida saudável. A autora investigou a questão da resiliência em famílias de baixa renda. Foram utilizadas entrevistas abertas com oito profissionais que atendem famílias pobres e entrevistas

reflexivas para a obtenção de histórias de vida de duas famílias indicadas por enfrentarem as dificuldades da pobreza e viverem bem.

Com essa pesquisa, a autora fornece informações que se contrapõem ao senso comum, de que ser pobre é ser infeliz ou que pessoas pobres são conformadas com sua situação, por isso, não há mudança. Em seus achados, a autora acrescenta os fatores de proteção que viabilizam a superação de fatores de risco aos quais algumas pessoas são expostas. No seu entendimento, esse movimento propicia o desenvolvimento de comportamentos de resiliência: quando a condição de risco é inexistente ou muito baixa, perde-se o sentido, tornando-se até inadequado, inapropriado falar em resiliência. Rutter (1993 apud YUNES, 2001, p. 28) esclarece as ligações entre resiliência e risco:

Três pontos devem ser considerados nesta relação. Em primeiro lugar, a resiliência não está no fato de se evitar experiências de risco e apresentar características saudáveis ou ter boas experiências; em segundo lugar, os fatores de risco podem operar de diferentes maneiras em diferentes períodos de desenvolvimento, como mostra o exemplo dado por ele mesmo em outro artigo sobre o tema: "Uma criança em idade escolar, diante de uma situação de estresse, tal como ser hospitalizada, será considerada em menor risco, porque provavelmente terá capacidades cognitivas de manter outros relacionamentos durante o período de separação da família e entender por que a sua admissão foi necessária, do que uma criança em idade pré-escolar". Em terceiro lugar, é necessário focar mecanismos de risco e não fatores de risco, pois o que é risco numa determinada situação pode ser proteção em outra.

A autora conclui que se deve verificar as experiências que apresentam risco ao desenvolvimento e ao crescimento do objeto pesquisado para que, a partir daí, investigue-se a resiliência. Sem essa verificação, torna-se inviável o estudo desse fenômeno. Outra contribuição para o entendimento dessa dinâmica surge com Yunes (2001) que, em outra investigação, conclui que crianças resilientes são aquelas que se esquivam dos efeitos negativos e desenvolvem suas competências.

Esta mesma autora em seus estudos, ressalta que a resiliência não é uma característica inata, particular, podendo ser efetiva em determinada situação e ambiente, e, outras vezes, mostrar-se deficitária. Assim, para ela, a resiliência é uma qualidade que nasce na interação entre as pessoas, pode ser estimulada e desenvolvida por qualquer grupo social, por ser um movimento para fortalecer e para superar as dificuldades e violências sofridas.

Na perspectiva de Barlach (2005, p. 108), a resiliência é definida como "a construção de soluções criativas diante das adversidades presentes nas condições de trabalho e dos negócios da sociedade atual, da qual resulta um duplo efeito: a resposta ao problema em

questão; e a renovação das competências e do élan vital dos indivíduos”. A resiliência promove o movimento que faz a pessoa elaborar novos comportamentos, ou seja, não é um desejo apenas de controle da situação, mas a necessidade de aquisição de novas habilidades que a favoreçam na superação das dificuldades em momentos estressores.

A partir de pesquisa quantitativa realizada por meio de sua tese em Psicologia Clínica, Barbosa (2006) conceitua a resiliência como uma capacidade pessoal de transcender obstáculos, embates, conflitos e adversidades inesperados, estruturada por crenças determinantes, que a pessoa organiza desde tenra idade.

O significado de cada fator é importante para compreender essa condição. Conforme Barbosa (2010c), os fatores componentes da resiliência são: o **autocontrole**, que seria a capacidade de se conter emocionalmente diante do novo; a **leitura corporal**, que se compreende como a capacidade de organizar-se do sistema nervoso ao muscular, adaptando-se aos estímulos do ambiente; o **otimismo para com a vida**, como sendo a capacidade de acreditar que as pretensões terão êxito; a **análise do contexto**, que se caracteriza por possibilitar a percepção e a compreensão das diversas relações presentes no ambiente; a **empatia**, que se constitui na capacidade que o indivíduo possui de se perceber no contexto do outro; a **autoconfiança**, que representa a crença na eficácia das ações propostas; **conquistar e manter pessoas**, que é a capacidade de se relacionar com o outro e preservar o relacionamento; e **sentido de vida**, que se fundamenta na fixação em algo central que norteará as ações.

Em se tratando de estudos da resiliência na vida de afrodescendentes, Nadal (2007) descreve-a como sendo um conjunto de valores morais. Os vínculos afetivos estabelecidos com alguns familiares e outras pessoas de referência, bem como a aprendizagem através do exemplo, foram as características que mais se destacaram no que tange ao desenvolvimento pessoal e da resiliência dos sujeitos da pesquisa que desenvolveu. Carvalho (2008), por sua vez, baseado em uma pesquisa sobre a capacidade superativa e emancipatória de mulheres afrodescendentes cariocas, considera que resiliência consiste no fato de o ser humano responder positivamente às adversidades da vida.

Os conceitos de resiliência são muitos e complexos, estando relacionados aos sentimentos positivos. Apesar das pessoas resilientes vivenciarem sentimentos desfavoráveis no processo de superar uma adversidade, estudos sobre resiliências não focam em emoções negativas como raiva, medo e tristeza. Muito mais cabíveis estão as emoções positivas já mencionadas anteriormente: alegria, prazer e amor. E, ainda, a coragem. Por quê? Essa seria a

alavanca para o desenvolvimento quando se pretende o enfrentamento com as condições adversas do meio em que se vive (BARLACH, 2005).

Os estudos sobre resiliência no Brasil já representam, atualmente, campos teórico e prático. Investigação sobre a resiliência tem despertado, nos últimos anos, grande interesse das ciências sociais e humanas. O objetivo comum a esses estudos é a compreensão da resiliência em indivíduos ou grupos para, se possível, refletir como ajudar pessoas a desenvolverem esta competência.

São consideradas atitudes resilientes a passagem e a superação dos mais variados eventos traumáticos, estressores, como: estupros, sequestros, catástrofes, perdas. A vida do psiquiatra e psicólogo austríaco, criador da Logoterapia, Viktor Frankl (1999), representa um verdadeiro e autêntico exemplo de resiliência, que, além de conseguir sobreviver ao campo de concentração, soube dar “sentido” ao seu sofrimento, transformando-se e crescendo com a dor. O psiquiatra era um resiliente, consoante com o real significado do conceito, pois ele transformou a calamidade em crescimento. Apesar das adversidades, ele foi capaz de continuar com a sua vida de maneira ativa, sendo produtivo e ajudando aos outros.

A resiliência refere-se diretamente à postura que Frankl (1999) assumiu diante da adversidade no campo de concentração. Ele percebeu que o que o mantinha vivo era o significado que tentava atribuir à sua vida, isto é, tentava ter esperança e objetivos, mesmo em meio a tantas adversidades. Na sua aceção, aquele que não tinha mais nenhuma meta, perdia o sentido de sua existência e assim todo e qualquer motivo para suportar o sofrimento. Ainda no campo de concentração, o autor escreveu relatos de histórias, que se tornaram o livro no qual descreve a teoria que desenvolveu, intitulada de **Logoterapia**, ou seja, a **Terapia do Sentido da Vida**.

Eis que então aplico-me um truque: vejo-me de repente ocupando a tribuna de um grande auditório magnificamente iluminado e aquecido e diante de mim um público a ouvir atento, sentado em confortáveis poltronas, enquanto vou falando; dou uma palestra sobre a Psicologia do campo de concentração e tudo aquilo que tanto me tortura e oprime acaba sendo objetivado, visto e descrito na perspectiva mais alta da ciência... Através desse truque consigo alçar-me, de algum modo, para acima da situação, colocar-me acima do tempo presente e de seu sofrimento, contemplando-o como se já estivesse no passado e como se eu mesmo, com todo o meu tormento, fosse objeto de uma interessante investigação psicológico-científica, por mim mesmo empreendida. (FRANKL, 1999, p. 73).

Essa experiência indica a resiliência por demonstrar que o enfrentamento e a superação de uma adversidade provocam uma mudança no sujeito, fazendo-o renascer mais fortalecido,

reconstruindo-se internamente. Situações dessa natureza convergem para o que Ojeda (1997 apud MELILLO; ESTAMATTI; CUESTAS, 2005, p. 62-63) definiu como elementos da resiliência. Alguns desses pilares como a introspecção, a interdependência, a capacidade de relacionar-se e a criatividade, foram necessários para suportar os anos dolorosos dos campos de concentração.

Ao examinar a vida e a obra de Frankl (1999), é perceptível que todos os elementos contidos nos múltiplos conceitos de resiliência estão presentes em sua história, que ensina que os eventos considerados negativos da vida devem ser sempre pensados como um processo e não como um fim em si mesmo.

Lindstrom (2001) adverte que ao utilizar a resiliência em relação aos indivíduos, devem-se considerar amplos aspectos como ética, ambientes sustentáveis, equilíbrio ecológico, ou seja, uma análise do contexto. Darwin (1859), em sua obra sobre a evolução das espécies, relata que a sobrevivência é para as espécies que conseguem se adaptar às mudanças ocorridas no ambiente. Porém, a adaptação proposta por Darwin diz respeito somente aos aspectos físicos e biológicos das espécies animais.

A resiliência é um processo que ocorre na espécie humana que possui uma linguagem e um conjunto de valores e princípios que são reflexo de sua cultura. A base da teoria de Darwin (1859) é importante para o estudo da resiliência, porém nele devem ser desconsiderados os aspectos que favoreçam a ideia do determinismo, em que haveria pessoas ou grupos predestinados a não recuperação depois de uma adversidade, pessoas fadadas ao não sucesso.

Contudo alguns autores como Martineau (1999) defendem a ideia que ser resiliente impõe normas prescritas de sucesso educacional e social, aqueles que não se adequam às normas seriam patologizados como “não resilientes”, ou seja, aqueles que não alcançam os objetivos predeterminados pela sociedade não poderiam ser considerados resilientes. Reflexões como essas se tornam grande desafio para os pesquisadores da atualidade, devido aos interesses de estudar grupos silenciados e marginalizados pela sociedade.

De acordo com Mastem (2001), resiliência não é inata, pode ser promovida por alguns fatores como cuidado parental, habilidades cognitivas de autorregulação, autoestima elevada e motivação intrínseca. O pensamento do autor nesta pesquisa, que defende o caráter processual da questão da resiliência, é de relevante importância.

Gallende (2004 apud Barlach, 2005) descreve relações entre o ambiente e comportamentos inatos. Para o autor:

Na história da humanidade, os grandes resilientes foram justamente aqueles homens e mulheres que se propuseram a mudar a sociedade e a cultura em que viviam, assumindo em si mesmos a tarefa de plasmar na sociedade seus próprios valores e ambições de transformação. Resiliente é quem não se resigna a reproduzir as condições existentes; sua ambição cria o imaginário de uma mudança possível e isto já o modifica como indivíduo e, por sua vez, causa impacto sobre o grupo imediato e assinala os comportamentos práticos para enfrentar a adversidade e suas imposições. O sujeito resiliente não é um adaptado e, menos ainda, um inadaptado; é um sujeito crítico de sua situação existencial, capaz de apropriar-se dos valores e significados de sua cultura que melhor sirvam à realização de seu próprio anseio ou ambição.

A proposta de investigar a resiliência em mulheres afrodescendentes é nessa perspectiva de transformação, de reflexão de sua situação existencial. Pesquisas sobre resiliência caracterizam essa população, com o intuito de provocar mudanças nos valores e nos significados atribuídos a elas.

Julgados e selecionados em casa, no trabalho, nas relações sociais; escolhidos pelos méritos e rejeitados pelas fraquezas; selecionados pela cor da pele, pela textura do cabelo, pelos traços da boca, dos olhos e do nariz. Assim, para sobreviver, o indivíduo precisa ser resiliente, ou seja, ser elástico, ter a capacidade de resistir aos choques, às situações de discriminação, ao preconceito e ao racismo. Ao contrário da teoria darwiniana, é importante enfatizar que, embora seja íntima e pessoal, a resiliência não se conquista sozinha.

Segundo Infante (2005), o indivíduo demonstra ser resiliente quando consegue atingir as expectativas sociais ligadas à sua etapa de desenvolvimento ou quando não apresenta sinais de desajuste. Para Melillo (2004), a adaptação a uma situação desfavorável não pode ser tomada como sinônimo de conformismo social, o que quer dizer que o indivíduo é o sujeito e não o objeto de sua história pessoal; ele é construtor de uma biografia particular, singular e única: a sua.

Gallende (2004 apud Barlach, 2005 p.56) acrescenta, ao dizer que a subjetividade é criativa, ou seja, ideias pessoais, autônomas, ativas e dispostas à inovação e à mudança, características que são culturalmente construídas, podem contribuir no processo de resiliência. Nessa perspectiva, a resiliência em indivíduos não deve servir para rotular, segregar ou eximir do Estado, da sociedade e da família o papel de provedores de condições que favoreçam o desenvolvimento da resiliência. À medida que as pesquisas vão avançando nessa área de estudo, surgem novas compreensões de como acontece o processo de vivenciar uma adversidade ou um trauma e se sobressair da situação mais fortalecido que antes, caracterizando a resiliência como multidimensional.

3.2 Multidimensionalidades da resiliência

Muitas pesquisas estão voltadas para o estudo da resiliência, mas de qual resiliência estão falando? Yunes (2001) registra que o inglês Thomas Young formulou as primeiras ideias sobre a ação resiliente, em 1807, quando realizou pesquisas sobre a elasticidade dos materiais. O autor descrevia experimentos sobre tensão e compressão de barras metálicas, buscando a relação entre a força que era aplicada a um corpo e a deformação que esta produzia. Timosheibo (1983 apud YUNES, 2001).

As primeiras definições do termo resiliência advindas das ciências naturais passam por modificações em sua conceituação e algumas se apresentam desta forma: originariamente, o termo resiliência vem da Física e refere-se à “propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora da deformação elástica” (FERREIRA, 1999, p. 1223). Ilustra essa capacidade, a expansão de um elástico, o qual, quando esticado, acumula energia e volta com força ao estado normal.

Na Engenharia, em seus diversos ramos, tem-se estudado um campo de saber específico chamado de Resiliência dos Materiais, que é a capacidade que os materiais têm de absorver energia, sob tração, e devolvê-la quando relaxado. Essa dinâmica é importante para desenvolver estruturas de grande porte, como pontes e prédios. Para a Engenharia, resiliência é uma característica do aço, material que possui alto limite de escoamento e baixo módulo de elasticidade, portanto ideal para ser usado como mola em diversas estruturas construídas pelo homem.

Na Física e na Engenharia, a resiliência é tomada com o mesmo sentido, um material que sofre impacto, volta ao seu estado normal sem nenhuma deformidade depois de cessar a pressão exercida sobre ele (YUNES, 2003). Segundo a mesma autora, no campo das ciências sociais, a resiliência é compreendida como uma qualidade atribuída a uma pessoa com características de perseverança e de resistência frente às adversidades que encontra. As formas positivas de conduta de superação de indivíduos, sozinhos ou em grupos, apesar de viverem em condições adversas, motivaram e deram origem ao desenvolvimento de pesquisas no campo das ciências sociais.

Na Geografia, conforme Walker (2004), a resiliência é avaliada como a capacidade de um sistema absorver um distúrbio – catástrofes, terremotos, queimadas –, e se reorganizar depois de ter sofrido alteração, mantendo em sua essência a mesma função e estrutura. A resiliência é parte integrada do ecossistema e vai ao encontro do conceito trabalhado na

Biologia, que a entende como a capacidade que a natureza tem de se reorganizar após passar por uma situação de devastação/desgaste.

No campo das Ciências da Saúde, Gayton (1977) foi um dos primeiros pesquisadores a usar o termo resiliência. Em seus estudos, verificou que havia pessoas que sofreram traumas agudos ou prolongados, considerados de risco para o desenvolvimento de doenças físicas e psíquicas, mas que não adoeciam como esperado.

Especificamente na Medicina, a resiliência é a capacidade que um organismo tem de resistir, por si próprio, ou por medicamentos a uma doença, infecção ou intervenção, recuperando-se de forma positiva, saindo fortalecido em múltiplos aspectos depois de algum acidente ou trauma. Um doente resiliente é aquele que tem condições de administrar suas emoções, compreender sua situação vigente e ressignificar o seu sentido de vida diante da dura experiência.

A Psicologia, por estudar a relação entre o indivíduo e seu meio social, apreende a importância dos estudos sobre resiliência na sociedade do século XXI. Assim, tem investigado os comportamentos patológicos e os parâmetros para a adaptação humana ao meio ambiente, sob o efeito de crescentes tensões sociais, econômicas e políticas. Esses fatores de risco não são estáticos, mudam condizente com as circunstâncias de vida e têm diferentes repercussões nas histórias dos indivíduos.

Por essa compreensão, a Psicologia aproxima-se do conceito trazido pela Medicina. Yunes (2001) expõe que a Psicologia trouxe o conceito de resiliência para caracterizar os comportamentos que algumas pessoas apresentam de sobrepujar situações inadequadas como perdas, estresses, crises, e conseguir se adaptar ou se ajustar à nova situação, e, em muitos casos, sair mais fortalecidas que antes de ter experienciado tal evento. Não obstante, deve-se considerar a forma de apropriação da Psicologia de um conceito construído dentro de um modelo matemático, positivista.

Todo ser humano é potencialmente resiliente. Por isso, é importante um manejo cuidadoso para não incorrer em comparações indevidas ou em categorizações que levem a um entendimento de que existem pessoas resilientes e não resilientes. A resiliência pode ser entendida como condição, competência, habilidade, e que todas as pessoas possuem predisposição para desenvolvê-las em algum momento de suas vidas.

É importante registrar que a resiliência pode se manifestar em áreas distintas da vida, ou seja, uma pessoa pode ser resiliente para transformar a perda de um emprego em algo que proporcione atitudes que favoreçam ao crescimento, mas, concomitantemente, não conseguir transformar, superar, a perda de um ente querido, ou, ainda, ser resiliente nas duas áreas.

No interior da Psicologia, a resiliência está ligada ao desenvolvimento e à promoção de saúde, compreendida como capacidade do ser humano de agir de forma positiva. É a maneira como os seres humanos administram os infortúnios que enfrentam ao longo de seu desenvolvimento, ou em contextos específicos, reconhecendo seu potencial de risco, mas sem perder a capacidade de mobilizar os recursos pessoais nas situações adversas que enfrentam. Por isso, tanto na Medicina, quanto na Psicologia, os estudos sobre resiliência focam o desenvolvimento de recursos saudáveis e inteligentes de que a pessoa dispõe independentemente de suas psicopatologias.

Ojeda (2004, p. 19) traz outras contribuições sobre as diferentes correntes científicas que estudam a resiliência, afirmando que a resiliência estadunidense é centrada no indivíduo; seria mais pragmática, tomando como avaliação da resiliência dados observáveis e quantificáveis, comumente com enfoque behaviorista ou ecológico transacional, proposto por Bronfenbrenner (1993). Esse autor privilegia o estudo contextual do desenvolvimento e a ênfase está no conteúdo do que é percebido, desejado, temido, pensado ou adquirido pelo pensamento da pessoa, permitindo analisar os resultados, juntando as características do ambiente e do sujeito. A resiliência, aqui, surge como produto da interação entre o sujeito e o meio em que está inserido e a situação em questão.

Na Europa, a resiliência teria uma perspectiva ética, mais relativista, com enfoque comumente psicanalítico, tomando a visão do sujeito como relevante para a sua avaliação. Consoante Fantova (2008), a resposta do sujeito às adversidades transcende aos fatores do meio, é “tecido” a partir da dinâmica psicológica da pessoa, o que possibilita uma narrativa, há um só tempo, íntima e externa sobre a própria vida. Já a corrente latino-americana é mais comunitária, enfocando o social como resposta aos problemas do sujeito em meio às adversidades. É este o papel da Psicologia Positiva.

3.3 Psicologia Positiva e resiliência

A Psicologia Positiva é um movimento recente dentro da Psicologia, que visa o reconhecimento e o desenvolvimento das virtudes humanas. Tem por objetivo trabalhar e potencializar as capacidades e as qualidades positivas das pessoas. Representa uma área de estudo recente em relação às demais áreas de atenção desta ciência, com contribuições inumeráveis para compreensão do desenvolvimento humano.

Somente em meados dos anos 1990 surgiram as primeiras pesquisas sobre Psicologia Positiva, coordenadas por Martin Seligman, ex-presidente da Associação Americana de

Psicologia dos Estados Unidos (APA). Estudioso das causas que levam as pessoas à depressão, Seligman (2004) decidiu mudar o foco de suas investigações e buscou entender as origens do bem-estar subjetivo, ou seja, da felicidade. Como resultado de seus estudos, publicou a obra intitulada **Felicidade Autêntica**. De acordo com ele, a felicidade é algo que deve ser cultivado diariamente, com bom humor, otimismo e gentileza. Após anos de pesquisa e atuação como psicólogo, dentro de um modelo médico centrado no cérebro problemático e nos defeitos das pessoas, o autor exprime três afirmativas que contribuem para o desenvolvimento da Psicologia Positiva:

Precisamos de pesquisas de grande porte sobre qualidades e virtudes humanas. Precisamos de profissionais que reconheçam que grande parte do melhor trabalho que realizam é ampliar essas qualidades, em lugar de consertar os defeitos de seus pacientes. Precisamos de psicólogos que trabalhem com famílias, escolas, comunidades religiosas e empresas, para enfatizar seu papel fundamental de potencializar as qualidades. (SELIGMAN 1998 apud SNYDER; LOPEZ, 2009, p. 19).

Seu pensamento remete ao desejo de desconstrução da Psicologia do modelo “clínicocêntrico” e “hospitalocêntrico”, ou seja, um modelo com um foco no adoecimento, no patológico, no sofrimento, como isso tem negligenciado as qualidades dos seres humanos, focando seus estudos basicamente na investigação das patologias.

Ao contrapor esse modelo, Seligman (2004) tornou-se precursor do movimento, denominado Psicologia Positiva, que se encontra em construção, pois alguns autores consideram-na uma negação à Psicologia “tradicional”. No entanto, essa não é intenção do movimento, ou seja, opor-se à Psicologia Tradicional. Ao contrário, reconhece e valoriza todo esforço em amenizar o sofrimento humano. O objetivo principal da Psicologia Positiva é ajudar as pessoas a desenvolver as potencialidades, as qualidades e as virtudes humanas. Nos últimos anos, através dela, psicólogos vêm produzindo métodos e técnicas de promoção do bem-estar subjetivo com a intenção de construir uma ciência que valorize mais o lado positivo do ser humano (SNYDER; LOPEZ, 2009).

Sob essa ótica, para Calvetti, Muller e Nunes (2007), a prática da Psicologia Positiva tem o objetivo de motivar as pessoas a se desenvolverem impulsionadas por sua força, promovendo a evolução do indivíduo de modo salutar e a prevenção das patologias, não praticada pela Psicologia, como seria o ideal.

Nessa visão de promoção e de melhoria de qualidade de vida, no artigo **Potencializando as qualidades humanas: a missão esquecida da Psicologia**, Seligman

(2007 apud SNYDER; LOPEZ, 2009) refaz o percurso histórico da Psicologia, comumente subtraído da maioria dos livros, principalmente dos que contam a sua história.

Antes da Segunda Guerra Mundial, a Psicologia tinha três missões: curar as doenças mentais, tornar a vida das pessoas mais satisfatória e identificar e cultivar talentos superiores. Depois da Guerra, dois eventos mudaram a cara da Psicologia. Em 1946, foi criada a Administração para Veteranos de Guerra (*Veterans Administrations*) nos Estados Unidos, e os profissionais da Psicologia descobriram que poderiam ganhar a vida tratando de doenças mentais. Em 1947, instituiu-se o Instituto Nacional de Saúde Mental (*National Institute of Mental Health*), e os psicólogos acadêmicos descobriram que poderiam obter financiamentos para a pesquisa sobre doenças mentais. Como resultado disso, demos passos enormes rumo à compreensão e ao tratamento da doença mental. Pelo menos dez transtornos que anteriormente não eram tratáveis abriram seus segredos e agora podem ser curados ou aliviados consideravelmente. Melhor do que isso: milhões de pessoas tiveram seus problemas aliviados pelos psicólogos. (SELIGMAN, 1998 apud SNYDER; LOPEZ, 2009, p. 18).

Seligman (1998 apud SNYDER; LOPEZ, 2009, p. 19) afirma, em seu artigo, conforme a mesma fonte, que a “missão dos estudiosos da Psicologia Positiva é relembrar ao campo da Psicologia que os objetivos de sua criação fugiram da rota, pois a Psicologia não é somente o estudo da doença, da fraqueza e do dano; é o estudo da força e da virtude”.

A Psicologia passa a ser praticamente um sinônimo de tratamento de doença mental. Sua missão histórica de fazer a vida das pessoas comuns, mais produtiva e plena, fica em segundo plano em relação à cura de desordens e às tentativas de identificar e apoiar gênios praticamente abandonados. (SELIGMAN, 2004, p. 34).

Essa mudança de paradigma se refletirá na melhoria da qualidade de vida, nos diversos contextos nos quais as pessoas estão inseridas. Outros autores como, por exemplo, Lourenço (2000), Coimbra (2008), Graziano (2005), Nunes (2007) e Marujo (2008), corroboram com o pensamento acima referido.

A Psicologia Positiva sugere um redirecionamento do enfoque das pesquisas sobre comportamento humano, busca compreender os aspectos sadios do desenvolvimento humano. Para estudiosos dessa área, a partir da compreensão da interação da pessoa com o ambiente, é possível ampliar o entendimento dos fatores que impedem seu desenvolvimento, e dos fatores de proteção, que favorecem a superação dos mais diversos obstáculos envolvidos no processo de seu crescimento.

Essa nova forma de entendimento proporciona o surgimento de estudos sobre os fatores de proteção que contribuem para o desenvolvimento de uma pessoa, tais como: fé, habilidades interpessoais, criatividade, esperança, autodeterminação, felicidade, satisfação, otimismo, bem-estar subjetivo e resiliência. Estudos como os dessas categorias investigam os aspectos bons do comportamento humano (SNYDER; LOPEZ, 2009).

A resiliência é uma temática que cresce no Brasil e tem se tornado objeto de estudo em outros povos (TAVARES, 2001). A Organização Pan-americana de Saúde (OPS), em 1997, definiu novo marco conceitual: uma agenda baseada na resiliência e na promoção de saúde e desenvolvimento humano (MARIA; OLIVEIRA-MONTEIRO, 2012).

A Psicologia Positiva contribui com os estudos sobre resiliência por ressaltar os aspectos positivos do desenvolvimento, indicativos de uma vida saudável. É dentre esses fenômenos considerados positivos no desenvolvimento humano que se encontra a resiliência, uma adaptação positiva a despeito das adversidades.

Para Luthar (2006), investigadora destacada no estudo do tema, a resiliência abrange processos atípicos, nos quais uma adaptação positiva manifesta-se em circunstâncias da vida que conduziriam geralmente ao desajustamento.

Consoante Snyder e Lopez (2009), a Psicologia Positiva se encontra com a resiliência, quando procura identificar quais características positivas auxiliam as pessoas acometidas por patologias a redirecionarem suas vidas. As desconstruções desse modelo de estudo já fazem parte dos currículos de algumas instituições de ensino superior no Brasil, tais como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em que disciplinas como “Resiliência e Bem-estar Subjetivo” vêm ganhando espaço e relevância. Nos Estados Unidos, em instituições de ensino como Yale, Harvard, Universidade da Pensilvânia e do Michigan, há o desenvolvimento de pesquisas na área da Psicologia Positiva (SNYDER; LOPEZ, 2009).

Ao analisar o lado patológico da Psicologia, é perceptível que o homem é refém de suas crenças e de seus valores, o que o impede de visualizar os caminhos transformadores, criando barreiras que o limitam, impedindo seu desenvolvimento. Por isso, há a necessidade de uma porção da Psicologia Positiva nesta investigação, pois ela propõe estimular o desenvolvimento das forças positivas inerentes à pessoa e sugere o investimento em intervenções nesse enfoque.

Há estudiosos que concordam que o risco ou a adversidade devem estar presentes para que uma pessoa seja considerada resiliente. Sobre as raízes da resiliência, Snyder e Lopez,

(2009) apresentam estudos realizados por Werner e Smith (1982), com foco na pessoa e na Psicologia Positiva.

Werner (1993), psicóloga estadunidense, durante 40 anos, entre os anos de 1955 e 1995, realizou uma pesquisa com 700 crianças nascidas na ilha de Kauai, no Havaí. Muitas delas trabalhavam na plantação de cana-de-açúcar ou em atividades associadas e viviam sem escola, submetidas a vários fatores de risco, sem expectativa de sucesso educacional, com problemas sociais pelo déficit do apoio familiar, com problemas de alcoolismo, drogas, violência doméstica.

Contudo, mesmo inseridas em situação de vulnerabilidade social, um terço delas, na idade adulta, havia aprendido a ler, conseguido trabalho e constituído família, vindo a ratificar a ideia de que apesar das pessoas serem submetidas a adversidades e riscos, elas podem ser capazes de desenvolver condutas e competências que lhes permitam ter uma boa qualidade de vida.

Com o passar do tempo mais de 80% do grupo pesquisado tinha se recuperado das adversidades vivenciadas, muitos atribuíram sua força ao apoio de um adulto que os cuidou (parente, vizinho, professor, um mentor). Os resultados desta investigação mostram como é real a resiliência e como outras pessoas podem ajudar no seu fortalecimento. Assim, considerando a história afrodescendente no Brasil, é pertinente a reflexão sobre a relação entre a resiliência e a afrodescendência.

3.4 Resiliência e afrodescendência

Munanga (2003, p. 9) diz que um marco dos problemas referentes à população brasileira afrodescendente surgiu há 400 anos, quando os primeiros africanos foram trazidos ao Brasil. Todos os direitos necessários para o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional foram-lhes usurpados e reservados somente aos homens e às mulheres livres. Olhar para o passado significa visualizar os primeiros comportamentos de superação de adversidades, de transformação e de crescimento desse grupo. A resiliência do afrodescendente é indiscutivelmente singular a qualquer outro grupo por ser uma resiliência alicerçada na resistência, na alegria e na perseverança.

Estudos sobre resiliência promovem uma desconstrução do valor atribuído ao afrodescendente no imaginário coletivo, que por séculos carrega estigmas e estereótipos que não condizem com a sua realidade.

Masiero (2002) relata que, na virada do século XIX para o XX, os psiquiatras e os psicólogos debatiam dois fatores que pareciam indiscutíveis com relação ao psiquismo da população afrodescendente: é a disposição para possuir certas desordens mentais como a predisposição ao alcoolismo e às psicoses alucinatórias e a sua baixa capacidade intelectual. Para isso, baseavam-se em estudos comparativos da capacidade intelectual dos afrodescendentes e dos ditos brancos. Esses contrassensos reforçavam a continuidade do contexto racista do começo do século XX.

Nesse caso, a resiliência é mais um elemento que pode ser estudado afim de melhor compreender e desconstruir ideias negativas sobre os afrodescendentes. Desse modo, a Psicologia resgata a sua missão esquecida de promoção das virtudes, das qualidades e das potencialidades humanas.

Estudos realizados no Brasil, explicitamente sobre resiliência e afrodescendência, por Nadal (2007) e Carvalho (2008), abrem caminho para a compreensão dos fatores internos e externos que servem como barreiras no crescimento pessoal e profissional dessa população. Seus achados chamam a atenção para a necessidade não só de estudar a resiliência em afrodescendentes, mas de entendê-la em diferentes classes sociais e grupos raciais e étnicos.

Nadal (2007), em seus estudos, encontrou muitas semelhanças entre os afrodescendentes pesquisados, três homens e três mulheres bem-sucedidas profissionalmente, acima dos 39 anos de idade, com situação econômico-financeira estável, pertencendo à classe média e média alta. Carvalho (2008) investigou a trajetória de mulheres negras cariocas a partir de uma releitura crítica dos conceitos de resiliência e empoderamento. Essa expectativa que os pesquisadores possuem de encontrar semelhanças nas formas com que os afrodescendentes superam suas adversidades é algo que merece cuidado para não incorrer no erro de enquadramentos desnecessários e que não revelam a realidade, pois:

Tentar compreender sua vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um sujeito cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 2001, p. 189-190).

A pesquisa sobre resiliência em afrodescendentes, desenvolvida por Nadal (2007), tem foco principal na compreensão de como, ao longo das suas vidas, os afrodescendentes participantes da pesquisa desenvolveram a sua resiliência, bem como o reconhecimento dos fatores que influenciaram e possibilitaram esse processo diante das adversidades presentes

nessa trajetória. Seus achados demonstraram que a promoção do desenvolvimento da resiliência é de responsabilidade dos diversos fatores como: características internas, família, comunidade e cultura. Sua pesquisa aponta características resilientes comuns entre os afrodescendentes como:

[...] determinação, persistência, bom uso da memória e do esquecimento, bom humor, solidariedade, altruísmo, empatia, motivação, objetivos definidos a curto e a longo prazos, superação das adversidades, aprender da experiência, autotransformar-se, a busca de um sentido, respeito, ética, autoestima, valorização dos estudos, persuasão, ascensão profissional constante, competitividade, auto-realização e intuição. (NADAL, 2007, p. 155).

A autora considera a natureza sistêmica da resiliência, de variáveis internas e externas que se relacionam favorecendo-a, logo, são resultados dos diversos níveis. São eles: ontossistema (características internas); microssistema (família); exossistema (comunidade); e o macrossistema (cultura e sistema político).

Pesquisas como essa demonstram as características individuais e coletivas desenvolvidas pelos afrodescendentes para se sobressaírem em meio ao complexo cenário de exclusão histórica no qual se encontram inseridos. A autora conclui que uma parcela mínima dessa população consegue superação diante das adversidades, por haver entraves históricos, que obstaculizam a sua ascensão social.

É notório que o acesso às oportunidades para brancos e negros não é o mesmo e esse fato é verificado diariamente, nos diferentes postos de trabalho, até mesmo desconhecendo os dados estatísticos provenientes de diferentes pesquisas governamentais e de outros setores. O importante, além de conhecer essa realidade de exclusão e de quantificá-la, é saber o que é feito a partir da ciência de tais informações. (NADAL, 2007, p. 148).

O estudo de Carvalho (2008) analisou a trajetória de mulheres afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro. Conclui que esse grupo populacional vem conquistando lugares sociais, aos quais não tinham acesso, principalmente pelo motivo da discriminação social.

Muitos são os impactos do mito da democracia racial na sociedade brasileira, podendo destacar-se alguns deles: a) “cor” e a “aparência” serem apresentados como distintos e considerados mais importantes do que a “raça”; b) não reconhecimento de “grupos raciais” ou “comunidade negra” no Brasil; c) a discriminação social ser apresentada como a única responsável pelas desigualdades brasileiras (assim, as discriminações que se aparentam raciais são consideradas como unicamente de classe). (GUIMARÃES, 2001 apud CARVALHO, 2008, p. 17).

Em seu trabalho, faz uma releitura crítica dos conceitos de resiliência e de empoderamento; explica a resiliência por meio de algumas personalidades brasileiras, como a ginasta Jade Barbosa, o músico e cantor Herbert Viana, e o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com essa autora, a resiliência deve ter em sua base o empoderamento, já que ele consiste no aumento de poder e de controle sobre as decisões de determinados problemas da vida e produz força individual, manifestando-se em comportamentos de autoconfiança. Assim, ela chegou ao conceito de “autonomia superativa e emancipatória”, que, acredita, pauta-se nas seguintes ideias:

1) no reconhecimento da necessidade da organização social de uma população, especialmente considerando uma história marcada por desigualdades sociais e uma atualidade que ainda denota posição socialmente vulnerável; 2) a perspectiva da trajetória histórica marcada por adversidades e obstáculos superados, ou seja, enfrentados e não sucumbidos, e que fizeram com que o indivíduo saísse mais fortalecido após esse episódio, não raro passado a vislumbrar uma postura crítica a respeito da realidade social; 3) a emancipação, ou seja, o ato de reconhecimento de potencialidades e possibilidades, somente é possível através de uma perspectiva de empoderamento, sendo necessário que o indivíduo reconheça sua força (poder) para que possa, posteriormente, sentir-se emancipado e assim seguro para o enfrentamento de obstáculos. (CARVALHO, 2008, p. 68).

Os estudos dessa autora se desenvolvem a partir dos relatos das mulheres afrodescendentes cariocas utilizando o campo de saber Autonomia Superativa Emancipatória. Sua tese conclui que há um fortalecimento individual após terem vivenciado episódios traumáticos, em que algumas passaram a desenvolver atividades junto a grupos historicamente oprimidos, com o objetivo de empoderamento, seja pela valorização de sua beleza, pelo reconhecimento da sua cidadania, ou pela continuação ou volta aos bancos escolares.

Em sua obra, a autora traz dois importantes questionamentos: houve uma redução da discriminação racial? As mulheres construíram estratégias diferenciadas para enfrentar a discriminação? Tais questionamentos ficam em aberto, podendo ser objetos de estudo para futuras investigações.

Em outras realidades não brasileiras, os resultados não são diferentes. Garmezy (1991 apud YUNES, 2001) realizou pesquisa, nos Estados Unidos, sobre competência em crianças afrodescendentes, na qual os dados demonstram que as crianças apresentaram características importantes para o seu crescimento e desenvolvimento pessoal, habilidades que favoreceram

seu desempenho educacional também na idade adulta. O autor as enumera da seguinte maneira:

1. Habilidades sociais identificadas pelas professoras (amigáveis e queridas por outras crianças e adultos);
2. Habilidades cognitivas medidas por testes de inteligência, com modos de responder que indicam 'cautela', ou seja, não respondem impulsivamente;
3. Autopercepção fundada num senso de força, e uma percepção de seus atributos sociais como positivos;
4. Os professores consideraram as crianças como desejosas de aprender, e participantes nas discussões de classe;
5. Crianças que expressam suas preferências por atividades educacionais têm altas aspirações vocacionais;
6. A ausência do pai não se relaciona à produção acadêmica;
7. As casas das crianças são organizadas, limpas e com mais livros;
8. Os papéis dos pais e das crianças são bem definidos;
9. Os pais apresentam consciência dos aspectos individuais da criança, permitem sua autodireção nas tarefas diárias e reconhecem seus interesses e objetivos. (GARMEZY, 1991, p. 424 apud YUNES, 2001).

É possível notar que, mesmo em condições desfavoráveis, que em meio a conflitos familiares, situação de pobreza, as crianças desenvolvem estratégias para superar as adversidades, não sucumbindo aos fatores de risco. Estudos como esse supracitado, permitem a compreensão de como acontece o processo da resiliência frente às violências mais “silenciosas” ou implícitas, como discriminações, preconceito, racismo, experiências de forma bem particulares vivenciadas por homens e mulheres de origem africana, de forma mais acentuada nas mulheres afrodescendentes por viverem situações sexistas e racistas.

Ainda discutindo a resiliência em afrodescendentes, é importante destacar algumas ideias de Freire (1979), pois seus estudos sobre a reação das pessoas frente à privação cultural e à opressão remetem ao processo da resiliência. Ao produzir a noção de “consciência crítica” ou “conscientização”, ou seja, reconhecer conexões entre seus problemas individuais, experiências e o contexto social em que eles estão imersos. O autor aponta as características que se contrapõem à consciência ingênua, aquela que não parte da realidade, mas sim de ideias concebidas por ela mesma.

Anseio de profundidade na análise de problemas. Não se satisfaz com as aparências. Pode-se reconhecer desprovida de meios para a análise do problema. Reconhece que a realidade é mutável. Substitui situações ou explicações mágicas por princípios autênticos de causalidade. Procura verificar ou testar as descobertas. Está sempre disposta a revisão. Ao se deparar com um fato, faz o possível para livrar-se de preconceitos. Não somente na captação, mas também na análise e na resposta. Repele posições quietistas. É intensamente inquieta. Torna-se mais crítica quanto mais

reconhece em sua quietude a inquietude, e vice-versa. Sabe que é na medida em que é e não pelo que parece. O essencial para parecer algo é ser algo; é a base da autenticidade. Repele toda transferência de responsabilidade e de autoridade e aceita a delegação das mesmas. É indagadora, investiga força, choca. Ama o diálogo, nutre-se dele. Face ao novo, não repele o velho por ser velho, nem aceita o novo por ser novo, mas aceita-os na medida em que são válidos. (FREIRE, 1979, p. 40).

A partir das leituras realizadas, surge a percepção de que essas atitudes favorecem a um comportamento resiliente. A consciência crítica envolve a capacidade e a disposição para a promoção da resiliência, pois todos os modelos de resiliência estudados até aqui partem do princípio de que é necessário que o indivíduo tenha um autoconhecimento sobre suas emoções, pensamentos, linguagens, bem como da **análise do contexto** em que se está inserido. A capacidade crítica defendida pelo autor favorece esse campo fértil, para que esses e outros modelos, como **otimismo com a vida, empatia, sentido de vida** sejam utilizados como elementos promotores da resiliência.

Assim, esse autor tem difundido a Educação como promotora da emancipação a grupos oprimidos como os afrodescendentes. Trazendo seus conceitos para o estudo sobre resiliência.

É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz somente com ciência e técnica. (FREIRE, 1996, p. 136).

Nessas palavras há itens fundamentais para pensar a resiliência no contexto educacional. Na medida em que as práticas educacionais considerarem o amor, a humildade, o gosto pela vida, pelo trabalho, e a abertura ao novo, permitirá que se desenvolvam e se fortaleçam forças de superação das adversidades. Nessa mesma obra, Freire (1996, p. 152) diz: “é no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo que me encontro com eles ou com elas”.

Desse modo, para Tavares (2001), pensar em pessoas mais resilientes implica no desenvolvimento das suas autonomias, no favorecimento e na permissividade de pensamentos e reflexões críticas das suas situações individuais, das suas histórias individuais e coletivas, pois a resiliência nada mais é que o conjunto dessas qualidades e virtudes, que quando organizadas e fortalecidas favorecem uma pessoa a responder de forma mais consistente aos

desafios e às dificuldades, reagindo com mais flexibilidade e com capacidade de recuperação a estes desafios e circunstâncias desfavoráveis.

Essas virtudes e qualidades se integram com a atitude otimista, positiva e perseverante que mantém o equilíbrio dinâmico durante e após a superação da adversidade. Freire (1996) acreditava que esses grupos podem conseguir transformações ao desenvolver a consciência crítica da sua realidade sociocultural. Tais mudanças de olhar provocariam reflexos no funcionamento do sistema social mais amplo, como, de forma idêntica, na sua postura frente aos contratempos surgidos por sua classe social ou sua cor.

Em suma, a resiliência surge dentro da nova vertente da Psicologia Positiva, entre os fenômenos indicativos de vida saudável. Pouco a pouco vai conquistando o seu próprio campo de investigação e de análise. O discurso hegemônico foca o humano e refere-se à resiliência como um processo de “superação” de adversidades em indivíduos, grupos e organizações (YUNES, 2001). O percurso pelo campo da Psicologia Positiva faz-se necessário pela compreensão da importância que os sentimentos/emoções positivos desempenham no cotidiano de cada pessoa.

A resiliência relacionada às questões afrodescendentes é um campo pouco pesquisado, denotando que é passível de mais investigações. Resiliência e Psicologia Positiva podem contribuir não somente para ajudar a entender melhor e talvez desenvolver e fazer emergir as forças e as virtudes do caráter, como também para relembrar o desejo de Luther King de “que os meus filhos não sejam julgados pela cor de sua pele, senão pela retidão do seu caráter”. Nesse processo, a compreensão por meio dos estudos, das forças e das fortalezas dos afrodescendentes, somados às outras múltiplas formas já existentes, como as realizadas pelos movimentos sociais e pelas políticas públicas, muito podem influenciar no desmonte aos racismos e aos sexismos.

Se for verdade que diante da adversidade, do trauma, do risco, a melhor saída é reconhecer a “queda” e dar a “volta por cima”, uma melhoraria nos recursos pessoais, aqui chamados de modelos de resiliência, muito podem contribuir para diminuir o sofrimento e para superar a adversidade. A verdadeira mudança, em particular em uma época de incerteza, passará mais pelo fortalecimento dos recursos pessoais, das forças e das virtudes do caráter, pelo enriquecimento das aptidões de adaptação, isto é, pela capacidade de resiliência.

As condições acerca da resiliência em mulheres afrodescendentes sugerem, contudo, que os processos não são universais nem igualmente eficazes nos diferentes grupos sociais, por isso não existem “receitas” mágicas para o sucesso educacional, pois todas as mulheres

afrodescendentes passarão pela necessidade de adequação das estratégias aos contextos específicos de vida.

Essa razão orientou esta investigação sobre a resiliência em um grupo de mulheres afrodescendentes, com curso superior, inseridas no mercado de trabalho no contexto teresinense, cuja metodologia está delineada no Capítulo 4.

4 METODOLOGIA

Cada homem deve inventar o seu caminho.
(Jean-Paul Sartre)

4.1 Apresentação

Neste capítulo são descritos os aspectos metodológicos deste estudo, no qual o objetivo foi investigar as características da resiliência em mulheres afrodescendentes, bem como associá-las ao seu sucesso educacional. Existem vários caminhos metodológicos que poderiam ser seguidos para esta investigação, levando a múltiplas possibilidades de compreensão de um fenômeno tão complexo, como é a resiliência em mulheres afrodescendentes. Contudo, entende-se, a partir de Louro (1997), que:

O modo como pesquisamos e, portanto, o modo como conhecemos e também como escrevemos é marcado por nossas escolhas teóricas e por nossas escolhas políticas e afetivas. É certamente, afetado por nossa história pessoal, pelas posições-de-sujeito que ocupamos, pelas oportunidades e encontros que tivemos e temos. O modo como conhecemos é, por tudo isso, incontrolável, volátil. [...] É preciso abandonar a pretensão de dominar um assunto ou uma questão ou de trazer ‘a grande resposta’ para um problema. Admitir a incerteza e a dúvida supõe poucas (raras) afirmativas categóricas ou indiscutíveis e o uso frequente de formulações mais abertas. (LOURO, 1997, p. 10).

Essa reflexão orienta ao abandono da pretensão de encontrar respostas sobre como é e como se constrói e se apresenta a resiliência na vida das mulheres afrodescendentes. Essa “grande resposta” não deve ser motivação única para o ato de pesquisar. Como diz a autora, o que deve provocar movimento é o desejo de desbravar o desconhecido, levantar novas hipóteses e interrogações que venham a colaborar com a discussão, nesse caso, a situação das mulheres afrodescendentes na sociedade. Neste capítulo, encontra-se, ainda, o desenvolvimento da pesquisa, qual a abordagem, quem são as participantes, qual o local do estudo, os instrumentos e os procedimentos para a coleta de dados e os documentos do Comitê de Ética.

4.2 Abordagens

Os procedimentos metodológicos, segundo Lakatos (2001, p. 83), são o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar os objetivos a partir de conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador.

A abordagem utilizada nesta pesquisa foi a quali-quantitativa, que teve como propósito obter informações sobre um grupo de mulheres afrodescendentes. Para Lakatos (2001), a razão para se conduzir uma pesquisa quantitativa é descobrir quantas pessoas de determinada população compartilham uma característica ou um grupo de características. Assim, para a identificação das características de resiliência presentes em um grupo de mulheres afrodescendentes, foram utilizados como referência os modelos de resiliência adaptados e desenvolvidos por Barbosa (2006).

A resiliência, neste trabalho, é considerada como um processo que pode ser apresentado em qualquer período da vida, de forma pontual e não contínua, ou seja, uma pessoa pode ser resiliente em determinadas situações ou momentos, e em outros, não. Contudo, tais características, quando identificadas, podem ser potencializadas para promoverem resiliência.

As pesquisas quantitativas colaboram para naturalizar a resiliência como capacidade humana. Exemplo disso são os pesquisadores Werner e Smith (1992 apud YUNES 2001), pioneiros nos estudos sobre resiliência, que desenvolveram um trabalho quantitativo longitudinal, buscando identificar a resiliência presente em um grupo de crianças em situação de vulnerabilidade.

Coimbra (2008) estudou o diferencial de autoeficácia e de resiliência na antecipação da vida adulta. Esses estudos contribuem para o entendimento sobre resiliência nas primeiras fases da vida (crianças, adolescentes e jovens), servindo como base de conhecimento para pesquisas que buscam identificar e conhecer a resiliência dos mais variados grupos. Yunes (2003, p. 20) acrescenta que:

A maioria dos estudos sobre resiliência tem sido realizada numa abordagem quantitativa cujo foco é a criança, identificada como resiliente ou não a partir de testes psicométricos, notas na escola, testes de personalidade ou perfil de temperamento. Esse conjunto de características observáveis define o que alguns pesquisadores denominam *criança resiliente*. Tal tendência à caracterização (ou substantivação) da resiliência pelo uso de instrumentos de medida muitas vezes descrevem o fenômeno como uma *habilidade*

(ZIMMERMAN; ARUNKUMAR, 1994) ou *capacidade universal* (GROTHBERG, 1995) de superar adversidades.

Assim, a importância de pensar a questão da resiliência, em um estudo exploratório como este, tendo em vista a produção de conhecimentos acerca de um fenômeno não estudado em mulheres afrodescendentes; um “discurso crítico” sobre as barreiras que essas mulheres têm que superar para conquistarem sucesso educacional.

As sujeitas da pesquisa compunham um grupo de 60 mulheres que se autodeclararam afrodescendentes com formação superior, inseridas no mercado de trabalho, residentes na cidade de Teresina. Os critérios de seleção desse grupo tiveram como base os objetivos da pesquisa que são: caracterizar a resiliência em um grupo de mulheres afrodescendentes que conseguiram superar as adversidades presentes na sua trajetória de vida e conquistaram o ensino superior.

Assim, neste estudo, a missão não foi testar ou confirmar determinada hipótese, mas focalizar os modelos de resiliência de um grupo de mulheres afrodescendentes que possuem curso superior e estão inseridas no mercado de trabalho.

Trata-se de um estudo quantitativo, exploratório e descritivo, que não permite generalização. As participantes foram selecionadas aleatoriamente, mas não com a pretensão de formar uma amostra representativa de mulheres afrodescendentes, pois não existem números oficiais sobre a população de mulheres afrodescendentes com curso superior em Teresina. Assim, busco apenas compreendê-las dentro de seu determinado grupo e contexto, como o que historicamente sofrido das discriminações de raça, gênero e classe social.

Mesmo sem generalizações, esse levantamento quantitativo possibilitou identificar potencialidades, virtudes, qualidades em mulheres afrodescendentes, aspectos esses que poderão ser desenvolvidos em outras mulheres por meio de projetos de intervenção e de estudos futuros.

4.3 Instrumento e procedimento da coleta de dados

Coimbra (2008) assegura que as duas escalas mais utilizadas em pesquisas sobre resiliência são: as **Escalas de Resiliência** (*Resilience Scale*), de Wagnild e Young (1993 apud NEIL; DIAS, 2001), foi a primeira escala validada no Brasil em 2005, ano em que se registra o primeiro estudo sobre resiliência. A de Green e Kroger (1999); e a **Escala de Resiliência do Ego** (*Ego-Resiliency Scale: ER89*), de Block e Kremmen (1996). Em outros estudos,

utilizam-se, igualmente, a **Escala de avaliação global de cooperação** (JARDIM; PEREIRA, 2006), e a **Escala de avaliação do Eu Resiliente** (JARDIM; PEREIRA, 2006).

Existem outras escalas que poderiam ter contribuído para este estudo. Contudo, foi feita a escolha pela escala Quest_Resiliência, proposta por Barbosa (2006), uma vez que as discriminações, o preconceito e o racismo incorporam crenças de inferioridade nas mulheres afrodescendentes. Colocadas em dizeres como: “não sou capaz”, “lugar de mulher afrodescendente é na cozinha”, entre outros, que são reproduzidos pelas mulheres afrodescendentes e por outros grupos.

A escala apresenta a possibilidade de desconstruir algumas dessas crenças, pois o instrumento escolhido tem como objetivo mapear as crenças determinantes, contribuindo na identificação de estilos comportamentais que lidam com as situações adversas que ocorrem na vida, ou seja, a partir dos resultados obtidos, salientar as crenças positivas associando-as aos comportamentos das mulheres pesquisadas, conhecendo quais modelam seu comportamento resiliente.

O uso da escala possibilitou uma compreensão do comportamento pela teoria das crenças cognitivas e de interpretação da análise das situações adversas em que está inserido o grupo de mulheres afrodescendentes, participantes da pesquisa.

O instrumento (Anexo 2) para identificar a resiliência em um grupo de mulheres afrodescendentes foi disponibilizado pela Sociedade Brasileira de Resiliência (SOBRARE), organização que desenvolve pesquisas com instrumento adaptado e validado por George Barbosa, doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Essa sociedade tem o objetivo de capacitar profissionais das mais diversas áreas.

Nesta pesquisa, a SOBRARE prestou um relevante serviço de orientação sobre o instrumento, bem como produções científicas que colaboraram para a compreensão da temática. Estando presente nas etapas de mapear, de estruturar e de analisar os dados coletados em uma perspectiva quantitativa, que possibilitou o mapeamento dos modelos de crenças que regem e constituem os estilos comportamentais resilientes de mulheres afrodescendentes.

O instrumento tem seu referencial ancorado na teoria da Terapia Cognitiva de Aaron Beck, e na abordagem psicossomática que consiste na compreensão da pessoa como um ser histórico, em um sistema único, constituído por três subsistemas: corporal, mental e social. Para Beck (1997), a Terapia Cognitiva tem como princípio básico, a ideia de que a maneira como os indivíduos percebem e processam a realidade influencia diretamente na forma como eles se sentem e se comportam, ou seja, não é a situação em si que determina o sentimento do

indivíduo, mas o modo como ele a interpreta, que ele percebe as emoções e os comportamentos, isto é, o modo como cada pessoa entende o evento, advém do conjunto de crenças que possui.

Ambas possibilitaram uma associação com as crenças que envolvem as mulheres afrodescendentes, muitas vezes apresentadas de forma distorcida, não adequadas à realidade, e não favorecedoras de um comportamento resiliente. Para Barbosa (2006), a perspectiva psicossomática compreende o ser humano de forma integral, o que possibilita o conhecimento do contexto sócio-histórico em que as mulheres afrodescendentes pesquisadas estão inseridas.

Essas crenças podem ser centrais, quando se referirem às ideias principais que o indivíduo tem a respeito de si, com conteúdo positivo ou negativo, que construído desde a infância, é apropriado como verdades absolutas. As crenças podem ser intermediárias, que são as produzidas a partir das centrais, podendo se transformar em pensamentos automáticos; são interpretações imediatas, rápidas, espontâneas e involuntárias das experiências; são formadas pelo processo de extrair sentido de seu ambiente. É uma forma de organizar a sua experiência de modo coerente para funcionar adequadamente (BECK, 2000).

Durante os eventos ocorridos em sua vida, o indivíduo aciona uma crença que ocasionará a compreensão ou a interpretação do evento. “As crenças que temos sobre nós mesmos, sobre o mundo e sobre o futuro, determinam o modo como nos sentimos: o que e como as pessoas pensam afeta profundamente o seu bem-estar emocional.” (BECK, 2003, p. 63). Essas crenças individuais têm sido pesquisadas pelos estudiosos da resiliência. Baseado no princípio de cultivar esquemas básicos de crença que organizam o comportamento de superação, a resiliência é estudada na perspectiva de Barbosa, que explica:

O comportamento de superação se viabiliza por meio de um estilo, que é a tendência da ação comportamental. O estilo tende a ser identificado como um padrão. Em geral quando a ação comportamental se expressa, ela se apresenta com seu estilo. O estilo evidencia a intensidade com que uma pessoa age com **intolerância ou passividade** diante de uma situação adversa, devido ao modo como crê em sua crença. (BARBOSA, 2010a, p. 05).

O Quest_Resiliência (Anexo 1) é um instrumento traduzido, adaptado e validado do (*Resilience Quotient Test*) Teste Quociente de Resiliência ou RQTeste, explicado por Reivich e Shatté (2002). A obra dos referidos autores e o instrumento foram traduzidos e adaptados à realidade brasileira por Barbosa (2006).

O instrumento possibilitou um mapeamento dos comportamentos, das atitudes, das regras e dos pressupostos adquiridos durante o desenvolvimento e que determinam o modo pelo qual uma pessoa responde aos estímulos em situações particulares, configurando, assim, modelos de resiliência passíveis de identificação.

A escala Quest_Resiliência está alicerçada nos conceitos dos Modelos de Crenças Determinantes (MCDs), que representam a crença de uma pessoa e sua habilidade de lidar com situações. Essas crenças organizam, de forma determinante, a noção sobre as competências, agindo diretamente no processamento dessas informações, influenciando nos estilos comportamentais de cada pessoa. “Os esquemas (modelos) determinantes são as superestruturas cognitivas localizadas na memória inconsciente que estruturam o pensamento real, já as crenças são os modelos traduzidos em palavras.” (BARBOSA, 2010a, p. 08).

Deste modo o Quest_Resiliência organiza estas crenças em oito modelos, os quais estão representados na figura abaixo.

Figura 1 – Fatores componentes da resiliência segundo Barbosa (2010a).



Fonte: Elaborada pela Autora. Teresina, 2012.

Baseado nessa teoria, o autor propõe oito campos de crenças, que são utilizados como modelos mentais para interpretar e solucionar problemas. Os modelos de resiliência, consoante esse autor, são:

Autocontrole: se refere à capacidade de se manter calmo e equilibrado para lidar com seus sentimentos quando enfrenta situações de pressão ou diante de imprevistos.

Otimismo para com a vida: é a capacidade de manter esperança com a convicção de que as adversidades irão mudar, pela crença de que é possível gerenciar a situação no presente, enxergando um amanhã melhor.

Análise do Ambiente: se refere à habilidade de identificar as razões dos problemas e adversidades, mapeando pistas no ambiente.

Empatia: está relacionada com a capacidade de compreender as outras pessoas, em seu estado emocional, e agir de acordo com esse entendimento.

Autoconfiança: é a habilidade de se sentir eficaz nas ações que serão realizadas. É acreditar em seus recursos e potenciais internos.

Leitura Corporal: é ter a capacidade de perceber as mudanças que acontecem em seu corpo quando enfrenta as situações de adversidades e controlar os “sintomas e efeitos do estresse” nos sistemas nervoso/muscular.

Conquistar e Manter Pessoas: está relacionado com a habilidade de construir e manter relacionamentos, formando redes de apoio e proteção.

Sentido de Vida: é ter a capacidade de entender e manter um sentido maior para a existência, trazendo valor para a vida. (BARBOSA, 2010b, p. 12).

Ancorado no referencial teórico citado anteriormente, os modelos de resiliência podem ser expressos por meio de três estilos comportamentais, que, conforme a intensidade imposta às crenças, podem se configurar de três formas ou estilos: Passividade, Intolerância ou Equilíbrio.

O estilo comportamental de **passividade** consiste nas crenças que possuem características negativas, pessimistas. Representa um comportamento de passividade diante das situações adversas e de alto estresse. Quanto mais forte se apresentar a passividade no índice do respondente, mais haverá uma tendência de acatar ou se submeter à situação apresentada na realidade. Portanto, uma característica pessimista, quando ativada, promove na pessoa comportamento distorcido da realidade, favorecendo ao fracasso, ao baixo rendimento, repercutindo em um comportamento regido pelo pessimismo.

O estilo comportamental de **intolerância** representa comportamentos que manifestam crenças de nervosismo, de ansiedade, de raiva. Dessa forma, há uma não aceitação da situação adversa. A pessoa desenvolve uma resposta visando eliminar a situação adversa lutando contra um fator negativo, podendo agir com agressividade ansiedade e raiva. Já o estilo comportamental de **equilíbrio** englobam aquelas atitudes que promovem um comportamento

seguro, tem característica de flexibilidade diante da adversidade. Barbosa (2006, p. 21) o denomina como “de excelência”.

Assim, o instrumento possibilita a identificação da flexibilidade na qual a pessoa se encontra em relação ao modelo determinante, ou seja, o seu repertório pessoal pode encontrar-se num padrão comportamental para intolerância/rejeição, passividade/aceitação, ou equilíbrio apresentando um nível mais alto nos extremos, e à medida que se aproxima do equilíbrio, diminui a rigidez, aumentando a flexibilidade. Isto é, enquanto a postura de intolerância denota uma reação extremada para enfrentar uma situação negativa com a finalidade de superar a mesma, a postura passiva extrema, de alto nível, é referência a uma aceitação da situação, é uma incapacidade de reagir.

O autor organiza o nível de resiliência no mapeamento das crenças da seguinte forma: para cada Modelo de Crenças Determinante (MCD), existem nove itens de mensuração. Dentre esses nove itens, quatro correspondem aos “Aspectos negativos”, que incluem os níveis Fraca, Moderada, Boa e Forte do Padrão Comportamental de Passividade (PC-P), do MCD; e as outras cinco afirmações abordam os “Aspectos Positivos”, incluindo os níveis Fraca, Moderada, Boa e Forte do Padrão Comportamental de Intolerância (PC-I) e o nível de excelência.

A classificação “aspectos negativos” ocorre quando o comportamento de passividade é apresentado, ou seja, não há nenhuma ou pouca reação em relação à situação adversa/estressora que lhes é imposta, acatando ou absorvendo seus efeitos. Já os “Aspectos positivos” englobam os comportamentos de intolerância e de equilíbrio que apresentam uma reação, mesmo que de forma inadequada ou apresentam uma reação de “excelência”, respectivamente frente à situação adversa/estressora. Segue, abaixo, quadro explicativo, com a descrição dos itens correspondentes aos “aspectos negativos” e aos “aspectos positivos”.

Quadro 1 – Descrição dos níveis de resiliência para PC-P e PC-I

Nível	PADRÃO COMPORTAMENTAL (PC)	DESCRIÇÃO DO NÍVEL DE PADRÃO COMPORTAMENTAL
Fraca	PC-P PADRÃO COMPORTAMENTAL DE PASSIVIDADE	É atribuída a um comportamento em que as crenças relacionadas ao MCD caracterizam um comportamento de passividade, isto é, uma aceitação da situação estressora, resultando assim, um estado de vulnerabilidade cognitiva em relação ao MCD.

	PC-I PADRÃO COMPORTAMENTAL DE INTOLERÂNCIA	Reflete um comportamento de alta intolerância em relação às crenças organizadas nesse MCD, representando assim, uma fraca flexibilidade, para a reorganização das crenças, que possam favorecer ao comportamento resiliente.
Moderada	PC-P	Representa um comportamento de passividade, porém que já expressa alguma flexibilidade, indicando estar em uma área intermediária entre as condições de risco e de proteção no MCD em que está inserida, existe um movimento para mudança da situação.
	PC-I	Neste nível, mesmo apresentando uma baixa flexibilidade, representa que já existe um movimento de reagrupar crenças, que favoreçam a intermediação entre os fatores de risco e os fatores de proteção, frente ao MDC.
Boa	PC-P	Mesmo referindo-se a um padrão comportamental de passividade, já lhe é atribuído um valor comportamental de boa passividade e boa flexibilidade para com a situação estressora.
	PC-I	Neste nível já é apresentado um padrão comportamental de boa tolerância e boa flexibilidade, ou seja, há um entendimento maior da situação estressora, na qual se está inserido.
Forte	PC-P	Neste comportamento de passividade para com o estresse, já é apresentado uma adequada passividade, ou seja, uma forte flexibilidade para com a situação de estresse, resultando assim, em uma forte resiliência.
	PC-I	É o resultado de um padrão comportamental que possui forte flexibilidade e leve intolerância, a respondente já se encontra em uma área segura entre os fatores de risco e proteção, no MCD.
Excelência/ Equilíbrio		Denota haver um excelente comportamento de resiliência, um equilíbrio entre um padrão comportamental de intolerância e de passividade.

Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

A primeira parte do instrumento refere-se a uma análise sociodemográfica que permitiu conhecimento maior sobre as características das participantes no grupo pesquisado. A segunda parte do questionário é composta de 72 afirmações que expressam o conteúdo das crenças sobre a resiliência retiradas da literatura especializada, adaptadas por Barbosa (2010a), solicitando que a respondente apresente uma intensidade em suas respostas.

As participantes foram orientadas a apresentar respostas, posicionando-se diante de quatro modalidades de intensidades, possibilitando aferições de seu comportamento resiliente. Exemplo do questionário se encontra no Anexo 1.

Também foram orientadas a responder o questionário em horários livres ou em seus domicílios, de forma a não comprometer o desenvolvimento de suas atividades profissionais.

Para isso, foi disponibilizada uma senha de acesso ao questionário, que estava disponível *online*.

As participantes da pesquisa foram 60 mulheres que se autorreconhecem afrodescendentes, com curso superior, inseridas no mercado de trabalho em Teresina – PI. Esses critérios foram definidos por acreditar que os modelos de resiliência desenvolvidos por Barbosa (2010) estariam presentes neste grupo.

O critério “estar inserida no mercado de trabalho” representou uma tentativa de selecionar um grupo de mulheres que já venceram algumas barreiras estruturais por virem, geralmente, de classes econômicas menos favorecidas. O foco ficou direcionado nos aspectos positivos dessas mulheres, e não na ênfase em consequências desfavoráveis produzidas a partir da discriminação, do preconceito e do racismo.

Para as mulheres que não dispusessem de acesso à internet, foi solicitada a escolha de um lugar apropriado, preferencialmente fora do seu local de trabalho, para que elas pudessem preencher o formulário em um *notebook*, conectado à internet. Sempre deixando evidente que a participante poderia abandonar a pesquisa em qualquer momento, sem qualquer ônus para si nem para a pesquisa.

Assim identificadas, as mulheres foram convidadas a fazer parte da pesquisa como voluntárias. Como garantia, cada uma recebeu os esclarecimentos sobre o projeto e as informações sobre o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TECLE) (Apêndice 1). Depois de sanadas as dúvidas, foi assinado o termo, firmando o aceite em duas vias, ficando uma via com a participante.

Assim, após esses cuidados éticos, a participante da pesquisa tornou-se apta a responder o questionário (Anexo 1), adquirido através do contrato de cessão de códigos (Anexo 2), de senhas individuais e de relatório do Quest_Resiliência.

A coleta de dados foi realizada no período de junho a setembro de 2012 por meio de formulário disponível *online*, acessado pelo *site* www.sobrare.com.br, da SOBRARE, que disponibilizou 124 códigos para *logins* e senhas de acesso ao *site*. O número de códigos foi maior do que o grupo a ser pesquisado, em decorrência da possibilidade de algumas das participantes não responderem a pesquisa.

Os dados quantitativos, obtidos por meio do questionário composto por itens tipo Likert, ou seja, em quatro níveis de respostas, sendo: Raras vezes, Poucas vezes, Muitas vezes, Quase Sempre. As participantes responderam as afirmativas por meio de critérios subjetivos, medindo o nível de concordância ou não concordância da afirmação (Anexo 1).

Os 72 itens que constam no questionário agrupam-se em cada um dos oito modelos de crenças determinantes – MCDs, por meio do questionário, com itens construídos acerca dos interesses investigativos do estudo.

Os dados coletados nos questionários foram codificados e interpretados pelo banco de dados da SOBRARE, que por meio de parâmetros previamente estabelecidos, atribuiu índices às sujeitas da pesquisa para cada um dos modelos de resiliência analisados. Posteriormente a esta análise, forneceu ao pesquisador, gráficos com o posicionamento dos índices, com um breve comentário sobre os mesmos. Esse procedimento forneceu os níveis de passividade, de intolerância e de equilíbrio/excelência das mulheres que participaram da pesquisa, sendo quantificados em tabelas de categorias relacionadas com a condição de resiliência. Estes dados possibilitaram uma visão geral das condições de resiliência.

Os resultados das análises são apresentados através de tabelas compostas por categorias comentadas e posteriormente, transformadas em gráficos, o que possibilitou melhor visualização das respostas atribuídas às intensidades. Os dados foram organizados da seguinte forma: dados sócio-demográficos; seguidos da descrição dos dados coletados sobre a resiliência; e, por fim, uma descrição a partir dos dados do Relatório Individual Detalhado Cotidiano Pessoal.

Esse processo apresentou desvantagens, pois embora a participante tivesse a liberdade de responder seu questionário no momento mais oportuno, houve, em algumas ocasiões, a necessidade de cobrança para que o mesmo fosse respondido.

Pela natureza do estudo, a metodologia proposta e as pessoas envolvidas, a pesquisa não ofereceu riscos, contudo, houve limitações, como a demora na resposta das participantes, o acesso do sistema *online*, na primeira etapa da pesquisa. A lentidão nas respostas foi monitorada através do próprio *site*, que permitiu acompanhar quantos questionários foram respondidos, possibilitando assim um reencontro ou contato com as mulheres que por algum motivo não responderam ao questionário depois de dez dias, a partir do primeiro acesso ao mesmo.

4.4 Autorização pelo CEP

Inicialmente, o Projeto de Pesquisa foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética da UESPI, após a inserção dos dados necessários na Plataforma Brasil, que se constitui em uma base nacional unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. Com base na portaria nº 196/96, de 10 de Outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, do

Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000, 304/2000 e 340/2004). Há, igualmente, o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que foram obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa. Os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho foram utilizados apenas para atingir os objetivos previstos nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos voluntários.

O parecer consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa da UESPI (anexo 3) aprovou com base em princípios éticos, que esta pesquisa contém os elementos necessários para a sua continuidade e por considerar que pelo tema proposto, objetivos, riscos e benefícios apresentados, ser relevante a sua realização.

Compõem também os documentos enviados ao referido comitê, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (Apêndice 1), Declaração dos Pesquisadores (Apêndice 2) e Termo de Confidencialidade (Apêndice 3). Estes documentos têm o objetivo de assegurar privacidade e sigilo das informações obtidas pelas participantes da pesquisa por meio do questionário e que os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para execução desta pesquisa, de modo a não trazer nenhum prejuízo para a imagem das mulheres constituintes do grupo pesquisado.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo. (Paulo Freire).

Conforme aponta Minayo (1996, p. 237), “o produto final de uma pesquisa é sempre provisório, é sempre um ponto de vista a respeito do objeto”. Em concordância com essa afirmativa, nesta seção estão os dados obtidos na pesquisa, relacionados com o suporte das leituras realizadas.

A pesquisa ocorreu por meio da utilização do instrumento Quest_Resiliência. Foi realizado um mapeamento dos modelos de resiliência em um grupo de mulheres afrodescendentes, com a finalidade de identificar como esse grupo organiza suas crenças em situações adversas e estressoras. Posteriormente relacionaram-se os oito modelos (tipos) de resiliência propostos por Barbosa (2006) às experiências de mulheres afrodescendentes. Essa associação permitiu a identificação das crenças que movem as mulheres da pesquisa.

Tendo como objetivo destacar os modelos de resiliência em um grupo de mulheres afrodescendentes, profissionais atuantes, com curso de nível superior, verificando as possibilidades e as perspectivas do seu sucesso educacional, este capítulo está assim formatado: descrição dos dados quantitativos, seguidos por comentários analíticos; posteriormente, análise qualitativa desses dados; e, finalmente, reflexões sobre a resiliência na formação acadêmica das participantes.

É importante o entendimento relacionado à conquista da formação superior com a palavra “sucesso”, em decorrência de muitas mulheres afrodescendentes, mesmo desejando, ainda não terem galgado esse nível de formação, por motivos internos e externos, alguns dos quais trabalhados neste estudo.

O estudo da resiliência em um universo particular e pouco discutido, que é a realidade das mulheres afrodescendentes, é de fundamental importância. Neste país, elas são marcadas por grande necessidade de superação do etnocentrismo, do preconceito racial, do racismo transmitido pelo processo de socialização, presentes na escola, na família, na mídia, e na sociedade como um todo.

Pela pouca produção científica sobre resiliência em mulheres afrodescendentes, a pesquisa pode ser definida como exploratória e descritiva. Sobre esse aspecto, Cooper e Schindler (2003, p. 131) descrevem:

A exploração é particularmente útil quando os pesquisadores não tem uma ideia clara dos problemas que vão enfrentar durante o estudo [...] A área de investigação pode ser tão nova ou tão vaga que o pesquisador precisa fazer uma exploração a fim de saber algo sobre o problema enfrentado pelo administrador [...] a exploração está de alguma forma associada a antigos vieses de pesquisa qualitativa: subjetividade, não representatividade e planejamento não sistemático. Uma visão mais inteligente é que a exploração economiza tempo e dinheiro e não deve ser menosprezada.

Com base nas explicações dos autores esta pesquisa é exploratória por ser um estudo preliminar e por não existirem pesquisas que buscam caracterizar a resiliência em mulheres afrodescendentes, no contexto nordestino e em especial no teresinense. Dessa forma, como é usual nos estudos exploratórios, o propósito é estudar de modo simples e bem objetivado um fenômeno social de maneira introdutória. É um estudo descritivo, pois, consoante Silva e Menezes (2001, p. 21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno”.

De acordo com Gil (1991, p. 45), a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias. Nessa perspectiva, a abordagem foi a que respondeu aos anseios desta pesquisa. Köche (1997, p. 126) acrescenta, ao dizer que esse tipo de pesquisa é adequado para casos em que ainda não apresentem um sistema de teorias e de conhecimentos desenvolvidos sobre um determinado assunto.

Dentro dos objetivos da pesquisa exploratória, a resiliência em mulheres afrodescendentes é um campo pouco estudado, o que impedia vislumbrar a complexidade do problema deste trabalho. Mattar (1999, p. 80) afirma que “esse tipo de pesquisa é particularmente útil quando se tem uma noção muito vaga do problema de pesquisa”. Desse modo, por ser exploratória, proporcionou o conhecimento mais aprofundado do assunto em questão.

Mattar (1999, p. 81) ensina que este tipo de pesquisa pode ajudar a estabelecer as prioridades do estudo: “As prioridades poderão ser estabelecidas porque uma particular hipótese explicativa surgida durante a pesquisa exploratória parecerá mais promissora que outras”. Com isso, o primeiro passo foi identificar a resiliência em um grupo de mulheres afrodescendentes, para que em estudos futuros se possam investigar como as características podem interferir diretamente no sucesso educacional de grupos que encontram barreiras sociais e institucionais que possam ser superadas com comportamentos resilientes.

Outros autores, como Cervo e Bervian (1996, p. 49), endossam a escolha pela temática ao afirmarem que a pesquisa exploratória é uma forma de pesquisa descritiva, e fazem

afirmações elucidativas, criando possibilidades para o surgimento de hipóteses durante o estudo. Eles acrescentam:

O estudo exploratório [...] é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e auxílio que traz na formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas. Os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo.

Vergara (2000, p. 46), por sua vez, afirma que essa modalidade de pesquisa não comporta hipóteses, por sua natureza de sondagem, mas não elimina a sua construção, uma vez que afirma que “poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”.

Fazendo uma síntese dos pontos de vista sobre estudos exploratórios, Lakatos e Marconi (1985, p. 86) apresentam três finalidades da pesquisa: a primeira seria a possibilidade de “aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos”; a segunda finalidade é utilizá-la em uma pesquisa inédita, pois fundamentalmente se está buscando um conhecimento maior sobre o tema, uma vez que ainda não foi objeto de pesquisa; a terceira finalidade da pesquisa exploratória seria a utilização em casos que, por falta de familiaridade com o problema de pesquisa, necessite de um estudo que oriente a direção a ser seguida.

Assim, Lakatos e Marconi (1985) defendem que em relação à formulação de hipóteses, essas poderão surgir no decorrer do trabalho e são fundamentais nessa modalidade de pesquisa. Neste estudo se comprovam esses conceitos pelas múltiplas hipóteses levantadas, que são apresentadas nas considerações finais.

Por ser descritiva, esta pesquisa, conforme Silva e Menezes (2001) visa descrever as características de um grupo de mulheres afrodescendentes, no tocante aos seus modelos de resiliência. Conforme Vergara (2000, p. 47). isso acontece quando a pesquisa expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Ampliando o entendimento sobre pesquisa descritiva, Gil (1991, p. 46) acrescenta que algumas delas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Esse autor ensina que “embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma

nova visão do problema, que nesta pesquisa exploratória um estudo descritivo produz dados fundamentais para a compreensão do fenômeno”.

Assim, a escolha desta abordagem de estudo ressalta a inter-relação com o problema de pesquisa, ao afirmar que sua utilização deverá ocorrer quando o propósito de estudo for descrever as características de um grupo de mulheres afrodescendentes que possuem curso superior e estão inseridas no mercado de trabalho.

5.2 Roteiro para compreensão dos resultados

A SOBRARE por meio de um software desenvolvido para a análise do Ques_Resiliência, embasada nas respostas do questionário respondido pelas participantes da pesquisa realizou uma análise estatística produzindo os índices/ níveis que se apresentam nos oito modelos de resiliência constituintes do processo de mapeamento da resiliência, ou seja, identifica as crenças que determinam os comportamentos resilientes. O mapeamento não é um teste psicológico e sim um instrumento de avaliação que busca compreender a atitude comportamental do grupo pesquisado em simulações de situações adversas e de contínuo estresse.

Para a análise dos dados, utilizou-se o Relatório Individual Detalhado – Cotidiano Pessoal. Esse relatório é disponibilizado pela Sobrare de duas formas: primeira apresenta de forma pontual e resumida os oito modelos de crenças (Anexo 4). O outro é o Relatório Individual Comentado, com 11 páginas onde são descritas algumas características resilientes relacionadas aos modelos.

O Quest_Resiliência viabiliza o mapeamento de oito Modelos de Crenças Determinantes (MCD). Tem como ponto de referência o Equilíbrio nas crenças relacionadas à resiliência no cotidiano. Por meio desse instrumento, foi realizada uma busca por comportamentos, como: padrões de pensamento, de humor, de experiência física, dentre outros, que contribuem para o desenvolvimento de um comportamento resiliente.

Esse instrumento que caracteriza a resiliência, de acordo com Barbosa (2010b), sugere que quanto melhor estiverem organizados os MCDs, maior será a resiliência, e, como consequência, melhores serão as estratégias para superar as adversidades.

Os gráficos de 13 a 20, a seguir, demonstram as frequências e as porcentagens obtidas para cada nível de resiliência apresentado pelas participantes em cada um dos oito modelos: 1 Análise do contexto; 2 Autoconfiança; 3 Autocontrole; 4 Conquistar e manter pessoas; 5 Empatia; 6 Leitura Corporal; 7 Otimismo para com a vida; e 8 Sentido da vida. São modelos

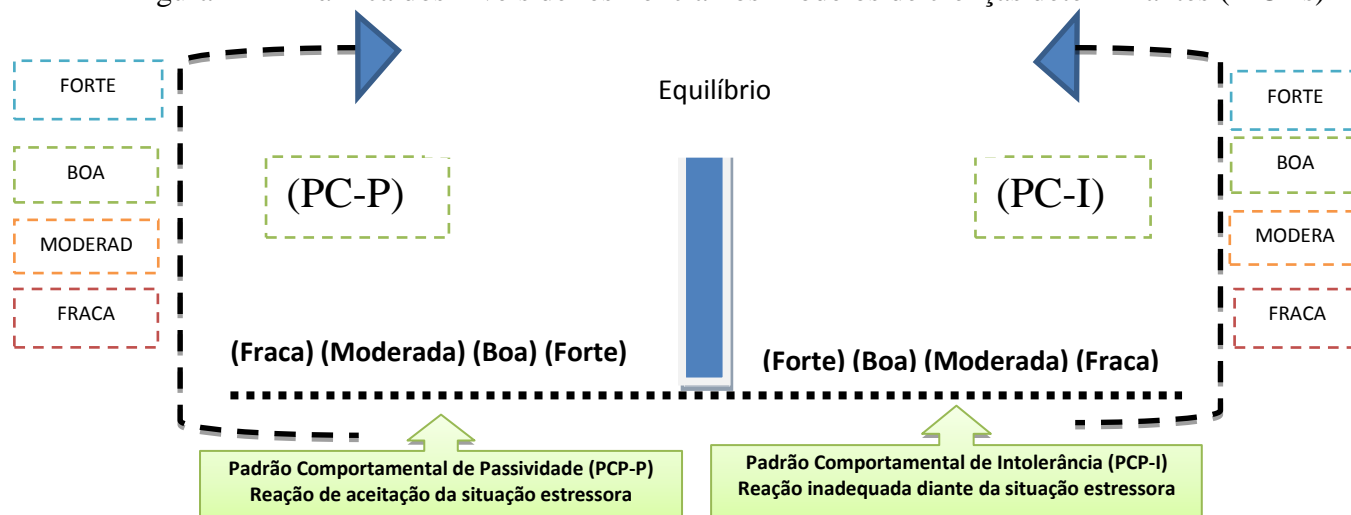
da resiliência que podem ser analisados e compreendidos, e, se forem necessários, usados para projetos sociais (BARBOSA, 2006).

Conforme o autor, a intensidade de comportamento apresentada pelas participantes da pesquisa pode se configurar de três formas: **passividade, excelência ou intolerância** diante das situações adversas, sugeridas no questionário. A passividade ocorre quando a intensidade atribuída às crenças se revela com uma predominância em “acatar” e “absorver” o impacto que o estresse provoca.

A situação de excelência se caracteriza por se apresentar em uma posição de Equilíbrio entre as possibilidades de “acatar” ou “rejeitar” as implicações apresentadas pela dinâmica do estresse elevado. Já a situação de intolerância para com as implicações do elevado estresse, atribuída às crenças, pode se configurar predominantemente em “rejeitar” ao impacto do estresse levando a uma reação contra o *status quo*.

As mudanças nos níveis de Padrão Comportamental de Intolerância (PC-I) e Padrão Comportamental de Passividade (PC-P) promovem uma ação de ressignificar as convicções (crenças), se ocorrerem em direção à situação de equilíbrio, conforme figura abaixo.

Figura 2 – Dinâmica dos níveis de resiliência nos Modelos de crenças determinantes (MCDs)



Fonte: Elaborada pela Autora. Teresina, 2012.

Barbosa (2006) colabora para a compreensão da dinâmica dos modelos de resiliência, representada na figura 2, ao dizer que quando um número de crenças básicas de uma determinada área da vida, são agrupadas, tem-se um conjunto de crenças que versam sobre essa área da vida, que interagem entre si e com todo o processamento de informações no

sistema nervoso, ou seja, os pensamentos são conjuntos de crenças agrupadas e são manifestadas nas tomadas de decisões e ações comportamentais.

A partir da Tabela 1, abaixo, é notório que, saindo das extremidades PC-P e PC-I em direção ao equilíbrio, a pessoa sai de uma situação de maior vulnerabilidade, adquirindo maior segurança, em decorrência de maior flexibilidade em relação às suas crenças, reagindo melhor à situação de estresse/adversidade.

Tabela 1 - Detalhamento do Estilo Comportamental e seus níveis

Estilo Comportamental	Padrão Comportamental de Passividade				Equilíbrio	Padrão Comportamental de Intolerância			
Nível de Resiliência	Fraca	Moderada	Boa	Forte	Excelente	Forte	Boa	Moderada	Fraca
Situação	Vulnerabilidade				Segurança				Vulnerabilidade

Fonte: Sociedade Brasileira de Resiliência – SOBRARE, 2010.

Esta tabela expõe os níveis atribuídos às categorias mapeadas na pesquisa. Possibilita uma visão geral dos resultados das condições de resiliência do grupo. É um exemplo para compreensão dos resultados obtidos das análises estatísticas dos dados dos questionários.

Para melhor entendimento de como acontece essa dinâmica, seguem duas situações fictícias que ajudam a entender os dados obtidos na pesquisa.

No primeiro caso, o exemplo de uma mulher afrodescendente que entra na universidade pela política de cotas raciais. No caso de sua competência (principalmente cognitiva) e de sua permanência nesse espaço serem questionadas, em virtude da modalidade de acesso, ela pode acatar e aceitar a situação que a discrimina, estando assim inserida em um padrão comportamental de passividade Fraca (PC-P) extrema, com um nível (4) de resiliência de alta vulnerabilidade.

Ao iniciar o movimento de saída dessa situação, há uma resignificação das convicções (crenças), que a fizeram aceitar como “verdade” a entrada na universidade por políticas de cotas pela falta de “competência”. Por meio de programas de intervenção, ou mesmo, por uma autorreorganização de suas crenças, essa mulher pode iniciar uma reação à passividade, seja ela fraca, moderada boa ou forte, a levando a um comportamento mais resiliente frente à situação estressora/adversa a que foi submetida.

Em um segundo caso, outra mulher pode reagir com um Padrão Comportamental de Intolerância (PC-I) – rejeição, frente à mesma situação. Quando se apresenta de forma

extremada, caracteriza um comportamento de fraca resiliência frente à situação adversa/estressora, o que simboliza que essa mulher se encontra em uma situação de extrema intolerância, e que há uma inflexibilidade, uma rigidez na rejeição da situação estressora. Quando está com um PC-I Fraca encontra-se em uma situação de rejeição total à situação, alta vulnerabilidade, assim não reage de forma coerente.

As duas situações extremas apresentadas, PC-P Fraca e PC-I Fraca poderiam mover essa mulher a um comportamento de passividade (PC-P) ou intolerância (PC-I), o que não contribuiria para a apresentação de um comportamento resiliente. À medida que essa mulher reorganiza suas crenças, na condição de PC-I, por exemplo, tornando-se mais flexível, ela estabelece novas formas de enfrentar a discriminação com soluções mais adequadas, e inicia um movimento de resposta à situação estressora da Fraca (PC-I), indo em direção a um nível de maior resiliência, moderada, boa, forte ou excelente.

Para todos os resultados, a apresentação quantitativa dos dados ocorre por meio de gráficos, e, posteriormente, realiza uma discussão dos resultados que foram mais expressivos.

5.1.1 Perfil sociodemográfico das mulheres afrodescendentes participantes da pesquisa

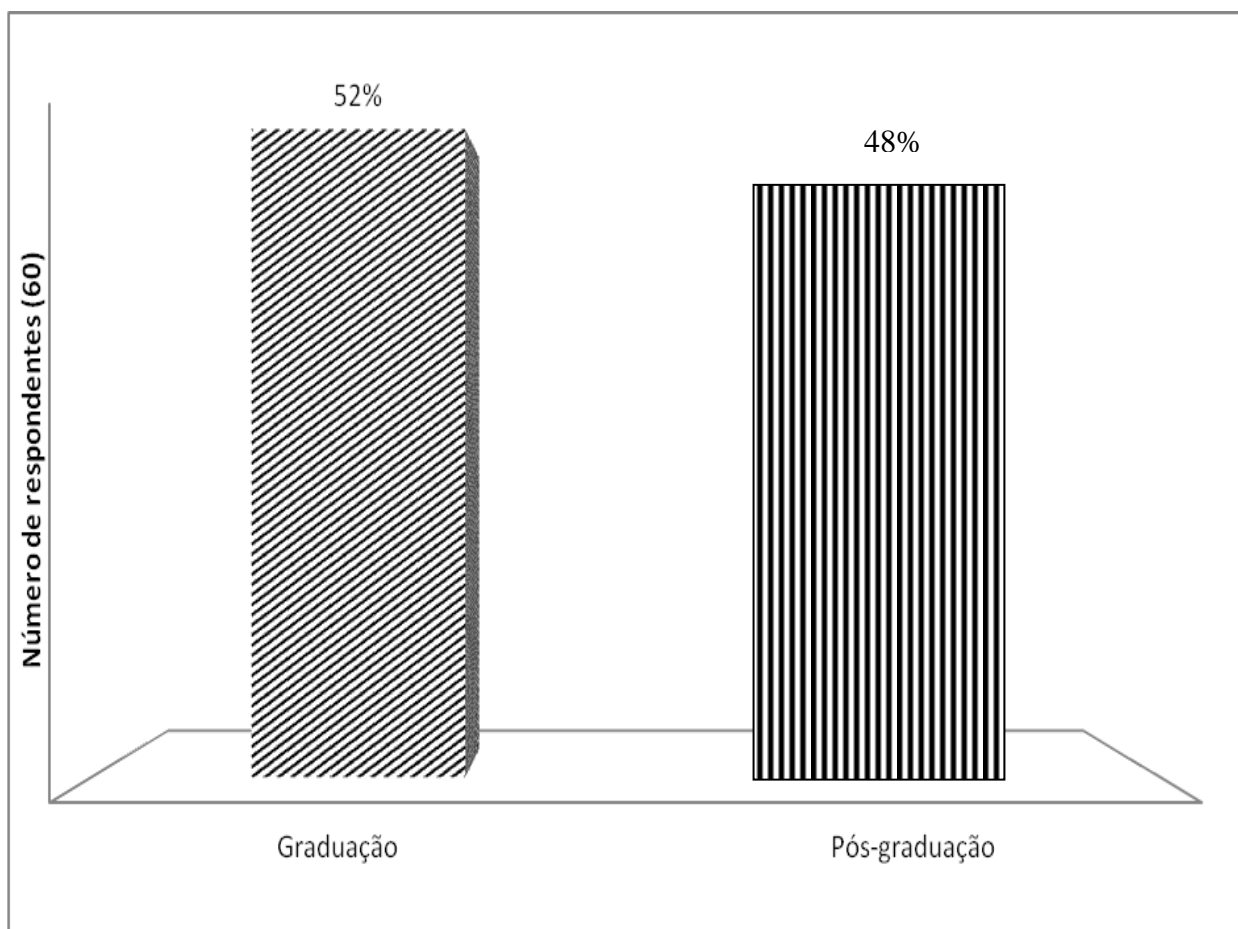
Esta subseção apresenta o perfil sociodemográfico das mulheres afrodescendentes participantes da pesquisa, demonstrando algumas características importantes para se traçar o perfil do grupo. Esses dados foram obtidos por meio do Quest_Resiliência. Foram convidadas a participar da pesquisa 124 mulheres afrodescendentes que atendiam aos critérios impostos para participação na pesquisa, conforme já mencionado na metodologia deste trabalho. Desse total, 60 mulheres responderam ao questionário, sendo que do grupo que não respondeu, 58 desistiram de responder ao questionário e cinco iniciaram a resposta ao questionário, porém não concluíram. As características das mulheres do grupo aqui destacadas, são: **escolaridade, estado civil, religião, proficiência em outro Idioma, pessoas que mais ajudaram elas a superar dificuldades.**

As mulheres foram recrutadas para esta pesquisa em universidades e repartições públicas. Escolhidas aleatoriamente para participar, foram contatadas através de redes de relações sociais. Esses locais foram visitados em um período de dois meses. Um total de 12 instituições foi visitado, sendo que, em nove delas houve respondentes. Não serão divulgados os nomes das instituições onde os dados foram coletados, pois a pesquisa referencia-se apenas nas mulheres pesquisadas, sem nenhuma relação com o seu local de trabalho, por isso não se fez necessária autorização institucional.

Foram distribuídas 124 senhas de acesso aos questionários, nos locais visitados, e 60 desses foram respondidos.

Quanto ao quesito relacionado à escolaridade das participantes, no Gráfico 13, 52% das participantes da pesquisa possuem somente nível superior, enquanto 48% possuem pós-graduação.

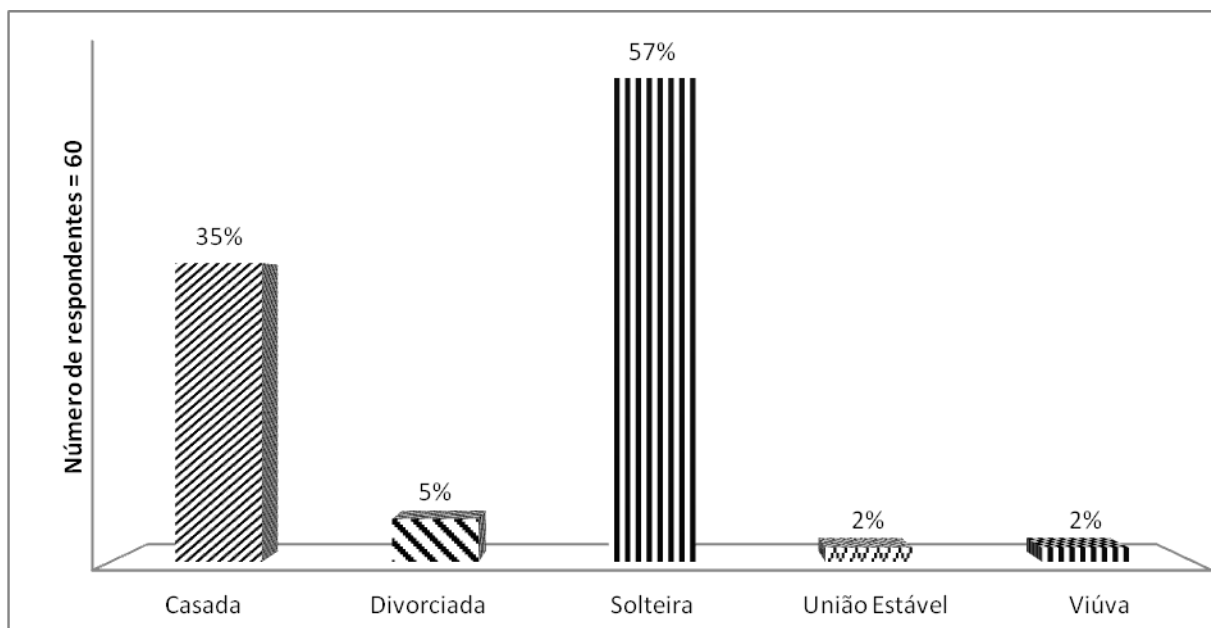
Gráfico 13 – Escolaridade



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

Do Gráfico 14, relativo ao estado civil das participantes da pesquisa, 57% são solteiras, 35% informaram ser casadas, 5% são divorciadas, 2% apresentam união estável, e são viúvas 2%.

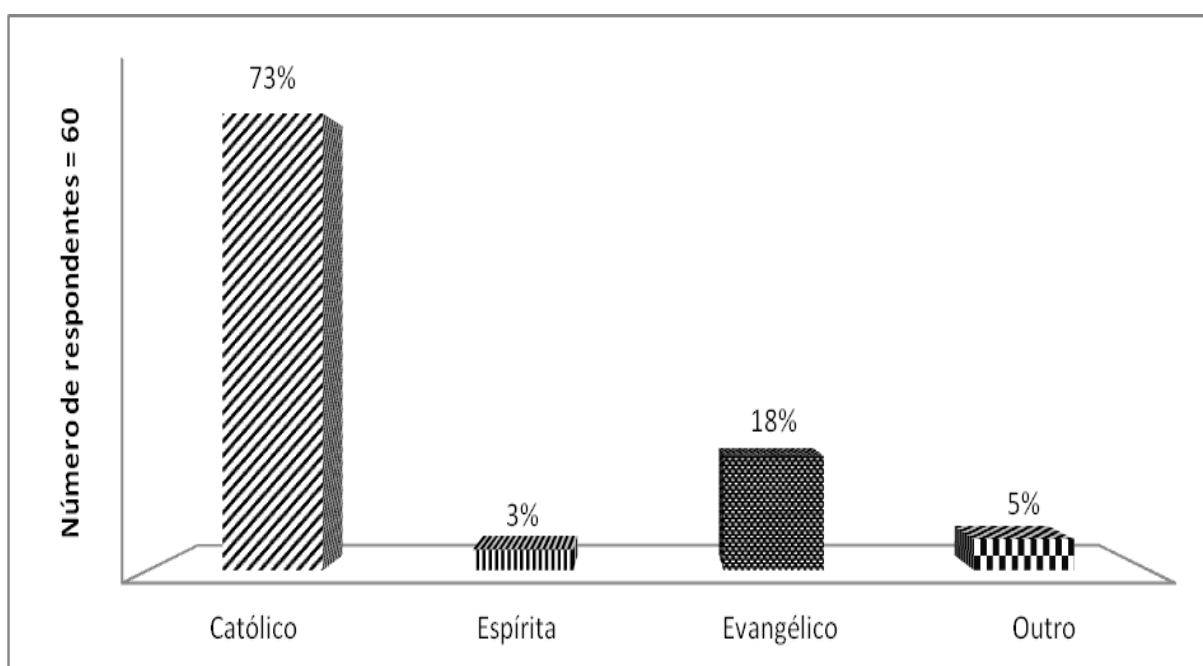
Gráfico 14 – Estado civil



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

No que se refere à religião das participantes, o Gráfico 15 permite visualizar que 73% das participantes afirmaram ser católicas, 18% são evangélicas, e 5% e 3% são de outras religiões ou espíritas, respectivamente.

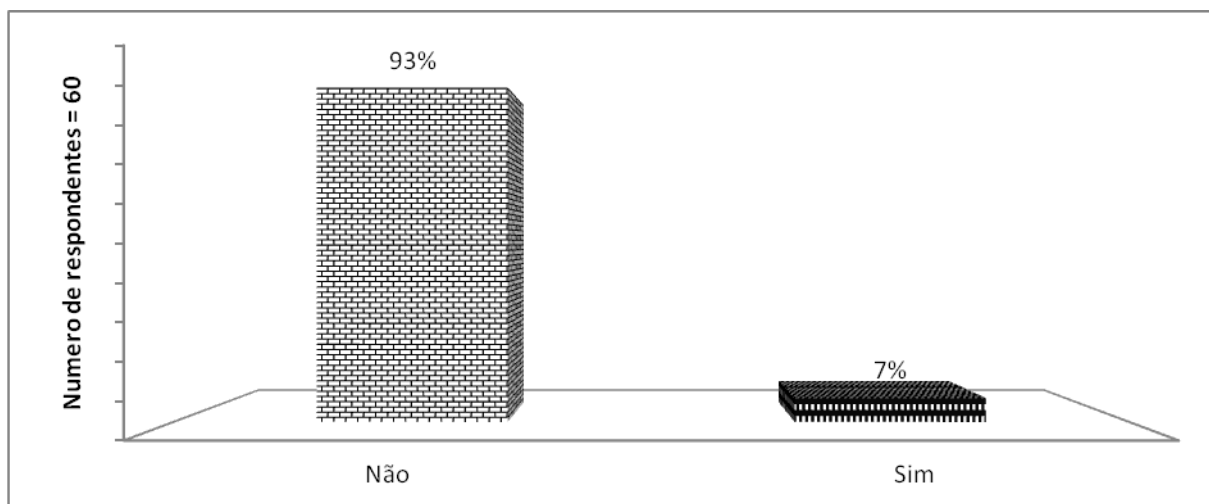
Gráfico 15 – Religião



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

No grupo de mulheres participantes da pesquisa, apenas 7% falam outro idioma de acordo com os dados apurados no Gráfico 16.

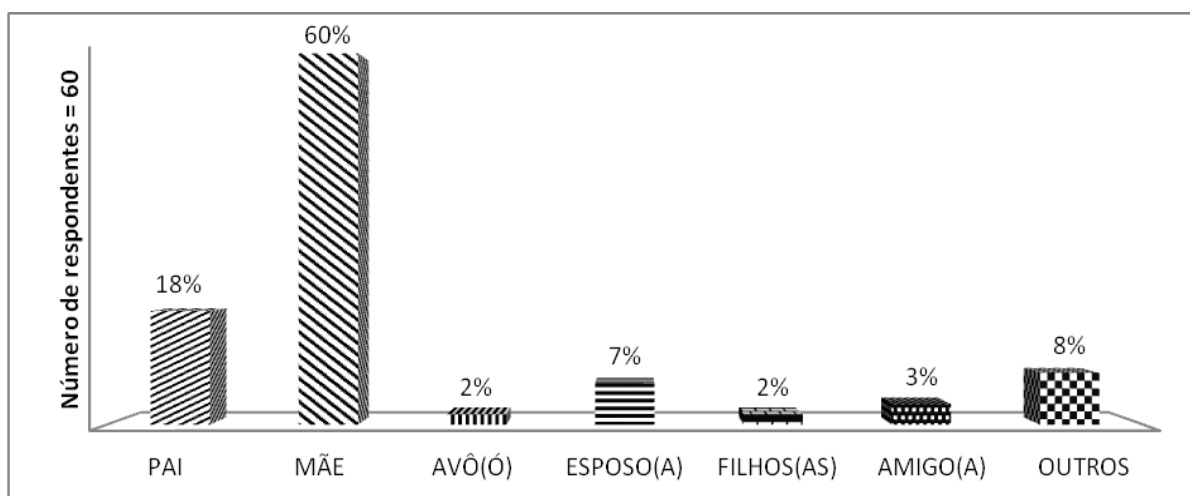
Gráfico 16 – Outro Idioma



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

As mulheres afrodescendentes participantes da pesquisa apontaram que as pessoas que as ajudaram em momentos de dificuldades foram, na sua maioria, parentes. O Gráfico 17 mostra as pessoas que as ajudaram a superar as dificuldades e que estão distribuídas da seguinte forma: 60% Mãe, 18% Pai, 8% Outros, 7% Esposo, 3% Amigo(a), e 2% para ambos, Avô(ó), Filhos(as). É perceptível, pelos dados demonstrados, que outras pessoas que não fazem parte do grupo familiar foram indicadas.

Gráfico 17 – Pessoas que ajudaram a superar as dificuldades



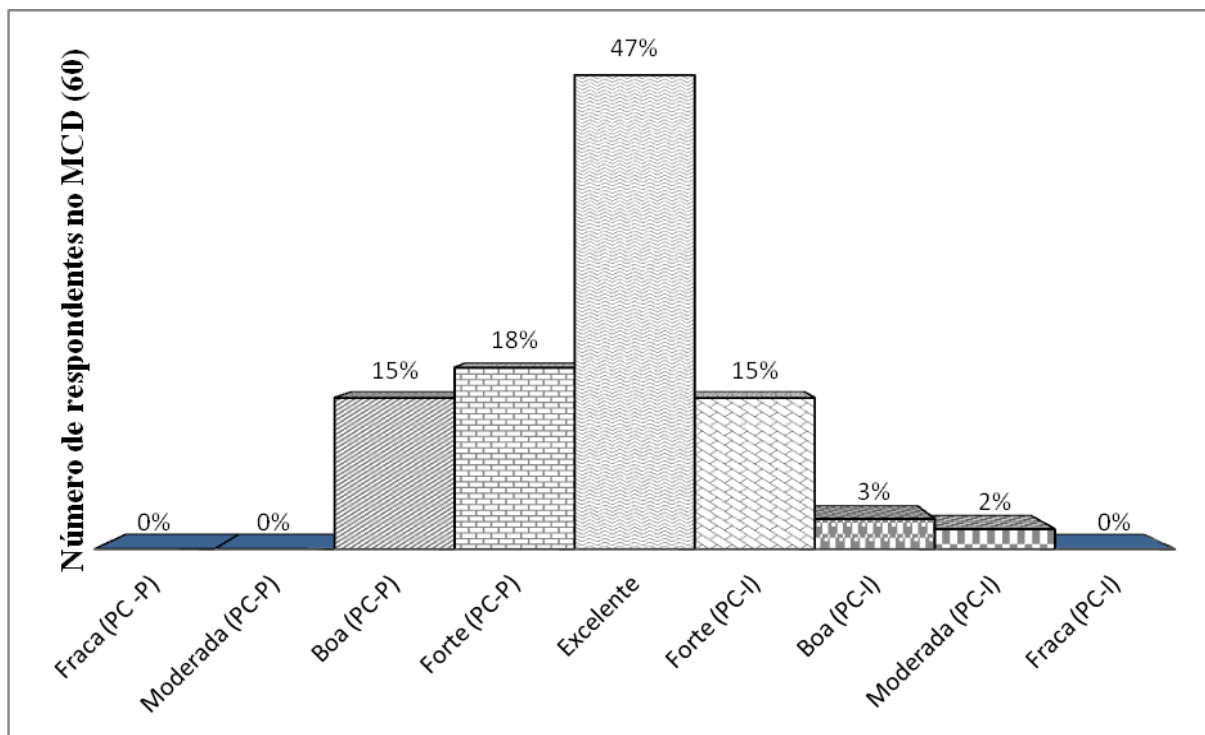
Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

5.2 Descrição do Modelo de Crença Determinante (MCD) - Análise do Contexto

Análise do Contexto “se refere à habilidade de identificar as razões dos problemas e adversidades, mapeando pistas no ambiente.” (BARBOSA, 2006, p. 01). O mundo e tudo o que o envolve é constante objeto de análises e de conclusões. A forma mais simples de análise do contexto é simplesmente avaliar as ideias particulares sobre o ambiente. É simples, mas quando se recebe informações distorcidas da realidade e da própria identidade, essa perspectiva torna-se limitada.

A seguir a representação gráfica dos índices obtidos no padrão de resposta das participantes:

Gráfico 18 – Análise do Contexto



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

O Gráfico 18 revela que 15% das participantes apresentam uma condição Boa do Padrão Comportamental de Passividade (PC-P) em suas crenças. Essa condição já apresenta uma tendência da participante em se manter afastada da situação de conflito. Contudo, por ser uma condição “Boa”, já representa alguma flexibilidade para a reorganização de suas crenças, que possa permitir a ampliação da capacidade de identificar os sinais presentes no ambiente.

Como apresenta dificuldade para “ler” o contexto em que se está inserido, esse grupo diminui a sua capacidade de ser resiliente. Ao mesmo tempo, 18% das participantes, apresentaram-se na condição Forte do (PC-P), o que significa um avanço na organização de suas crenças, isso indica que essa parte do grupo possui características de leve passividade, isto é, há um comportamento de leve aceitação das situações do contexto no qual está inserido oferece insegurança, embates, desafios, ou mesmo, competições.

Similarmente o Padrão Comportamental de Intolerância, na condição Forte (PC-I) 15% das participantes apresentaram um comportamento que lhes causa tensão, e isso diminui a sua capacidade de criação, prejudicando as suas atividades diárias. Nesse nível, mesmo este grupo apresentando uma condição favorável à resiliência, demonstra uma diminuição na capacidade de flexibilizar-se. Porém, já possui maior capacidade de refletir sobre o ambiente em que se está inserido.

Outros 3% das integrantes da pesquisa caracterizam-se por apresentar uma mediana intolerância em suas crenças, face ao estresse elevado, apresentando uma condição do tipo Boa no PC-I, que representa um afastamento do contexto no qual está inserida.

Outros 2% de participantes, demonstra uma intensidade Moderada em suas crenças. As mulheres que se encontram nesse nível têm dificuldade de flexibilidade frente às situações adversas/estressoras.

Os dados apresentados sobre como um grupo de mulheres afrodescendentes se apresenta em situações que exigem a análise de um contexto, apontam que a maioria do grupo consegue desenvolver a habilidade de ler, de interpretar e, assim, mediar os conflitos que surgem nos contextos nos quais estão inseridas. Para a mulher afrodescendente, essa habilidade de ter “outro ponto de vista, a vista de um ponto”, é importante para que possa desenvolver comportamentos mais assertivos, diminuindo, assim, inferências que poderiam lhes prejudicar em situações conflituosas.

Nesta pesquisa, 47% das respondentes apresentam um nível de equilíbrio em suas crenças e se colocam em uma situação de excelente resiliência. Assim, boa parte do grupo pesquisado consegue estruturar um comportamento flexível, “balanceando” as crenças, conseguindo apresentar uma resposta equilibrada em relação aos padrões comportamentais de passividade e de intolerância.

A resiliência, neste estudo, tem sido compreendida como um processo, ou seja, pode ser identificada durante todas as fases do desenvolvimento humano, além de se configurar como atributo ou predisposição que todos possuem. Assim, as mulheres afrodescendentes que não apresentaram, nos dados obtidos pelo questionário, comportamentos resilientes frente às

situações sugeridas, poderão, em outro momento, apresentar condições mais favoráveis que lhes permitam exprimir um nível de maior resiliência frente aos conflitos.

Nesse MCD, Análise do Contexto, é perceptível que as respostas das mulheres afrodescendentes pesquisadas possibilitam inferir que a maioria delas possui uma facilidade de identificar, de ler as pistas e os sinais das causas dos seus problemas e das adversidades que surgem no dia a dia. Camino et al. (2001, p. 17), no artigo **A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica**, relatam que para se entender o racismo atual devemos, portanto, analisar o contexto (cultural, econômico, social) no qual são desenvolvidas as práticas de exclusão. De acordo com os autores “Se, por um lado, cresce o respeito à diversidade de valores culturais, por outro lado, emergem fortes pressões para a manutenção das identidades e valores culturais cristalizados”.

Nesse sentido, os movimentos sociais têm contribuído para que, cada vez mais, as mulheres afrodescendentes tenham o direito de voz ativa e avancem no sentido de incorporar as denúncias de racismo identificadas, analisando o ambiente em que estão inseridas. Os dados mostram que a maioria das mulheres afrodescendentes participantes da pesquisa se encontra em estado de reação às situações que exijam posturas que favoreçam à resolução de conflitos existentes no ambiente.

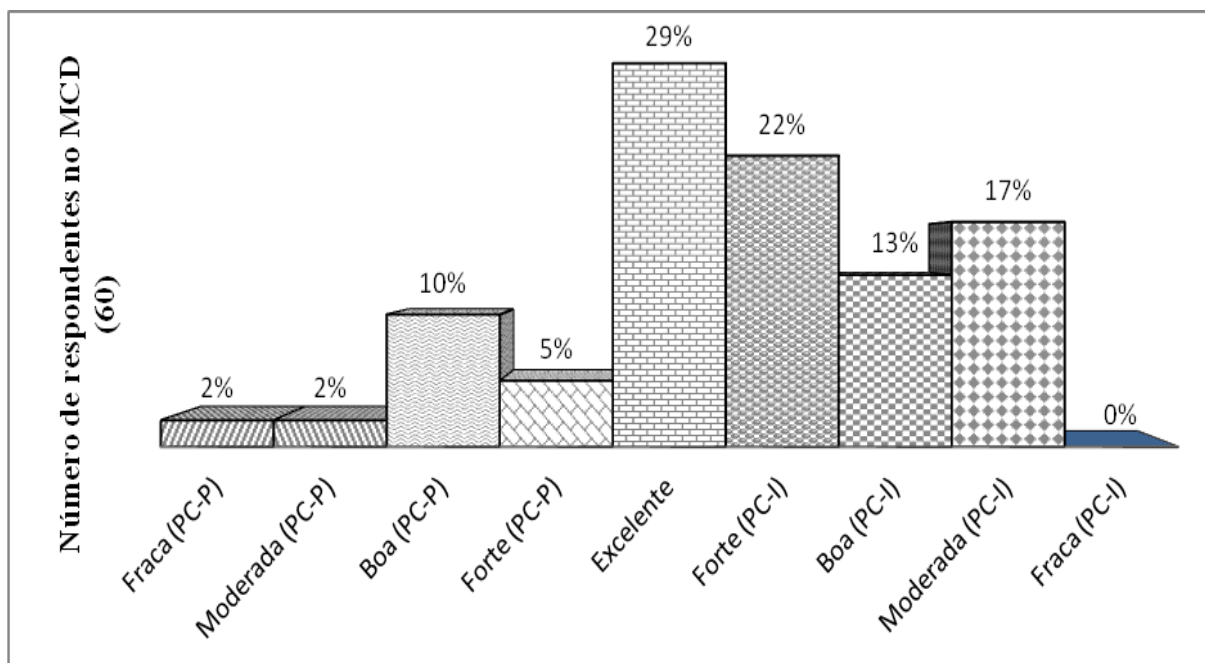
Esse fato é bastante positivo diante das situações estressoras que vivenciam, pois estão estabelecidas em contextos sociais muitas vezes desfavoráveis, diferentes de outros grupos que não sofrem as sequelas deixadas pela discriminação, pelo preconceito e pelo racismo. O comportamento resiliente da mulher afrodescendente é construído nesse contexto.

Os dados estatísticos apontam que não há passividade nem intolerância extremadas quando surge a necessidade de analisar o ambiente para promover uma reação rumo à superação da adversidade, o que endossa a reflexão sobre o movimento que essas mulheres realizam diuturnamente para tomarem parte nos mais diversos espaços da sociedade.

5.3 Descrição do Modelo de Crença Determinante (MCD) - Autoconfiança

Autoconfiança, para Barbosa (2006), é a habilidade de se sentir eficaz nas ações que serão realizadas. É acreditar em seus recursos e potenciais internos. Esse MCD representa os recursos pessoais relacionados à confiança que uma pessoa tem de solucionar problemas presentes no seu dia a dia, utilizados pelo grupo de mulheres afrodescendentes que participaram da pesquisa, em meio às situações conflituosas e adversas.

Gráfico 19 – Autoconfiança



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012

No Gráfico 19, a situação de Excelente resiliência é apresentada em 29% das participantes, ou seja, esse grupo possui uma intensidade Equilibrada em suas crenças. As mulheres afrodescendentes que apresentaram esse índice no MDC, Autoconfiança, são as que possuem características como originalidade de ideias e de propostas, que organizam suas teorias com objetividade, contribuindo, assim, para a superação de situações de conflito apresentadas no questionário. Buscam a resolução de problemas por meio da análise de múltiplas possibilidades; apresentam um comportamento de independência quando surgem situações que necessitam da tomada de decisões para alcançar seus objetivos. As mulheres afrodescendentes, quando agem dessa forma, além de favorecerem seu crescimento, contribuem para a realização de propósitos do grupo do qual participa, ou seja, age de forma a produzir benefícios pessoais e coletivos.

O Gráfico 19 revela que 10% das participantes da pesquisa, apresentaram um nível de padrão comportamental, do tipo Boa PC-P, nesse MCD, o que indica que parte do grupo de mulheres consegue organizar suas crenças, porém ainda de forma mediana e passiva, e a sua autoconfiança não está equilibrada emocionalmente, interferindo na sua capacidade de decisão e de julgamento, o que atrapalha seu comportamento resiliente.

Outro dado relevante apresentado pelo Gráfico, é que 5% das participantes da pesquisa apresentam uma leve intensidade em suas crenças do tipo Forte do PC-P. Comportamentos

como coragem e autoeficácia apresentam-se nesse grupo com características de indecisão, ou seja, as crenças organizadas que possibilitariam um comportamento mais resiliente, necessitam ser fortalecidas, e isso, pode ocorrer por meio, de uma autovalorização das mulheres afrodescendentes participantes da pesquisa.

Em relação ao PC-I outras participantes do grupo apresentaram, respectivamente, os percentuais de 22%, em Forte PC-I, 13% em Boa PC-I, e 17% em Moderada PC-I.

Quando se apresentam em um nível de Forte PC-I, revelam características de leve intolerância na confiança dos próprios recursos internos, apresentam-se de forma a duvidar que irão superar as situações adversas, assim diminuindo a sua autoconfiança.

Nesse MCD, Autoconfiança, muitas mulheres afrodescendentes, participantes da pesquisa, realizaram um movimento de buscar reorganizar suas crenças em condições desfavoráveis, porém duvidando da sua capacidade de realização, e isso poderá ter contribuído para que boa parte do grupo não se apresentasse, nesta pesquisa, em uma condição de equilíbrio ou de excelência.

Segundo Coimbra (2008), a autoeficácia e a resiliência são dois conceitos que permitem enfatizar que o meio é importante, mas não determinante para o resultado de adaptação obtido. Em sua acepção, a autoeficácia muito pode contribuir para o fortalecimento e o desenvolvimento desse MCD, por servir como um “filtro cognitivo da informação adquirida por meio de experiências próprias ou de modelos de incentivos sociais; define a confiança pessoal para lidar com situações prospectivas, predizendo os tipos de metas que são estabelecidas e a persistência na sua prossecução.” (COIMBRA, 2008, p. 05).

Para a mulher afrodescendente, desenvolver autoconfiança é uma grande barreira, que deve ser trabalhada diuturnamente para que essa competência, tão importante nas relações de poder e nas relações interpessoais, possa lhe favorecer na superação de outras barreiras em que a ausência desse comportamento ocasione um desfavorecimento. Nesse modelo de resiliência, as mulheres participantes da pesquisa se apresentam em grande parte no padrão comportamental de intolerância, ou seja, reagindo às formas diferenciadas com que são tratadas nos espaços sociais. Nesse processo, o empoderamento poderia fortalecer a autoconfiança dessas mulheres, capacitando-as para a articulação de seus interesses.

Outro fator importante a ser analisado é a construção dessa autoconfiança, pois está associada a uma autoimagem positiva, que diante das particularidades ligadas às mulheres afrodescendentes, já expostas neste estudo, nem sempre é possível. Assim, a discriminação, o preconceito e o racismo presentes na vida das mulheres afrodescendentes cumprem o seu

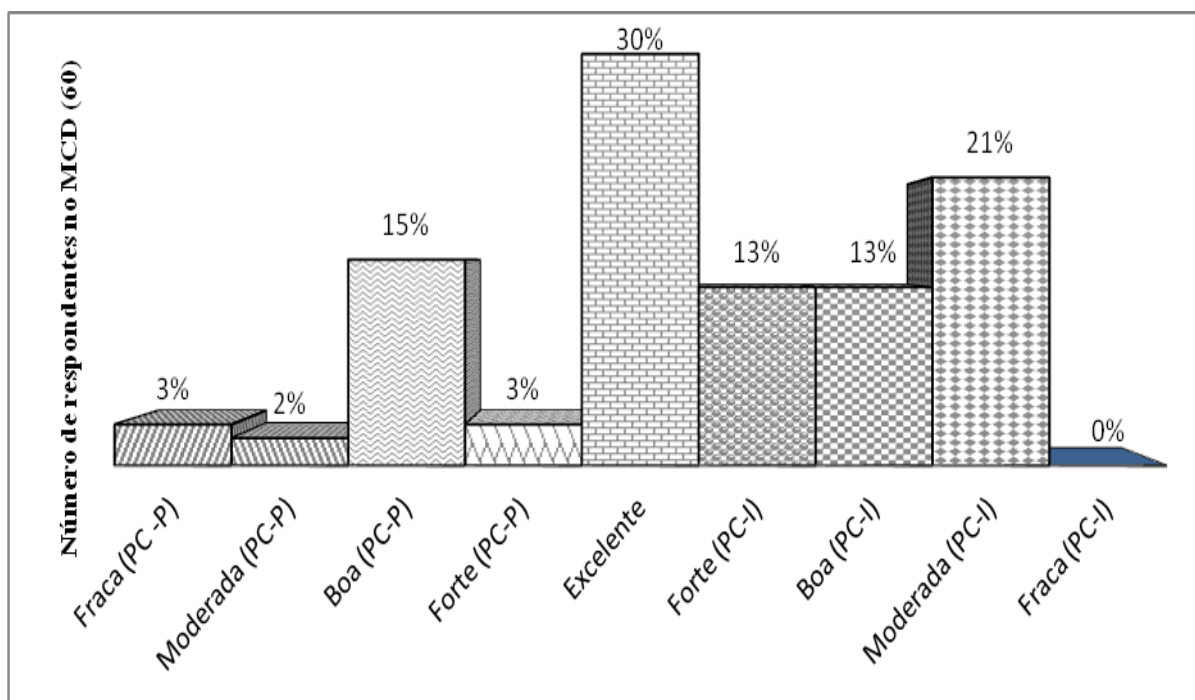
papel, gerando em suas vítimas sentimentos de fracasso e de impotência, impedindo-as de desenvolver autoconfiança e autoestima (FERREIRA, 2000).

Uma das formas de elevar a autoestima dos afro-brasileiros seria estudar a evolução do povo africano e sua influência nas diversas sociedades do mundo, e, especificamente, na nossa. O comportamento de autoconfiança fortalece-as, pois em todos os momentos elas têm que mostrar que são capazes. A falta de confiança nas atitudes que desempenham produz restrições dessa ordem, culminam com o desencadeamento de alterações na saúde física e psicológica.

5.4 Descrição do Modelo de Crença Determinante (MCD) - Autocontrole

Autocontrole é referido na teoria de Barbosa (2006) à capacidade de se manter calmo e equilibrado para lidar com seus sentimentos ao enfrentar situações de pressão ou diante de imprevistos.

Gráfico 20 – Autocontrole



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

No grupo pesquisado, 30% apresentam uma intensidade Equilibrada em suas crenças e se colocam em uma Situação de Excelente resiliência. A presença dessas mulheres nesse intervalo indica o quanto o grupo contém de crenças que estruturam um comportamento

flexível e balanceado no controle de suas emoções, em situações que requerem delas autocontrole.

As mulheres presentes nesse grupo têm a tendência a se sentirem bem emocionalmente ao se envolver em projetos e tarefas, o que resulta em um forte senso de realização. Pessoas que se situam nesse modelo de comportamento apresentam condição consistente de resiliência nesse MCD.

O Gráfico 20 mostra que com base nos dados 15% das mulheres respondentes do questionário apresentaram uma condição do tipo Boa no PC-P, em suas crenças. Tal constatação indica que esse grupo de mulheres afrodescendentes possui crenças com características de impotência diante de eventos e de adversidades sugeridas pelas situações propostas no questionário. Mesmo estando em uma situação de passividade, essas mulheres apresentaram uma capacidade emocional de se sentir relativamente bem.

Com base na interpretação que esse instrumento faz, há uma tendência de essas mulheres, presentes nesse nível, colaborarem com atividades que venham favorecer a sua flexibilidade, assim produzem uma boa perspectiva de vida e de visão de futuro e são relativamente otimistas diante das situações adversas que são impostas.

O mesmo gráfico apresenta 21% das participantes com a intensidade do tipo Moderada no PC-I em suas crenças e se colocam em uma situação de mediana segurança em situações conflituosas. Embora as participantes do grupo apresentem um movimento de flexibilidade que favoreça uma organização de suas crenças, apresentam agressividade emocional, que as fazem não reagir de forma assertiva em áreas relacionadas à esse MCD. Esse estilo de intolerância representa uma predisposição que faz com que essas mulheres acreditem que suas regras ou princípios estejam sendo desrespeitados, levando-as a um estado de demasiada ansiedade frente à situação que requer autocontrole. Os dados apresentados nesse MCD demonstram que o grupo pesquisado apresenta dificuldades em questões relacionadas ao Autocontrole, frente às situações de adversidade.

Para Paixão (2011), os afrodescendentes “bem-sucedidos” precisam (e precisarão) ter autocontrole e disciplina para suportar a incessante pressão do racismo “cordial” brasileiro, que lhes impõe toda sorte de obstáculos. Por racismo cordial brasileiro entende-se o racismo que se manifesta nas relações privadas e se camufla em suposta tolerância pública. (LIMA; VALA, 2004).

No momento em que essas mulheres afrodescendentes desenvolvem a capacidade de autocontrole diante das adversidades, elas estabelecem estratégias cognitivas e

comportamentais para lidar com as barreiras, fortalecendo, assim, seu comportamento resiliente. O autocontrole é importante em todas as atividades cotidianas.

O autocontrole tem um papel muito significativo em todas as nossas atividades cotidianas. Quando pensamos antes de agir, quando levamos em consideração os sentimentos dos demais (quando temos empatia), quando refletimos sobre as possíveis soluções para um problema, quando nos comportamos de maneira racional e reflexiva, quando desenvolvemos um plano de trabalho, quando evitamos gritar com alguém que fez algo que nos irritou, estamos mostrando autodisciplina e autocontrole. (BROOKS; GOLDSTEIN apud NADAL 2007, p. 128).

Carvalho (2008) diz que pessoas resilientes possuem a capacidade individual de autocontrole, de autoestima, temperamento afetuoso e flexível. O autocontrole resgata a dimensão dialética dos componentes biológicos, individuais e sociais do comportamento humano.

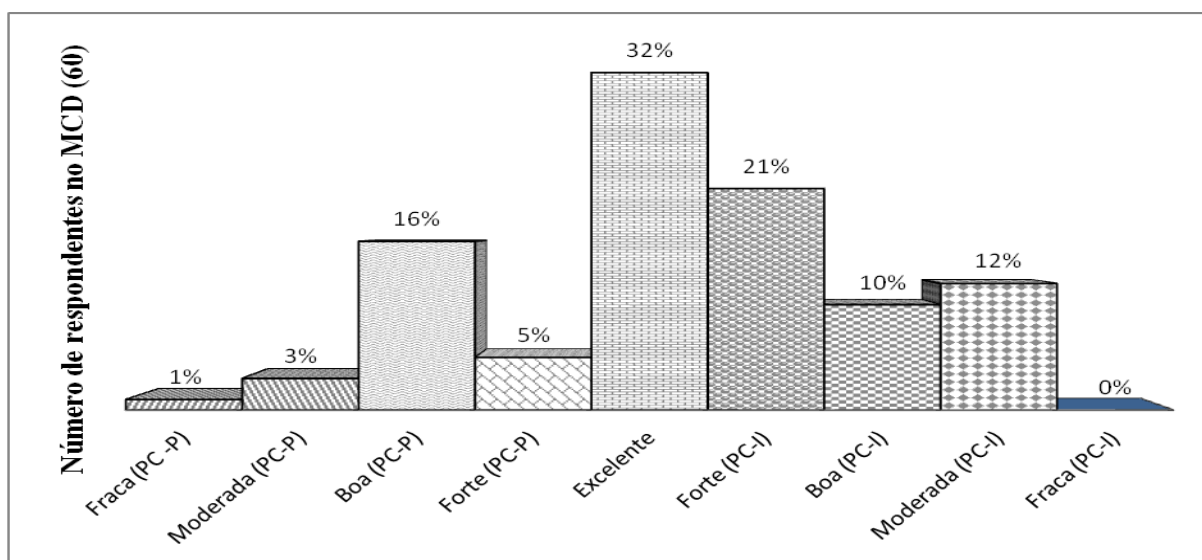
Nova (2010) diz que ser mulher afrodescendente é uma condição social que põe à prova todos os limites de uma pessoa: a paciência, a tolerância, a compreensão. A partir deste estudo, é possível perceber que o autocontrole se torna, para essas mulheres, uma ferramenta fundamental no enfrentamento das adversidades, pois, para a autora, mulheres afrodescendentes têm de lidar diariamente com a rejeição, com a discriminação e com o preconceito da sociedade.

Fatores internos, como o autocontrole, discutidos nesta pesquisa, ainda serão, por muito tempo, objeto de muita discussão e de reflexão, pois podem subsidiar as mulheres afrodescendentes a enfrentarem e a superarem a tripla discriminação que sofrem diariamente: a primeira ocorre por serem mulheres, e isso foi apontado nos indicadores sociais, que mostram a posição ocupada por elas no mercado de trabalho; a segunda discriminação acontece por serem pobres. Os dados presentes na revisão de literatura deste trabalho apontam que, realmente, grande parte das mulheres afrodescendentes, por ocuparem os piores postos de trabalho, acaba em situação socioeconômica mais desfavorável. Em uma sociedade capitalista e de consumo como a nossa, o comportamento de autocontrole passa a ser questão de sobrevivência. A terceira discriminação, que elas enfrentam e a mais cruel, é o fato de serem afrodescendentes. Por sua cor de pele, por sua estética, essas mulheres sofrem racismo, muitas vezes manifestado de forma velada, camuflada, que atinge a sua subjetividade, colocando-lhes em situações que exigem uma contínua necessidade de terem autocontrole, e muitas vezes, em alto grau.

5.5 Descrição do Modelo de Crenças Determinantes (MCD) - Conquistar e Manter Pessoas

Conquistar e Manter Pessoas, de acordo com os modelos de resiliência adaptados e traduzidos por Barbosa (2006), faz parte de um comportamento resiliente. Esse modelo está relacionado com a habilidade de construir e de manter relacionamentos, formando redes de apoio e de proteção.

Gráfico 21 – Conquista e Manter Pessoas



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

A análise do MCD Alcançar e Manter Pessoas revela que 32% das participantes da pesquisa apresentam uma intensidade Equilibrada em suas crenças e se colocam em uma Situação de Excelente resiliência. Esse índice representa que o grupo de mulheres possui a capacidade de engajar e de manter as pessoas próximas de si. Essa competência de alcançar e manter pessoas pode ser utilizada como fator de proteção nos momentos de dificuldade. Esse índice indica que o grupo de mulheres detém a capacidade de desenvolver excelentes níveis de influência junto às pessoas que as cercam o que estimula sua liderança no grupo, podendo ser revertida em uma condição de resiliência.

Os dados do Gráfico 21 revelam que 16% das participantes da pesquisa apresentam a condição de Boa resiliência e com características do PC-P em suas crenças. As mulheres afrodescendentes participantes da pesquisa, que se apresentam nesse nível, possuem a capacidade de alcançar pessoas, que podem contribuir para a realização de seus projetos.

Outras 21% das participantes da pesquisa apresentaram, nesse MCD, intensidade de leve intolerância em suas crenças, face ao estresse elevado; e uma condição do tipo Forte do PC-I. Esse nível no padrão comportamental de intolerância revela que existe uma dificuldade em estabelecer relacionamentos que favoreçam a atitude de alcançar e manter pessoas. Mesmo com esta dificuldade, é considerada uma boa condição, por promover um movimento de buscar pessoas para perto de si, envolvendo-as em seus planos e projetos. Essa capacidade revela uma boa habilidade para defender suas ideias, pois há uma tentativa de sair da situação de intolerância em face às dificuldades. Há um investimento de energia necessária para que se fortaleça sua rede de relacionamentos sociais. Embora esse índice tenha condição favorável à resiliência, se persistirem tais condições, elas diminuem sua capacidade de resiliência.

Em síntese, o grupo apresenta um comportamento que favorece ao desenvolvimento dessa habilidade tão importante: alcançar e manter pessoas. As redes de relacionamentos, na sociedade atual, tornaram-se indispensáveis para a conquista de alguns objetivos e para a superação de muitas adversidades. Desse modo, o grupo pesquisado possui a capacidade de interagir com outras pessoas, sem medo do fracasso, habilidade que lhes permite formar novas redes de relacionamento, favorecendo a superação dos obstáculos impostos no dia a dia.

O mundo começou a estudar a resiliência a partir do estudo das características pessoais e comportamentais de pessoas consideradas pilares na superação exitosa de situações graves de escassez e de violência (MELILLO, 2005). Percentualmente, as mulheres afrodescendentes que participaram deste estudo encontram-se, em sua maioria, no nível de equilíbrio que as coloca em posição de excelência no que diz respeito à sua condição de resiliência.

Tavares (2001) colabora com essa categoria, ao dizer que as pessoas precisam aprender a lidar e a conviver com situações adversas, desenvolvendo defesas psicológicas no sentido de se tornarem mais fortes. Para isso, o fortalecimento de laços, relações intra e interpessoais autênticas contribuem no processo da resiliência. Barreto (2005) acrescenta que a pessoa que partilha seu sofrimento transforma-o, o que possibilita uma ressignificação dos fatos traumáticos.

Para Barreto (2008), a pessoa resiliente valoriza muito os vínculos de apoio e de estímulo, o que lhe permite alimentar sua autoconfiança e sua autoestima. Nesse sentido, as mulheres afrodescendentes que possuem essas características e as desenvolve em sua plenitude são retroalimentadas, pois, para alcançar e manter pessoas, muitas virtudes tendem a serem desenvolvidas, como solidariedade, gratidão, interesse e amor.

Flach (1991) elaborou alguns atributos de pessoas resilientes, que podem ser associados a essa competência de alcançar e manter pessoas, que são: um forte e flexível

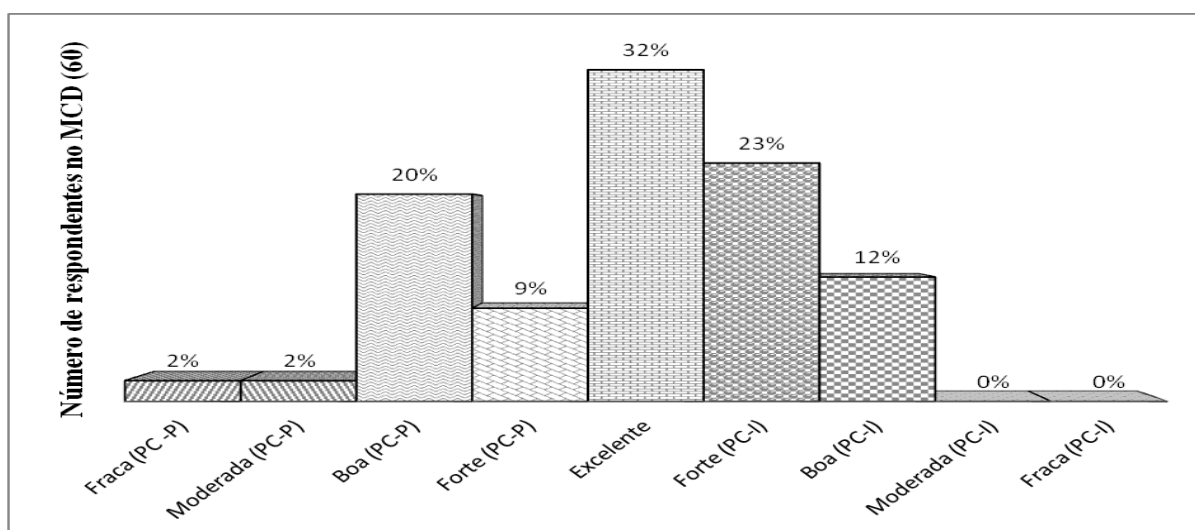
sentido de autoestima; independência de pensamento e de ação, sem medo de necessitar dos outros ou relutância em ficar nessa condição de sujeição; habilidade de dar e de receber nas relações com os outros; possuir um bom círculo de amigos pessoais, que inclua um ou mais amigos confidentes; um alto grau de disciplina pessoal e um sentido de responsabilidade; reconhecimento e desenvolvimento de seus próprios talentos; mente aberta e receptiva a novas ideias; disposição para sonhar; grande variedade de interesses; apurado senso de humor; percepção de seus próprios sentimentos e dos outros; capacidade de comunicar esses sentimentos de forma adequada; grande tolerância ao sofrimento; concentração; compromisso com a vida; contexto filosófico no qual as experiências pessoais possam ser interpretadas com significado e esperança, até mesmo nos momentos mais desalentadores da vida.

Em geral, as pessoas que desenvolvem essa competência possuem um interesse profundo e verdadeiro no outro. Muitas vezes abrem mão de suas necessidades pessoais ou familiares para dedicar seu tempo e sua vida a outrem. Podendo, em alguns casos, não se tratar de uma opção racional propriamente dita, mas uma estratégia de focalização de sua atenção no objetivo proposto.

5.6 Descrição do Modelo de Crenças Determinantes (MCD) – Empatia

A **Empatia** está relacionada com a capacidade de compreender as outras pessoas, em seu estado emocional, favorecendo a reciprocidade, e a condução da ação de acordo com esse entendimento. (BARBOSA, 2006).

Gráfico 22 – Empatia



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

No MCD Empatia, chama atenção os percentuais de 32%, 20% e 23%, correspondentes às intensidades, Excelente, Boa PC-P e Forte PC-I, respectivamente.

Há um indicativo de que as mulheres que apresentaram um nível de excelência nesse MCD, 32% das participantes, organizam suas crenças de forma flexível, balanceando seu comportamento emocional de modo a se colocar no lugar do outro. Nessa dinâmica, favorece a reciprocidade que contribui para o equilíbrio necessário em situações de excessivo estresse. As mulheres incluídas nesse grupo de respondentes apresentam características positivas, como alegria, bom relacionamento interpessoal, motivação, e anseio por qualidade de vida. Possuem uma extrema sensibilidade, são afetuosas, e possuem a virtude de acreditar no potencial do outros.

Os dados apresentados no Gráfico 22 apresentam 20% das participantes na condição do tipo Boa em resiliência e com características do PC-P em suas crenças. As mulheres que apresentaram respostas nesse MCD, com essa intensidade nas suas crenças, demonstram uma organização das crenças mapeadas, característica do Padrão Comportamental de Passividade.

Ao ocupar a posição mediana na escala, nesse MCD, de acordo com o Quest_Resiliência, é atribuída a estas componentes do grupo a característica de uma condição de carência emocional, o que demonstra certa porção de carência afetiva, conduzindo assim a um comportamento de passividade, causando-lhe prejuízo, devido a diminuição de sua capacidade de resiliência.

O padrão comportamental de intolerância com um nível de intensidade Forte apresentado no MCD Empatia, por 23% das mulheres participantes da pesquisa, representa que há uma organização das crenças, o que contribui para a aceitação do outro. Nesse nível, esse grupo de mulheres possui a característica de saber ouvir, de olhar nos olhos, de ter sensibilidade, e de acreditar no potencial do outro. Porém, mesmo estando em um padrão com nível Forte, quando surgem situações conflituosas, há um investimento pessoal em demasia. Esse comportamento de investir atenção no outro, sem uma limitação necessária para uma relação saudável, pode causar dificuldade para a manutenção de vínculos. Mesmo de forma pequena, essa resposta produz menor condição de apresentar resiliência.

A maior parte das mulheres participantes desta pesquisa apresentou-se entre os níveis de Equilíbrio e Forte PC-I, o que lhes atribui o esforço em serem empáticas nessa e naquela intensidade, um nível de excelência no que diz respeito a essa competência, a empatia. Por serem mulheres e afrodescendentes, essa característica é importante, porque, além de contribuir para o fortalecimento da própria resiliência, a partir do processo de colocar-se no lugar do outro, promove a resiliência de forma coletiva.

Em síntese, os níveis apresentados nesse MCD, representam um movimento realizado pelo grupo de mulheres afrodescendentes para conquistar e manter pessoas. Essa característica as fortalece em suas relações. A empatia trata-se da capacidade humana de inferir e compartilhar os pensamentos e os sentimentos das outras pessoas, e vem sendo estudada como uma habilidade essencial para a qualidade de vida.

Neste estudo, a empatia é entendida como a capacidade de colocar-se no lugar do outro para entendê-lo e acolhê-lo na sua diferença. É a habilidade para experiência e para expressão tanto das emoções positivas quanto das negativas, o que se constitui como de fundamental importância para as mulheres afrodescendentes, em decorrência das situações que vivenciam. As participantes desta pesquisa possuem essa habilidade, umas mais, outras menos, umas reagindo com intolerância, agindo com empatia, porém de forma disfuncional ou se flexibilizando, saindo do estado de passividade, ou seja, da indiferença diante do outro.

O componente básico da empatia é a comunicação, que é composta pelos componentes: cognitivo (compreensão dos sentimentos e perspectivas da outra pessoa); afetivo (sentimentos de compaixão e simpatia pela outra pessoa); comportamental (transmissão do entendimento dos sentimentos e perspectivas da outra pessoa) (FALCONE, 1999); e das relações interpessoais. (MOTTA, 2006).

Nadal (2007), em sua pesquisa sobre resiliência em afrodescendentes, identificou a empatia como sendo uma das características que esses desenvolveram para superar as situações de adversidade.

Brooks e Goldstein (2004 apud Nadal, 2007, p. 124) consideram que:

A empatia, o colocar-se no lugar do outro, experimentando indiretamente os seus sentimentos, atitudes e pensamentos influi decisivamente na qualidade da nossa vida pessoal e profissional, sobretudo nas atividades que implicam as relações sociais, segundo eles, a empatia proporciona a fortaleza para que melhorem as nossas interações com as pessoas, facilitando a comunicação, a cooperação, o respeito e a compaixão, sendo considerada um componente essencial de uma mentalidade resiliente, e está nos seus cimentos.

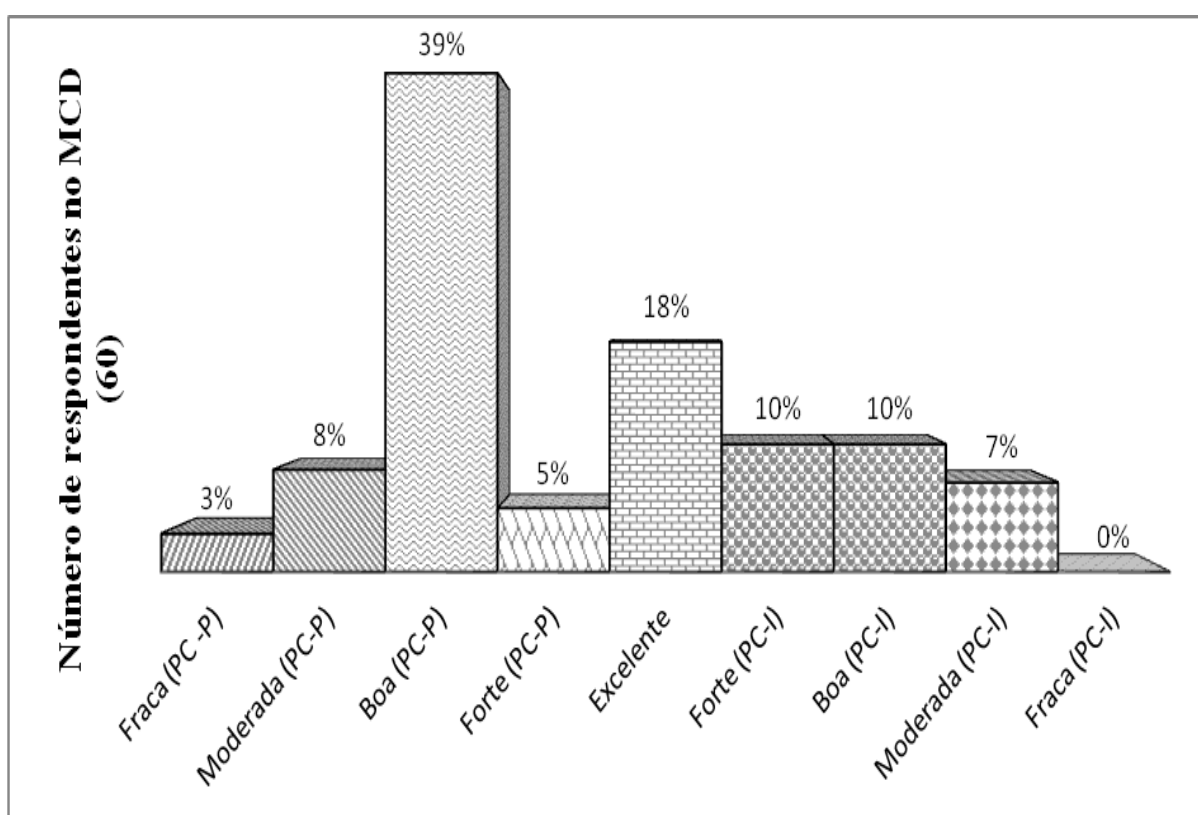
Essa competência essencial, descrita na citação, é refletida nos níveis apresentados pelas participantes nesse MCD. Assim, o grupo de mulheres possui essa habilidade de se colocar no lugar do outro buscando entendê-lo e acolhê-lo na sua indiferença.

5.7 Descrição do Modelo de Crenças Determinantes (MCD) - Leitura Corporal

Leitura Corporal refere-se à capacidade de perceber as mudanças que acontecem em seu corpo quando enfrenta situações de adversidade, e de controlar os “sintomas e efeitos do estresse” nos sistemas nervoso/muscular. (BARBOSA, 2006).

A seguir, a representação gráfica do posicionamento dos índices obtidos no padrão de resposta das participantes:

Gráfico 23 – Leitura Corporal



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

Dados do Gráfico 23 apresentam 18% das participantes situadas no nível de intensidade Equilibrada em suas crenças que se coloca em uma situação de excelente resiliência. A presença das mulheres nesse nível indica que o grupo consegue apresentar um comportamento flexível que repercute na capacidade de ler e de reconhecer as reações e as alterações físicas, e isso favorece a superação de situações conflituosas que requeiram o uso dessa competência. Esse comportamento garante uma ótima capacidade de resolução de problemas internos e externos, assegurando uma consistente condição de resiliência.

Outro grupo desse modelo apresenta 39% das participantes da pesquisa na condição de Boa resiliência e com características do PC-P em suas crenças. Esse nível no MCD indica que o grupo de mulheres apresenta um domínio mediano em relação ao seu controle muscular e fisiológico, conduzindo para uma dificuldade de equilibrar o seu comportamento emocional. Não percebendo as alterações do corpo, essas mulheres possuem dificuldades para reagir de forma assertiva, favorecendo situações conflituosas, que poderiam ser evitadas por meio de uma postura mais adequada frente à situação de estresse.

Um total de 10% das participantes da pesquisa neste MCD apresentou uma mediana intolerância em suas crenças face ao estresse elevado e uma condição do tipo Boa do PC-I. O grupo organiza suas crenças de forma mediana, pois não possui um total controle muscular/fisiológico necessário para atenuações dos desconfortos físico e emocional, produzidos em situações estressoras. As mulheres presentes nesse grupo são capazes de falar de suas dificuldades, pois já possuem a organização de suas crenças, que lhes favorecem essa resposta. Contudo, a dificuldade de leitura corporal pode causar-lhes desconforto físico e até dores corporais, restringindo, assim, a sua capacidade de ser resiliente.

Outros dois dados que merecem destaque são os níveis de Forte PC-I e Boa PC-I, pois ambos apresentaram o mesmo percentual de 10% das respondentes da pesquisa. O nível do tipo Forte do PC-I se caracteriza por apresentar uma intensidade de leve intolerância em suas crenças face ao estresse elevado. Nesse grupo, as mulheres apresentam crenças que organizam o seu comportamento, o que lhes garante uma melhor compreensão sobre o que ocorre em seu corpo.

Os resultados nesse MCD apontam que, para grande parte do grupo pesquisado (55%), há uma tendência a aceitar as reações do corpo sem buscar se contrapor sobre as causas. Contudo, ao se posicionarem, em sua maioria (39%) no nível de Boa PC-P, já existe uma tentativa de busca de um autoconhecimento sobre as relações diferentes que ocorrem entre seu corpo físico e seu corpo emocional. Indica que existe uma maior percepção de como as informações que são introjetadas por situações adversas podem interferir na sua funcionalidade, ou seja, no seu desenvolvimento saudável.

Da observação da distribuição dos resultados nesse MCD, pode-se afirmar que a leitura corporal é a única na amostra que traz dados expressivos no PC-P. Como a intensidade atribuída às crenças pode se configurar predominante em “acatar” e “absorver” o impacto do estresse – comportamento de passividade –, é possível afirmar que 55% das participantes da pesquisa, incluídas no Padrão Comportamental de Passividade (PC-P), apresentam a sua

dinâmica corporal caracterizada por uma configuração de receber os impactos do ambiente no próprio corpo.

Falar em Leitura Corporal, em mulheres afrodescendentes, é reconhecer a dificuldade apontada pelo alto índice do nível Boa (PC-P), que aponta para uma positividade em entender a importância de descrever e de detalhar a função emocional de cada segmento e estrutura do corpo, usando essa leitura como mecanismo de proteção contra doenças somáticas e psicossomáticas, provocadas pelas situações estressoras, dentre elas as provocadas pelo racismo, pela discriminação e pelo preconceito. Ao mesmo tempo, 27% PC-I revela que mesmo de forma não assertiva há um movimento para compreensão das reações do seu corpo em momentos de estresse e adversidade.

Esse modelo de resiliência mostra a necessidade de se autoconhecer para entender as associações entre as manifestações que ocorrem no corpo físico e nos processos psíquicos e sensoriais, que provocam doenças como hipertensão, fobias, depressão. É preciso enfatizar a questão da importância da leitura corporal e demonstrar que o racismo causa impacto negativo na saúde das mulheres afrodescendentes.

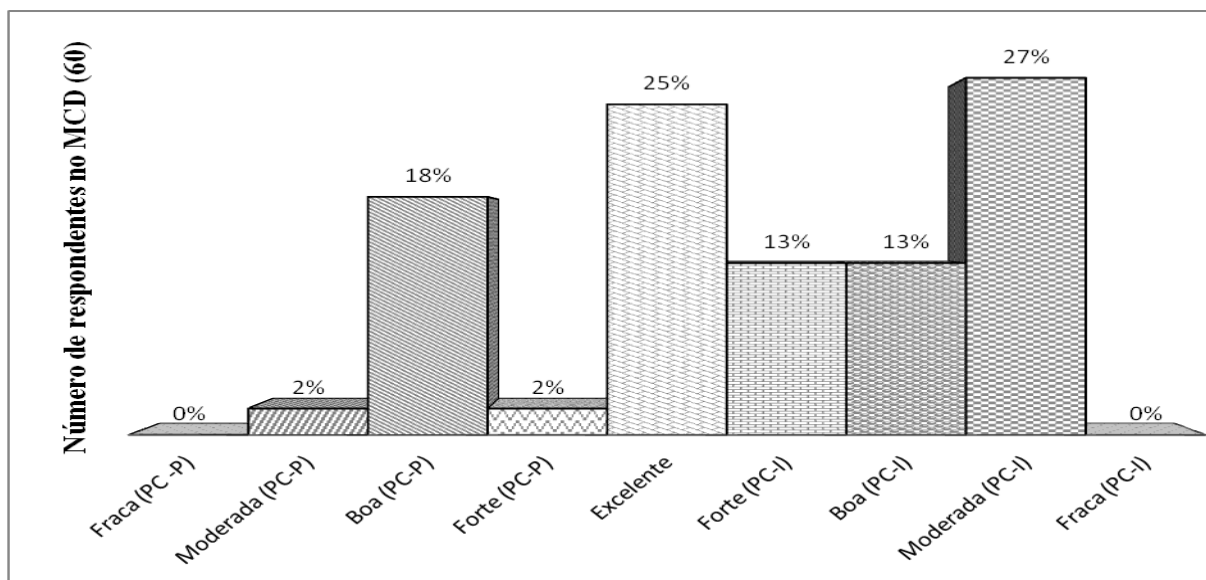
A importância de desenvolver esse modelo de resiliência (Leitura Corporal) se faz necessário por que grande parte das mulheres afrodescendentes passará por possíveis “humilhações sociais”, que poderão provocar reações corporais desconhecidas. O não reconhecimento das mudanças que ocorrem no seu corpo contribui para torná-las mais vulneráveis, podendo levá-las a comportamentos inadequados, doenças psíquicas, psicossociais e físicas.

Porém, reconhecer, identificar essas mudanças corporais não significa imunizar-se a elas e sim mobilizar outros modelos, tais como, o autocontrole. Dessa forma, Cyrulnik (2004, p. 12) alerta que “jamais conseguimos liquidar nossos problemas, sempre resta deles algum vestígio, mas podemos dar-lhes outra vida, mais suportável e, às vezes, até bonita e com sentido”.

5.8 Descrição do Modelo de Crenças Determinantes (MCD) - Otimismo para com a com a Vida

Otimismo para com a vida é a capacidade de manter esperança com a convicção de que as adversidades irão mudar, pela crença de que é possível gerenciar a situação no presente, enxergando um amanhã melhor (BARBOSA, 2006).

Gráfico 24 – Otimismo para com a vida



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

O Gráfico 24 revela que 25% das participantes da pesquisa apresentam uma intensidade Equilibrada em suas crenças e se colocam em uma Situação de Excelente resiliência, o que representa um grupo significativo destas participantes, nesse MCD, apresentando uma tendência de pensar com coragem e determinação.

As participantes possuem uma visão prospectiva, o que lhes permite identificar novas oportunidades, gerenciando situações instáveis. Acreditam nas suas potencialidades e nas possibilidades de transcender as situações adversas, recorrendo a recursos internos e externos, para garantir uma condição de se motivar e influenciar na motivação das pessoas que a cercam. O resultado garante uma excelente condição de resiliência.

Neste mesmo gráfico, 18% das participantes apresentam a condição do tipo Boa no PC-P em suas crenças. A condição de passividade em que o grupo se encontra, representa uma condição de descrença, desesperança nos projetos que venha a desenvolver. Em relação a este fator (característica). Se continuarem nesse nível de otimismo com a vida, tendem a ter dificuldade em conquistar pessoas para as auxiliarem na busca de seus objetivos e também de se manterem focadas para a realização de tarefas, pois se encontram em uma situação de comprometer a manutenção de sua motivação e pró-atividade, o que diminuirá a capacidade de resiliência.

É importante destacar nesse MCD, o percentual de 27% das participantes da pesquisa apresentando em suas crenças uma alta intensidade do tipo Moderada no PC-I. Nesse nível, há uma atitude otimista frente às situações adversas. No entanto, o grupo de mulheres

afrodescendentes, presentes nesse MCD, necessita organizar suas crenças, para que possam ter uma visão mais realista da situação, pois ser realista, não significa não ser otimista. Nesse nível, há uma tendência para a valorização dos aspectos negativos presentes em situações de conflito. As mulheres presentes nesse nível no MCD necessitam balancear suas crenças, a fim de que não sejam atingidas por situações conflituosas e possam agir de forma mais coerente e resiliente.

Diante do que foi descrito, o grupo de mulheres afrodescendentes, quando não se apresenta em uma condição de excelência em resiliência no otimismo com a vida, o que muito pode favorecer para a superação de situações adversas, encontra-se em situação de reação, seja flexibilizando-se para sair da situação de passividade, ou reorganizando suas crenças para sair da situação de intolerância. Assim, afirmam que possuem a capacidade de se manter com esperança e com convicção, que podem mudar as situações adversas apresentadas pelo questionário, competência essa que pode ser transferida para as batalhas do dia a dia.

O comportamento da população afrodescendente nunca foi de total passividade, como registrou Freyre (2000) no clássico da literatura, **Casa Grande e Senzala**, houve uma tentativa de dizer que os escravos eram passivos, isto é, já haviam se acomodado na situação de subserviência ao homem branco, e com as mulheres que estavam sendo escravizadas, o pensamento não era diferente.

Os números do Gráfico 24 indicam que o nível em que boa parte das mulheres se encontra é de moderação frente às adversidades apresentadas no questionário. Ao fazer uma análise de sua situação, levando em conta todo seu contexto histórico e social, o movimento de reagir apresentado por esse nível de intolerância (PC-I) não é algo novo.

É difícil desenvolver um nível de equilíbrio e de excelência quando a herança deixada pelo passado escravocrata persiste na lembrança; que ao abolir a escravidão não permitiu a reinserção digna dos povos africanos e de seus descendentes, refletindo nessa geração, através dos poucos acessos que os ancestrais (pais, avós, cuidadores) puderam proporcionar às novas gerações. Lembrando que ao não ter feito uma política pública pautada na igualdade de oportunidades, o Estado foi e é um dos principais agentes na condição de exclusão da população afrodescendente.

Assim, o índice de resiliência relacionado às crenças de ter otimismo com a vida encontra-se em uma posição de levantar o questionamento: o que move as mulheres afrodescendentes deste estudo a buscarem ter otimismo com a vida? Pois, no Brasil, o racismo acontece assim: o branco ocupa as posições privilegiadas devido à valorização positiva que é dada à sua brancura (BENTO, 2002, p. 28); e ao afrodescendente se reserva “a negatividade

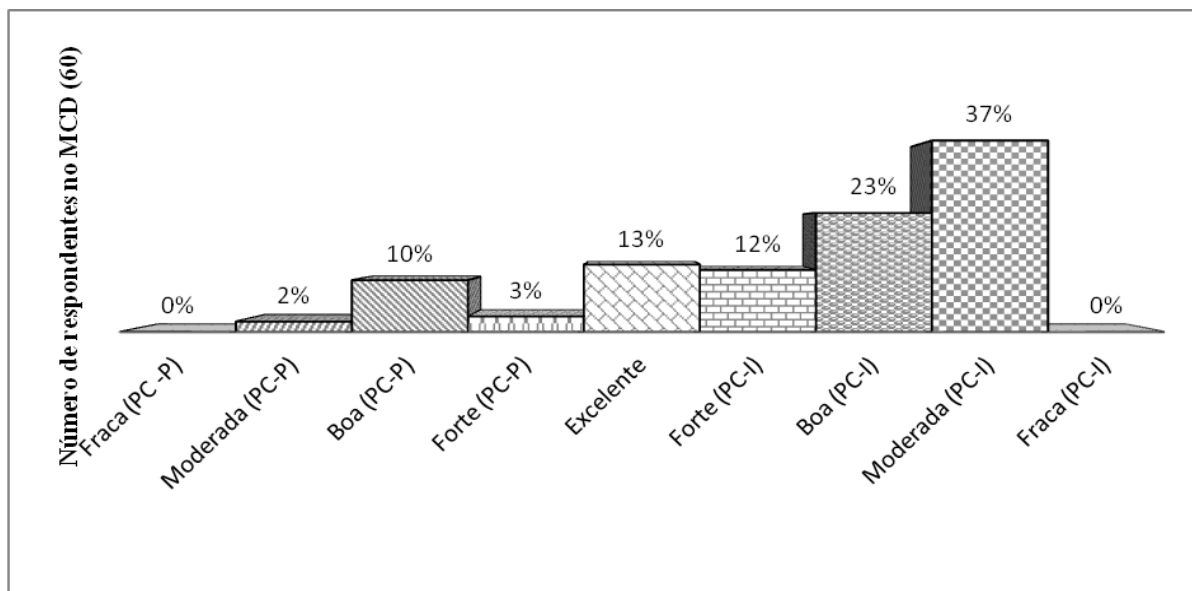
atribuída ao seu pertencimento racial, impondo-lhe características de desacreditado, que lhe rouba a humanidade e torna-o Indesejável.” (GOFFMAN, 1988, p. 14-15).

Portanto, para a mulher afrodescendente ser otimista, envolve identificar os padrões de pensamento, as crenças ou as formas de pensar condicionadas, que muitas vezes são construídas por imagens distorcidas pela “sociedade”. Esse MCD possibilita questionar e buscar mais evidências das avaliações distorcidas experienciadas pelo grupo de mulheres, fazendo com que o diagnóstico sobre o que as levaram a não apresentar níveis razoáveis de resiliência, possibilitaria novas discussões sobre o otimismo na vida de mulheres afrodescendentes. O Otimismo é uma característica que pode ser desenvolvida durante toda vida, pois nada mais é do que uma forma positiva de pensar.

5.9 Descrição do Modelo de Crença Determinante (MCD) - Sentido de Vida

Sentido de Vida é ter a capacidade de entender e de manter um sentido maior para a existência, trazendo valor para a vida, na opinião de Barbosa (2006).

Gráfico 25 – Sentido de Vida



Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

No Gráfico 25 que representa o modelo estudado, é importante destacar os níveis Boa PC-P, Excelente, Forte PC-I, Boa PC-I e Moderada PC-I, que apresentam respectivamente os seguintes percentuais 10%, 13%, 12%, 23% e 37%. Nesse MCD, destacam-se as mulheres que se apresentaram em três grupos: Excelente, Boa PC-I e Moderada PC-I.

Um total de 13% das mulheres afrodescendentes participantes da pesquisa apresenta uma intensidade Equilibrada em suas crenças e se colocam em uma Situação de Excelente resiliência. A situação de excelência indica uma organização nas crenças, evidenciando uma capacidade de organizar valores que vão contribuir para a formação de um sentido de vida. Essa capacidade promove a visualização de novos ideais e horizontes devido às convicções da pessoa, o que possibilita excelentes escolhas em relação ao futuro.

As mulheres inclusas nessa intensidade, no MCD, podem possuir uma maior criatividade, vontade para superar as adversidades, imaginação, que contribuem para construir estratégias de sobrevivência, bem como possuem esperança, e maior consciência do valor da vida. O grupo apresenta boa flexibilidade nos valores e nas opiniões, que facilitam seus relacionamentos e suas tomadas de decisões.

As mulheres presentes nesse índice valorizam a razão de viver. O instrumento também possibilita inferir que o grupo possui uma maior facilidade para o engajamento em suas atividades. Por se manterem flexíveis, as mulheres nesse grupo estão em estado de plena resiliência.

Outras 23% das participantes da pesquisa se caracterizam por uma considerável intolerância em suas crenças face ao estresse elevado e apresentam uma condição do tipo Boa no PC – I. Em uma posição mediana em relação ao padrão comportamental de intolerância nesse MCD, as mulheres do grupo são identificadas por possuir um comportamento que expressam fortes opiniões e valores acerca do sentido da vida. Essas opiniões e valores facilitam a visualização de novos ideais devido ao foco das convicções, o que possibilita escolhas em relação ao amanhã.

Por se apresentarem em um índice de intolerância, o grupo possui dificuldades relativas ao processo de mudança, por ter uma tendência a manifestar apego às suas ideias. Outro elemento presente nesse modelo é o cultivo da fé, o que pode ser atribuído à valorização da razão de viver. Essas condições favorecem a resiliência, levando a pessoa a apresentar maior flexibilidade no modo de agir.

O maior percentual apresentado no Gráfico 25 se refere a uma intensidade Moderada em suas crenças, 37% das participantes se colocam em uma Situação de mediana Segurança no PC-I na valorização do sentido da vida, em especial nos embates e nas acirradas competições.

As respostas nesse MCD indicam uma organização das crenças mapeadas, característica do Padrão Comportamental de Intolerância, que evidencia um comportamento de um grupo de pessoas que possuem muito apego às suas opiniões. Com isso, criam barreiras

que impossibilitam o grupo de enxergar mudanças, novos ideais, devido ao excessivo apego às convicções, o que enfraquece as possibilidades de escolha em relação ao amanhã.

As mulheres presentes na Intensidade Moderada, neste MCD, apresentam a tendência de se impor aos outros, por meio de suas crenças. Para elas, a fé tem um valor fundamental no seu sentido de vida, porém, em alguns momentos, tal valor positivo pode ser manifestado de forma disfuncional, ou seja, participa apenas daqueles projetos que vão de encontro ao que defendem por meio de suas crenças, e por isso, as tornam inflexíveis. Essa dificuldade de negociações em situações que requerem uma maior flexibilidade poderá causar prejuízos à sua resiliência nesse MCD.

As mulheres afrodescendentes que participaram desta pesquisa apresentaram-se em maior número na condição de boa e moderada no padrão comportamental de intolerância (PC-I), o que representa que há um movimento de buscar encontrar sentido de vida nas relações em que estabelece com o mundo. Contudo, sentido de vida faz parte dos questionamentos existenciais e é uma busca constante de todos os seres humanos.

A Psicologia tem uma longa trajetória de dedicação à compreensão do conceito para melhor explicitá-lo e, assim, promover uma melhor compreensão, de como as mulheres afrodescendentes desenvolvem essa competência para ajudar na superação de todas as mazelas que poderão ter encontrado no caminho.

Viktor Frankl (1905-1997) foi um dos primeiros a escrever e questionar sistematicamente sobre o sentido da vida, como foi apresentado na revisão da literatura neste trabalho. Esse autor orienta que ninguém pode atribuir sentido de vida ao outro, mas sim ajudá-lo a encontrar o seu próprio sentido. Sua teoria vai ao encontro deste estudo sobre mulheres afrodescendentes e resiliência, pois, de alguma forma, os fatores desenvolvidos por Frankl, para se construir um sentido de vida, possuem os elementos que constituem a resiliência neste estudo. Dessa forma, o diálogo com essa teoria facilita na identificação e no entendimento dos motivos de as mulheres pesquisadas, nesse modelo, sentido de vida, apresentarem um nível baixo de excelência/equilíbrio nesse conjunto de crenças.

Então, para Frankl, são quatro os fatores que podem levar a pessoa a encontrar um sentido para a vida. O primeiro deles, a **valorização do que é importante para a pessoa**, ou seja, aquilo que teve significado durante a vida, desde os pequenos até os grandes eventos. Na vida de mulheres afrodescendentes essa construção é realizada à medida que vai reconhecendo seu “valor”, suas potencialidades, que muitas vezes são distorcidas pela sociedade, produzindo dificuldade de atribuir sentido às suas práticas sociais e ao seu futuro.

Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo. (HALL, 2003. p. 9).

Pesquisas como as de Oliveira, R. (1992), Oliveira, E. (1994), Godoy (1996) e Cavalleiro (2001), buscam discutir a importância de se atribuir valor à cultura dos afrodescendentes, e as leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, também colaboram para que essas histórias e histórias agreguem valor na vida dessas mulheres e de todos afrodescendentes, produzindo assim sentido de vida ou pelo menos agregando valor às suas lutas e suas conquistas. Quando a mulher afrodescendente tiver espaço de compartilhar suas histórias, suas experiências de vida influenciarão na forma de lidar com as situações adversas da vida.

No segundo fator, Frankl (1999) afirma que as escolhas feitas ao longo da vida, inclusive diante de situações adversas, podem ser transformadas em grandes oportunidades de **crescimento pessoal**. Ou seja, quanto mais houver entendimento da resiliência desenvolvida pelo grupo de mulheres, mais haverá conhecimento do modo como esse grupo faz para suplantar a dor, ou extrair ensinamentos das situações difíceis que vivencia.

O terceiro fator está associado à **responsabilidade** – uma vida com sentido e pautada no senso de responsabilidade que se deve ter frente às suas escolhas e suas decisões. Para isso, urge a necessidade de confrontar as crenças desenvolvidas pelas mulheres afrodescendentes para elaborar, no presente, a atualização da sua imagem, livre dos estereótipos, promovendo a sua valorização como uma mulher capaz de compor sua própria história.

Frankl (1999), em o Significado Imediato, busca dar sentido às coisas que acontecem na vida diária, tanto as experiências positivas, quanto as negativas, é o quarto fator que influencia o sentido de vida. As mulheres afrodescendentes precisam perceber a forma como encaram o percurso de conquistar suas metas de vida, valorizando as conquistas e resignificando as metas que não foram atingidas.

O grupo pesquisado revela uma grande possibilidade de continuidade na atribuição de importância de algumas fontes de significado para seu sucesso educacional. Revela a similaridade entre os MCDs, autoconfiança, leitura corporal, otimismo para com a vida, o que permite concluir que componentes do sentido de vida precisam ser reconhecidos pelas mulheres afrodescendentes e pelos outros grupos, por fazerem parte de um desenvolvimento positivo.

A Tabela a seguir refere-se a uma síntese dos resultados apresentados pelas participantes da pesquisa.

Quadro 2 – Síntese dos resultados dos modelos de resiliência, seus níveis e intensidade.

ANÁLISE DO CONTEXTO									
Refere-se à habilidade de identificar no ambiente possível razão dos problemas e das adversidades.	PC - P FRACA	PC - P MODERADA	PC - P BOA	PC - P FORTE	EXCELENCIA	PC - I FORTE	PC - I BOA	PC - I MODERADA	PC - I FRACA
INTENSIDADE	0%	0%	15%	18%	47%	15%	3%	2%	0%
AUTOCONFIANÇA									
Habilidade de acreditar nos recursos e potenciais internos que possui para realizar ações de forma eficaz.	PC - P FRACA	PC - P MODERADA	PC - P BOA	PC - P FORTE	EXCELENCIA	PC - I FORTE	PC - I BOA	PC - I MODERADA	PC - I FRACA
INTENSIDADE	2%	2%	10%	5%	29%	22%	13%	17%	0%
AUTOCONTROLE									
Capacidade de se manter calmo e equilibrado frente à situação de pressão ou de imprevisto.	PC - P FRACA	PC - P MODERADA	PC - P BOA	PC - P FORTE	EXCELENCIA	PC - I FORTE	PC - I BOA	PC - I MODERADA	PC - I FRACA
INTENSIDADE	3%	2%	15%	3%	30%	13%	13%	21%	0%
CONQUISTAR E MANTER PESSOAS									
Habilidade de construir e manter relacionamento, formando redes de proteção e apoio.	PC - P FRACA	PC - P MODERADA	PC - P BOA	PC - P FORTE	EXCELENCIA	PC - I FORTE	PC - I BOA	PC - I MODERADA	PC - I FRACA
INTENSIDADE	1%	3%	16%	5%	32%	21%	10%	12%	0%
EMPATIA									
Capacidade de se colocar no lugar do outro, compreendendo as outras pessoas, em seu estado emocional para agir conforme esse entendimento.	PC - P FRACA	PC - P MODERADA	PC - P BOA	PC - P FORTE	EXCELENCIA	PC - I FORTE	PC - I BOA	PC - I MODERADA	PC - I FRACA
INTENSIDADE	2%	2%	20%	9%	32%	23%	12%	0%	0%
LEITURA CORPORAL									
Capacidade de perceber as mudanças que acontece em seu corpo quando enfrenta as situações adversas, controlando os “sintomas e efeitos do estresse” nos sistemas nervoso e muscular.	PC - P FRACA	PC - P MODERADA	PC - P BOA	PC - P FORTE	EXCELENCIA	PC - I FORTE	PC - I BOA	PC - I MODERADA	PC - I FRACA
INTENSIDADE	3%	8%	39%	5%	18%	10%	10%	7%	0%
OTIMISMO PARA COM A VIDA									
Capacidade de manter esperança com convicção de que as adversidades irão mudar, pela crença de que é possível gerenciar a situação no presente.	PC - P FRACA	PC - P MODERADA	PC - P BOA	PC - P FORTE	EXCELENCIA	PC - I FORTE	PC - I BOA	PC - I MODERADA	PC - I FRACA
INTENSIDADE	0%	2%	18%	2%	25%	13%	13%	27%	0%
SENTIDO DE VIDA									
Entender e manter um sentido maior para a existência, trazendo valor e propósito para a vida.	PC - P FRACA	PC - P MODERADA	PC - P BOA	PC - P FORTE	EXCELENCIA	PC - I FORTE	PC - I BOA	PC - I MODERADA	PC - I FRACA
INTENSIDADE	0%	2%	10%	3%	13%	12%	23%	37%	0%

Fonte: Elaborado pela Autora. Teresina, 2012.

5.10 Reflexões sobre a resiliência e a formação acadêmica das participantes

No primeiro momento, foi apresentada uma análise descrevendo os dados, contextualizando com o grupo pesquisado e uma breve discussão sobre a resiliência em mulheres afrodescendentes e os dados coletados.

Intencionalmente, as 60 mulheres que participaram desta pesquisa possuem ensino superior, pois o objetivo da pesquisa foi de caracterizar um grupo de mulheres afrodescendentes com ensino superior em termos de modelos de resiliência. Identificar relações entre esses modelos e o seu sucesso educacional não foi objetivo explícito deste estudo.

Parafraseando Paulo Freire (1996), a alegria de fazer uma pesquisa não deve ser chegar apenas ao encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. Esta seção se alicerça nesse pensamento. Os dados encontrados, por meio do instrumento utilizado, não permitem fazer correlações entre a resiliência em mulheres afrodescendentes e a sua formação superior.

Contudo, a partir das leituras realizadas na construção deste trabalho, há algumas considerações sobre as possibilidades dos comportamentos mapeados terem colaborado para a formação a nível superior das participantes. Os dados disponíveis com base neste estudo permitem estabelecer inferências entre as características de resiliência das mulheres estudadas e o seu nível de escolaridade, ensino superior completo.

Os processos internos que organizam as crenças e possibilitam um comportamento resiliente, sofrem intervenção direta dos fatores externos. Tais fatores podem desencadear o surgimento de “barreiras internas”: pessimismo, falta de empatia, falta de sentido de vida, dentre outros. Muitas vezes estas barreiras são construídas dentro dos processos educativos, que não permitem uma reflexão sobre a ação e muito menos uma reflexão com introspecção, que possibilitaria a identificação de algumas causas internas que fazem muitas mulheres afrodescendentes abandonarem a escola.

Paulo Freire (1994) colabora com essa reflexão ao criticar a educação bancária, em que o professor deposita os conhecimentos nos alunos, narrando os conhecimentos e conduzindo os alunos à memorização mecânica dos conteúdos. Em suas palavras:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância,

segundo a qual esta se encontra sempre no outro. O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca. (FREIRE, 1994, p. 33).

Desse modo, a “educação problematizadora” ou “educação para a liberdade”, conforme propõe o autor, ocorre em uma relação horizontal, na qual educador(a) e educando(a) estabelecem constante diálogo, para que o último tenha consciência de que não apenas está no mundo, e sim, com o mundo, buscando transformar a realidade. Como a Psicologia se encontra distante da prática do sistema educacional, essa transformação que Freire apresenta não é trabalhada com a intenção de produção de autoconhecimento, que a partir desta pesquisa, mostra-se ser fundamental para o sucesso educacional.

Boakari (2007) acrescenta ao dizer que a liberdade é tolhida para os diferentes. Sugere que é preciso que a percebamos em nós e nos outros para termos ações mais efetivas de reconhecimento por meio de uma **pedagogia do diferente** (BOAKARI, 2007).

Para Patto (1997), “A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”. A partir desse pensamento, é possível compreender que a educação poderia contextualizar a situação das mulheres afrodescendentes, assim haveria uma maior possibilidade de identificar as barreiras que impendem seu crescimento, sejam elas internas ou externas. Antunes (2003, p, 17) colabora com tal pensamento ao defender “uma escola resiliente”. Para o autor:

Não é apenas possível como é imperioso que se faça. Não, é evidente, uma escola concebida enquanto prédio à parte, coexistindo assim no sistema público as escolas dos remediados e a escola dos miseráveis. Mas uma escola pública que assumisse, pela sua localização geográfica e pelas características de sua clientela, a necessidade de transformar-se e de reinventar meios para assumir sua real condição, acolhendo a resiliência não como organismo tolerante á exclusão, mas como centro de estudo e desenvolvimento de excelência. Uma escola capaz de criar um ambiente educacional rico e estimulante e que apreendesse a fazer da resiliência uma das características essenciais de seu modelo de organização.

Este modelo escolar poderia fortalecer os modelos de resiliência. Benard (1996 apud MELILLO; OJEDA, 2005) aponta, em suas pesquisas, que as escolas que estabelecem altas expectativas para todos os seus alunos e as que lhes oferecem apoio para alcançá-las – sendo esse apoio entendido como um fator de resiliência –, são as que têm altos índices de sucesso

na tarefa pedagógica. Práticas educativas baseadas em altas expectativas poderiam colaborar para o sucesso educacional de mulheres afrodescendentes.

Poletti e Dobbs (2007) defendem que a educação escolar pode ajudar a desenvolver comportamentos mais resilientes. De acordo com os autores, existem cinco características relacionadas às competências e às habilidades, que podem ser desenvolvidas pela educação, que são elas: (1) **comunicação**, que representa a possibilidade de criar vínculos saudáveis através de uma comunicação assertiva, que produza habilidade social. Essa competência, quando desenvolvida no espaço escolar, possibilita alcançar pessoas que ajudem a superar os momentos difíceis; (2) **capacidade de assumir a responsabilidade por sua própria vida**, quando se constrói essa competência, possibilita-se o desenvolvimento de autoconfiança, de otimismo; (3) **consciência limpa**, o que significa não ceder à culpabilização, aceitar responsabilidades, reconhecer erros e superá-los, ou seja, a escola pode ser espaço de superação e não mais só de acúmulo de conhecimento; (4) **ter convicções sobre alguns valores essenciais** (sentido de vida e outros) que permitem avançar e suportar adversidades; (5) **ter compaixão**, o que permite estar envolvido pelo outro e colocar-se em seu lugar (empatia) para compreendê-lo tão importante quanto a si mesmo. Esses são alguns exemplos de como a escola pode contribuir para o fortalecimento dos processos de resiliência.

A partir dessas reflexões, é dada a relação entre a resiliência presente nas participantes da pesquisa e as características resilientes que podem ser desenvolvidas pela educação.

No interior dessa discussão, Teixeira (2003, p. 98) acrescenta uma característica importante para o sucesso educacional, quando diz que “somente aqueles que conseguem estabelecer redes de solidariedade chegam ao ensino superior público, aos outros resta a inércia social”.

Gomes (2003, p. 170) colabora ao dizer que a educação pode facilitar esse processo de solidariedade, pois “a escola é uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade”. Ou seja, os recursos internos são fundamentais na trajetória educacional, pois ajudam no processo de superação das adversidades presentes na formação educacional.

Esse estudo possibilitou a identificação de como os oito modelos que constituem a resiliência se apresentam em um grupo de mulheres afrodescendentes. Por meio da análise dos resultados e da contextualização dos dados com a realidade das mulheres afrodescendentes. Existem inúmeras possibilidades de que outras estruturas internas (cognitivas, afetivas, emocionais) tenham contribuído com esse processo.

A resiliência em mulheres afrodescendentes é, para a educação, um campo fértil, pois o desenvolvimento dessas competências e habilidades pode favorecer o sucesso educacional de muitos afrodescendentes, homens e mulheres, que foram paralisados pelas adversidades, muitas vezes associadas a questões específicas da sua raça, seu gênero e sua classe social.

A resiliência é uma excelente defesa psicológica contra as agressões impostas pela sociedade contemporânea racista, SANTOS (2003 apud MELILLO, 2005), e pode ser defesa para esses grupos, sem confundi-la com insensibilidade ou conformismo ou, ainda, com resignação.

Isso implica dizer que resiliência na vida de mulheres afrodescendentes deve ser percebida como um processo para crescimento, de positividade, ou melhor, de fortalecimento para situações estressoras que acontecerão, bem como facilitam a superação dos entraves presentes durante a sua formação superior e educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das diversas leituras realizadas, constata-se que, para as ciências humanas, o conceito de resiliência faz referência à capacidade de o ser humano responder de forma positiva às situações adversas que enfrenta. Trata-se, portanto, de um fenômeno complexo, atrelado à interdependência entre os múltiplos contextos com os quais o sujeito interage de forma direta ou indireta, e sobre o qual incidem diferentes visões.

Um dos grandes desafios desta pesquisa foi identificar quais características resilientes um grupo de mulheres afrodescendentes desenvolve frente às situações de adversidade. Propiciou também o alcance dos objetivos específicos: conhecer o perfil sociodemográfico de um grupo de mulheres afrodescendentes; os níveis de organização de suas crenças cognitivas, representadas neste trabalho pelos modelos de resiliência.

Muitas dessas características aqui identificadas e discutidas podem contribuir para que as crianças, os adolescentes, os jovens, os homens e as mulheres que lutam diuturnamente para romper as barreiras, as amarras, internas e externas que dificultam a sua formação educacional, não paralisem e consigam utilizar essas forças produzidas pela resiliência para o seu crescimento.

Isso significa que os achados desta pesquisa apontam para novos caminhos que podem ser desbravados para servirem como elementos que favoreçam o fortalecimento de mulheres afrodescendentes rumo ao seu sucesso educacional. Neste estudo, foram identificados os oito modelos de resiliência mais presentes em um grupo de mulheres afrodescendentes com seus níveis de intensidade diante dos infortúnios.

A compreensão desses modelos permite o reconhecimento de quais crenças impulsionam essas mulheres a sobreviver e a transcender os desafios impostos pela sociedade contemporânea. Não obstante, ele não se esgota. Paradoxalmente, resultam outras possibilidades de pesquisa e estudos sobre o tema, como por exemplo:

- Estudar os fatores constitutivos da resiliência em crianças afrodescendentes;
- Analisar se os fatores constitutivos da resiliência podem ser identificados e desenvolvidos no contexto educacional por meio de programas e do próprio currículo;
- Comparar os fatores constitutivos da resiliência deste grupo com outros grupos que não são alvo de discriminação, de preconceito e de racismo, ligados a situações históricas;

- Analisar se os fatores constitutivos da resiliência podem ser utilizados para o desenvolvimento de comportamentos positivos frente às sequelas deixadas pelas situações de racismo vivenciadas;
- Estudar possibilidades de programas de intervenção, de intervenção de treino e de facilitação da auto-organização pessoal que favoreçam o desenvolvimento da resiliência em situações adversas;
- Estudar como a escola e a família podem ser promotoras de resiliência nos mais diversos níveis educacionais.

Para tanto, há a necessidade de realizar pesquisas que contribuam para a sistematização dos fatores internos e externos que favorecem a resiliência. Nesta pesquisa, surgiu a ideia de denominar essa força de **Afrorresiliência**. O neologismo afrorresiliente surgiu de forma espontânea, por meio das discussões sobre o que seria uma mulher afrodescendente e resiliente. Sua conceituação partiu das possíveis relações entre fatores de resiliência e essa população.

Tal correspondência, baseada na literatura e nos resultados da pesquisa, ocorreu a partir do entendimento de que o grupo de mulheres pesquisado possuía uma postura resiliente diante das afirmativas que foram colocadas pelo questionário, no qual demonstraram que, na maioria dos modelos, os índices de resiliência eram favoráveis a uma postura resiliente diante de situação adversa ou estressora. Por meio desses resultados, a compreensão de que o grupo pesquisado é composto por mulheres **AFRORRESILIENTES**, ou seja, que possuem a capacidade de enfrentar as adversidades usando seus recursos internos e externos, alguns dos quais foram discutidos nesta pesquisa. Essa característica lhes é atribuída por meio das suas histórias e de suas próprias perspectivas, o que significa a necessidade de buscar sempre ser agente e ser sujeito da sua própria experiência.

Os resultados também favorecem para uma reflexão sobre as potencialidades que possuem as mulheres afrodescendentes e como usam de estratégias positivas e eficazes para lidar com os dissabores. Para isso, eis algumas intervenções que podem colaborar para que mulheres afrodescendentes possuam comportamentos afrorresilientes. Seriam elas:

DESENVOLVER otimismo com a vida: diante das situações e dos eventos hostis, a condição de ser afrodescendentes pode lhes desfavorecer. A forma como pensar os eventos determinam os sentimentos e as reações. **Analisar o contexto** colabora nesse comportamento afrorresiliente;

DESCONSTRUIR pensamentos e imagens distorcidas sobre ser mulher e ser afrodescendente, pois, segundo a Psiconeuroendocrinoimunologia, a superação de uma adversidade passa pela afirmação da imagem positiva da mulher afrodescendente;

PROMOVER diálogos internos positivos favorece comportamentos aforresilientes. Infelizmente não há como controlar as situações que surgem por posturas discriminatórias, preconceituosas e racistas. Mas há como regular a forma como reagir e pensar sobre elas. Esses diálogos internos colaboram para o **autocontrole**, para a **autoconfiança**, fortalecendo os recursos internos e os desenvolvimentos de habilidades que favorecerão o desempenho positivo de suas ações cotidianas;

PERMITIR-SE vivenciar o aqui e agora, presentear-se atribuindo prazer às atividades diárias. Hormônios como a ocitocina, a dopamina e até os hormônios sexuais aumentam sua produção com essa prática diária (VASCONCELLOS, 2011). Associando ao estudo realizado, para que se propicie um comportamento aforresiliente, o ideal é desenvolver a capacidade de perceber as mudanças que acontecem no próprio corpo, ou seja, a realização de uma **leitura corporal**;

MELHORAR as habilidades que favoreçam os comportamentos assertivos, ou seja, saber expressar suas opiniões, ideias e sentimentos com segurança e bom senso. Isso favorece a promoção de habilidades sociais que ajudam na resolução de problemas. A capacidade de **alcançar e manter pessoas**, bem como a participação em discussões sobre as questões dos afrodescendentes desenvolve comportamentos **empáticos**, ajudando no desenvolvimento de uma postura aforresiliente;

E, por fim, **COMPREENDER** que estar resiliente é conquistar a capacidade de ressignificar o **sentido da vida** sempre que necessário. Com atitudes coerentes e flexíveis, fortalecendo a sua rede de apoio e de proteção, mantendo a sensibilidade diante das mudanças, preservando um comportamento assertivo e autoconsciente, utilizando sempre suas forças internas, transformando a adversidade em crescimento, amadurecimento e fortaleza. Posturas como essas colaboram para um comportamento aforresiliente.

Os resultados deste trabalho muito antes de elucidar os caminhos que levam à resiliência em mulheres afrodescendentes, possibilitaram a compreensão de alguns de seus aspectos. É fundamental, no entanto, a continuidade deste estudo e, sobretudo, que a Psicologia direcione seus esforços científicos para os aspectos funcionais do indivíduo e para as suas potencialidades, e não apenas para os problemas humanos.

E necessária a ratificação da proposta de que os modelos de resiliência identificados, compreendidos e mensurados não são traços de personalidade ou características genéticas,

pois não existe essa classificação de que uma pessoa seja resiliente e outra não. Pessoas se comportam de forma resiliente diante de circunstâncias específicas, ou seja, frente a alguns obstáculos e a outros, não.

Assim, é indispensável avançar nos estudos sobre a resiliência e a afrodescendência e, sobretudo, não omitir que a Psicologia não deve se eximir em contribuir com estudos que favoreçam o seu desenvolvimento. Não há como ignorar a existência dos desafios teóricos, epistemológicos, metodológicos e técnicos, pois conquistar os degraus da educação, especialmente para os afrodescendentes, não é um processo natural. Exige superar os desafios que surgem do desejo; exige movimento para a realização desses.

No início desta pesquisa procurava entender: que força é essa que me move ao crescimento, que me fez sentir-me diferente⁵? O que me fazia entrar em uma delegacia e pegar um atestado de pobreza para me inscrever em um preparatório de vestibular? O que me fazia subir em uma D10, às 04h30 da manhã para fazer um curso sequencial, acreditando que ele me levaria ao curso superior? O que me fez acreditar que a faculdade era só o começo? Que depois de vencer com dignidade o maior desafio da minha vida, a conquista do ensino superior, os outros desafios educacionais (mestrado, doutorado) seriam questão de tempo? O que me fez acreditar que entrando em um mestrado, no mesmo ano em que adotei duas crianças, começando minha carreira como docente, daria certo? Hoje, percebo que há uma explicação. O que me moveu em cada momento, não me deixando paralisar, chama-se R-E-S-I-L-I-Ê-N-C-I-A.

Agora, com a conclusão deste trabalho, posso explicar que **analisar os contextos** em que estava inserida (como ser presidente de um centro acadêmico, organizar eventos científicos) foi fundamental para construir situações que favoreciam a minha autoestima, minha **autoconfiança**. Ter **autocontrole** em situações que me faziam menor, diferente, fora do grupo, também foi fundamental para adentrar nele. **Alcançar e manter pessoas** foi e é fundamental na minha trajetória profissional, acadêmica e pessoal. Fazer **leitura corporal**, entendendo que quando se discorda de uma situação, o rosto desfigura, impedindo de colocar de forma assertiva as opiniões, favorecendo em muitas situações de conflito, em que a postura pode decidir uma conciliação.

Dentre essas coisas, entendi que o **otimismo** e a **empatia** eram o que mais me movia para o desenvolvimento, quando mais ações eu fazia para o crescimento do outro, mais eu me

⁵ Assim como na Introdução deste trabalho, neste capítulo conclusivo também traz trechos na primeira pessoa do singular para demonstrar a experiência na qual estou implicada.

fortalecia diante das adversidades. Tendo como mantra a frase de Cora Coralina “Nada na vida vale a pena se não tocarmos no coração das pessoas”, acredito que isso produziu o meu **sentido de vida**: tocar o coração do meu companheiro, dos meus filhos e do mundo ao meu redor, produz o meu verdadeiro sentido de vida.

Assim, tendo abordado a relevância da resiliência em mulheres afrodescendentes, será relevante a expansão do estudo desse fenômeno, a resiliência, especialmente para o contexto específico das disciplinas escolares e acadêmicas. Incorporada ao currículo de forma apropriada, essa habilidade poderá contribuir para a formação dos afrodescendentes, em particular, das mulheres afrodescendentes, que se apresentam em desvantagem de gênero e de raça, as quais resultarão em muitas adversidades que, certamente, precisarão enfrentar em sua vida dentro e fora dos contextos educacionais.

Percebo, com este trabalho, um afastamento das condutas de queixas, de reclamações e de conformismo. Aqui foram discutidos os aspectos positivos das mulheres afrodescendentes. Vejo nisso uma valiosa contribuição da Psicologia para a superação do racismo presente pelos processos de exploração e de dominação instalados na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Relações Raciais na Escola:** reprodução e desigualdades em nome da igualdade. Brasília: Unesco, Inep, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.
- ADAD, SHARA JANE HOLANDA COSTA. Habitar a pesquisa e/ou o que da pesquisa habita em nós: escuta sensível do corpo do pesquisador da Educação. In: MENDES, Bárbara Maria Macêdo; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira; MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. **Pesquisa em Educação:** Múltiplos Referenciais e suas práticas. V. II. Teresina. EDUFPI, 2012.
- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única.** Disponível em <<http://napontadosdedos.wordpress.com/2011/04/28/o-perigo-de-uma-historia-unica/>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- ALMEIDA, Joanna d'Arc de Paula. **Conflitos étnicos que impactam a auto-estima dos alunos(as) negros.** Trabalho de Conclusão de Curso. Psicologia. Campo Grande: UCDB, 2007.
- ANTUNES, Celso. **Resiliência:** a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, G. S. **Resiliência em professores do ensino fundamental de 5ª a 8ª série:** Validação e aplicação do “Questionário do índice de resiliência: adultos Reivich - Shatté / Barbosa”. São Paulo: (Doutorado em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=29754> acesso em: 16 de fevereiro de 2012
- _____. **Resiliência? O que é isso.** Desdobramentos no conceito. Site Administradores.com, 2010a. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/resiliencia-o-que-e-issodesdobramentos-no-conceito/49923>> acesso em: 24 de maio de 2012.
- _____. **Roteiro dos índices de resiliência:** um exemplo de análise comentada do Quest_resiliência. São Paulo: Sobrare, 2010b. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/roteiro-indices-resiliencia-analise/roteiroindices-resiliencia-analise.shtml>> acesso em: 01 de maio de 2011.
- _____. **Resiliência e a Lógica dos Estilos Comportamentais.** Site Administradores.com, 2010c. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/resiliencia-e-a-logica-dosestilos-comportamentais/49925/>> acesso em: 10 de dezembro de 2011.

REFERÊNCIAS

BARLACH, Lisete. **O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19062006-101545/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. **Terapia comunitária passo a passo**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008.

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BARRETO, A. **Terapia Comunitária Passo a Passo**. Fortaleza: Gráfica LCR. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECK, Aaron Temkin.; KUYKEN, Willem. Terapia cognitiva: abordagem revolucionária. In: ABREU C. N.; ROSO, M. (Org.) **Psicoterapias cognitiva e construtivista: novas fronteiras da prática clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BECK, Judith S. **O poder integrador da terapia cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____. et al. **Terapia cognitiva: teoria e prática**. Tradução S. Costa. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BELTRÃO, K.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de pesquisa**, FCC, São Paulo, V. 39, n. 136, jan/abr 2009, pp 125-156. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_111.pdf>. Acesso em 20 ago. 2012.

BENTO, Maria Aparecida da Silva (org). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Corone, Iray, Bento, Maria aparecida da Silva, **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.189p.

BERNARDO, Teresinha. **Negras, Mulheres, Mães: lembranças de Olga do Alaketu**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

BLOCK J.; KREMEN, A. M. *IQ and ego-resiliency: Conceptual and empirical connections and separateness*. **Journal of Personality and Social Psychology**, n.70, p. 349–361, 1996.

REFERÊNCIAS

BOAKARI, Francis Musa. Mulheres afrodescendentes de sucesso: confrontando as discriminações brasileiras. **Fazendo Gênero**, n. 9: diásporas, diversidades, deslocamentos. Santa Catarina: 2010.

_____. As crianças negras e a socialização que produz o fracasso escolar. **Anped**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Gt. Sociologia da Educação. Porto Alegre, 1994.

_____. Pedagogia do diferente: o poder transformador da educação – social e escolar. **Resenhas educativas**: uma revista de resenhas de livros, Fevereiro 26, 2007. Disponível em: <<http://edrev.asu.edu/reviews/revp52index.html>>. Acesso em: 07 out. 2012.

_____. Uma pedagogia interétnica para a educação brasileira: para não dizer que não tive sonhos realizáveis. In: **Linguagem, educação e sociedade**: revista do mestrado em Educação/Universidade Federal do Piauí, n.4 (1999) p. 98-120.

_____. Necessidade do milênio: uma escola contra as exclusões. **Linguagens, educação e sociedade**. Teresina, PI: EDUFPI, No. 09, p. 19-33, 2003.

_____.; SILVA, E.D. Sucesso da mulher afrodescendente. **O Dia**. Teresina - PI, p. 6, 08 mar. 2011.

_____. Ifarádá – Construindo uma Identidade Libertadora. In: LIMA, Solimar Oliveira (org.). **Sertão Negro**: escravidão e africanidades no Piauí. Rio de Janeiro: Booklink; Teresina: Matizes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. DECLARAÇÃO e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Disponível em: < www.seppir.gov.br >. Acesso em: 22 set. 2012.

BRITO, Benilda Regina Paiva de. Mulher, Negra e Pobre: a tripla discriminação. **Teoria e Debate**, S. L., ano 10, n. 36, out.-dez. 1997. p. 19-23.

BROFFENBRENNER, Urie. **A Ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 8, n. 2, Cfh/Cce/Ufsc, 2000.

REFERÊNCIAS

- CALVETTI, P. Ü.; MULLER, M. C.; NUNES, M. L. T. Psicologia da saúde e psicologia positiva: perspectivas e desafios. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 706-717, dez. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br>>. Acesso em 14 ago. 2012.
- CÂMINO, L.; SILVA, P.; MACHADO, A.; PEREIRA, C. A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, ano 1, vol.1, n. 1, p.13-36, 2001.
- CARNEIRO, S. **Desigualdades raciais**: fontes de conflito e violência social. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.
- _____. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, S.G. (Org.). **Gênero democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.
- CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: _____.; BENTO, Maria Aparecida. (Org.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CARVALHO, L. L. **Mais do que 'levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima'**: um estudo sobre a capacidade superativa e emancipatória de mulheres negras cariocas. Universidade Federal Fluminense, Brasil. 2008.
- CARVALHO, M. P. de. O Fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.22, n.1, p.247-290, jan./jun. 2004
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVALLEIRO, E. **Educação anti-racista**: compromisso indispensável para um mundo melhor. São Paulo: Summus, 2001.
- _____. Identificando o Racismo, o Preconceito e a Discriminação Racial na Escola. In: LIMA, J. C.; ROMÃO, J.; SILVEIRA, S. M. (Org.). **Os Negros e a Escola Brasileira**. Florianópolis: Nen, 1999. p. 49-80.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- COIMBRA, Susana. Estudo diferencial de auto-eficácia e resiliência na antecipação da vida adulta. 2008. 465p. Tese (Doutorado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, 2008.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Africanidades brasileiras e pedagogias interétnicas. **Revista Gibále**, Aracaju, n. 2 , p. 16-19, 1996.

REFERÊNCIAS

_____. Nós, afrodescendentes: História africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 249-273.

_____. A formação de pesquisadores negros. **Consciência**, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/17.shtml>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

CYRULNIK, B. **Os Patinhos Feios**. Tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Psicologia e Pedagogia).

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DARWIN, C. 1859. **A Origem das Espécies**. Rio de Janeiro: Hemus, 1995.

DAVIS, Darien J. **Afro-Brasileiros hoje**. São Paulo: Summus, 2000.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) **Estudos e pesquisa**. A mulher negra no de trabalho metropolitano. Ano 2, 2011.

FALCONE, Eliane. Avaliação de um programa de treinamento da empatia com estudantes universitários. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 23-32, 1999. Disponível em: <http://pepsic.bvpspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55451999000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jul. 2012.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

FANTOVA, F. J. M. **Resiliència i voluntat de sentit em la promoció de la salut psicosocial em els docents: Capacitat de reconstrucció positiva a partir d'un context inicial d'adversitat. Estudi de cas em un institut d'educació secundària**. Tese (Doctorado en Psicologia), Facultat de Psicologia, Ciències de l'Educació i de l'Esport Blanquerna, Barcelona, 2008.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. **Ensino da história e cultura africana em salas de aula**. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2010/013.pdf>. Acesso em: 14 set. 2012.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente, identidade em construção**. 1. ed. São Paulo: Educ; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

_____. **Afro-descendente: identidade em construção**. Rio de Janeiro: Pallas; São Paulo: Educ., 2000.

_____. Dinâmica de construção da identidade do brasileiro afrodescendente. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 9, n. 2. São Paulo: 1999.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor: Estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador**. São Paulo: Annablume/ Sociedade Brasileira de Instrução/ Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

FLACH, F. **Resiliência: a arte de ser flexível**. São Paulo: Saraiva, 1991.

FRANKL, V. E. **Em busca de sentido: Um psicólogo no campo de concentração**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FRY, Peter. **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 350 p.

GAYTON, W. F. **Children With Cystic Fibrosis: I. Psychological Test Findings Of Patients, Siblings, And Parents**. *Pediatrics*, v. 59, n. 6, 1977.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, E. **Representação étnica por crianças pré-escolares: um estudo de caso à luz da teoria piagetiana**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

REFERÊNCIAS

GOMES, Ana Beatriz Souza. **A prática curricular e os alunos negros**: um estudo de caso numa escola pública em Teresina, Piauí. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2000.

_____. **O movimento negro e a educação escolar**: estratégias de luta contra o racismo. Universidade Federal do Piauí, 2010.

_____.; CUNHA JÚNIOR, Henrique. O Movimento negro e a educação escolar: estratégias de luta contra o racismo. In: **Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste**: G.T. 03 - Movimentos Sociais e Educação, 15., 2001, São Luís, **Anais...** São Luís: Ufma, 2001. CD-ROM.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº.10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-62.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Brasil. MEC/SECAD. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº.10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 39-62. (Coleção Educação Para Todos). Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

_____. Cultura negra e educação. **Revista brasileira de educação**, São Paulo, n.23, p. 75-85, 2003.

_____. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 83-96.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas**: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

GONÇALVES, Luís Alberto de Oliveira. Negros e Educação no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GORDON, Lewis R. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

GRAEL, Lars. **A saga de um campeão**. São Paulo: Gente, 2001.

GRAZIANO, L. **A Felicidade Revisitada**: um estudo sobre o bem-estar-subjetivo na visão da Psicologia Positiva. São Paulo: [s.n.], 2005.

GREEN, K.; KROGER, J. Development and Validation of a Measure of Resilience: **Measurement and Evaluation in Counseling and Development**, v. 32, n. 2, p. 75, 1999.

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GROTHBERG, E. H. Introdução: Novas tendências em resiliência. In: MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Néstor. **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas e colaboradores. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (coord.). **História Geral da África**: metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. v. 1, p. 181-218.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 63, p.24-26, nov. 1987.

_____. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Discursos sobre a raça: pequena crônica de 1988. **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 28, p. 187-195, jun.1991.

_____. Raça e mobilidade social. In: HASEMBALG, C.; VALLE SILVA, N. (Org.). **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

INEP. Sinopse estatística da educação básica 2010. Brasília: INEP, 2010. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br>. Acessado em 10/10/2012.

INFANTE, F. A Resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO A.; OJEDA, E. **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2010.

JACCOUD, Luciana (Org.). **A construção de uma política de Promoção da Igualdade Racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

JARDIM, J.; PEREIRA, A. **Competências Pessoais e Sociais**: guia prático para a mudança positiva. Porto: ASA, 2006.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. **Ações afirmativas à brasileira**: necessidade ou mito?: uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. 311 p.

REFERÊNCIAS

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho Científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. ; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

LARKIN NASCIMENTO, Elisa. **O Sortilégio da Cor**: Identidade, Raça e Gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

LEWANDOWSKI, Ricardo. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 186 Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=205876>>. Acesso em: 05 out. 2012.

LIMA, Marcus Eugênio; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. In: TURRA, C.; VENTURI, G. (1995). Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil. **Estudos de Psicologia**, 2004. p. 40 - 411.

LINDSTRÖN, B. O Significado de Resiliência. **Revista Adolescência Latinoamericana**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, abr. 2001. p. 133-137. Disponível em: < http://raladolec.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302001000300006&lng=es&nrm=iso> Acesso em: 25 ago. 2012.

LOPES, Nei. **O racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

LOURENÇO, O. Orientação para o positivo e para o negativo: um caso especial de assimetria no comportamento humano. **Psicologia, Educação e Cultura**, 2000, v.2, p. 227- 241.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUTHAR, S. Resilience in development: A synthesis of research across five decades. In: CICHETTI, D.; COHENS, D. J. (Org.). **Developmental psychopathology**: risk, disorder, end adaptation p. 739- 795. New York, NY: John Wiley and Sons. 2006.

MADSEN, Nina. **A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)**. Soc. estado. Brasília, v. 23, n. 3, Dec. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos (Org.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 460 p.

REFERÊNCIAS

MAGNOLI, Demétrio. Abolição da Abolição. In: FRY, Peter. et al. (Org.). **Divisões perigosas**: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MARIA, Aznar-Farias; OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de. Reflexões sobre pró-socialidade, resiliência e psicologia positiva. **Revista Brasileira de Terapia Cognitiva**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872006000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2012.

MARTINEAU, S. **Rewriting resilience**: a critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to "kids at risk". Tese (Doutorado), The University of British Columbia, 1999.

MARTINS, Lucienia Libania Pinheiro. Análise da atual família contemporânea nos processos sociais e educacionais. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 20., 2011, Manaus. Anais... Manaus: VALER, 201. P. 574.

MARUJO, H. A. **A urgência de uma educação positiva, igualitária e libertadora: um desafio social**. In: **Caminhos**, v. 6, p. 2-9. Ponta Delgada: Instituto de Acção Social, 2008.

MASIERO, André Luis. Psicologia das raças e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v. 22, n. 1, mar. 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1414-98932002000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2012.

MASTEN, A. S. Ordinary magic: resilience processes in development. **American Psychologist**, v. 56, n.3, p. 227-238, 2001.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 1 v.

MELILLO, Aldo; SUÁREZ OJEDA, ELBIO Néstor. et al. (Org.). **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. São Paulo: Artmed, 2005.

_____. RODRÍGUEZ Daniel (Comp.). **Resiliencia y subjetividad**. Los ciclos de la vida. Buenos Aires: Paidós, 2004.

_____.; ESTAMATTI, M.; CUESTAS, A. Alguns fundamentos psicológicos do conceito de resiliência. In: MELILLO, A.; OJEDA, E.N.S et al. **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. São Paulo: Artmed, 2005.

MIKEWIS, Dayanne; ANDERSON, Joni. NEGRO, PRETO OU PARDO? **Raça Brasil**, São Paulo, n. 92, p. 1. Ago. 2009. Disponível em: <<http://racabrasil.uol.com.br/edicoes/92/artigo12147-2.asp>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

REFERÊNCIAS

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MOTTA, Daniele da Cunha; et al. Práticas educativas positivas favorecem o desenvolvimento da empatia em crianças. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 523-532, set./dez. 2006.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

_____. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. [Palestra proferida no 3o Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ, 2006]. Disponível em:

<<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em: 22 julho 2012.

NADAL, Carla Marlise Silva. **A resiliência ao longo da vida de afrodescendentes**. 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, PUC, RS, 2007.

NEILL, J. T.; DIAS, K. L. Adventure education and resilience: the double-edged sword. **Journal of Adventure Education Outdoor Learning**, New Hampshire, v. 1, n. 2, p. 35-42, 2001.

NOVA, Adeildo.; SANTOS, Edjan Alves. **Mulheres Negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira**. São Paulo, 2010 (Comunidade Negra - Igualdade Racial).

NUNES, M. L. T.; CALVETTI, P. Ü.; MULLER, M. C. Psicologia da saúde e psicologia positiva: perspectivas e desafios. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 706-717, dez. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br>>. Acesso em 14 ago. 2012.

OJEDA, E. N. S. Introducción: Resiliencia e subjetividad. In: MELILLO, Aldo; OJEDA, E. N. S; RODRÍGUEZ, D. (Org.), **Resiliencia y subjetividad: Los ciclos de la vida**. Buenos Aires: Paidós, 2004. p. 17-20.

_____. Uma Concepção Latino-Americana: a resiliência comunitária. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. (Eds.). **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005. p. 47-57.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, E. **Relações raciais nas creches do município de São Paulo**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.
- OLIVEIRA, R. **Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- PAIXÃO, Marcelo. et al. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2007-2008)** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.
- PAIXÃO, Marcelo. et al. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010)** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2011.
- PASTORE, José; SILVA, Nelson do Valle. Mobilidade social no Brasil. São Paulo: Makron Books, 2000.
- PATTO, M. (org.). **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- POLETTI, R.; DOBBS, B. **A resiliência: a arte de dar a volta por cima**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RAMOS, Arthur. **As Culturas Negras no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- REIVICH, K; SHATTÉ, A. **The Resilience Factor: 7 essencial skills for ver coming life's inevitable obstacles**. New York-USA: Broadway Books - Random House, 2002.
- RISÉRIO, Antônio. **A Utopia Brasileira e os Movimentos Negros**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos Cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 27, n.1, p. 47-68, 2001.
- WERNER E. E.; SMITH, R. S. **Vulnerable but invincible: alongitudinal study of resilient children and youth**. New York: McGraw-Hill, 1982.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: _____. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Um discurso sobre as ciências**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Hélio. **Políticas Públicas para a população negra no Brasil**: observatório da cidadania. Rio de Janeiro: Ibase, 1999.

SANTOS, R. V.; MAIO, M. C. **Raça, Biologia e Identidades Políticas na Era Genômica**, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

SÃO PAULO (Estado). SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. [Causas de morte no estado de São Paulo]. 2006. Disponível em: <<http://www.afrobras.org.br/pesquisas/seade-mortalidade.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2012. Saraiva, 2006.

SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SELIGMAN, M. E. P. **Felicidade autêntica**: usando a nova psicologia positiva para a realização permanente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

SILVA, E. M. **Povo bom da cancela – Identidade e afrodescendência**: o que a escola tem com isso? 2012. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SILVA, Francilene Brito da. **Arte Afrodescendente a partir de três olhares de educadoras em Teresina-PI**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2011.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Tramas femininas no cotidiano da escravidão**, 2005. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefen/labwjs5/textos/marilenabr.htm>> Acesso em: 01 dez. 2006.

SILVA, E. L. & MENESES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: LED/UFSC, 2001.

SINGER, Paul I. **Globalização e Desemprego**: Diagnóstico e Alternativas. São Paulo, Contexto, 1998.

SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. **Psicologia positiva**: Uma abordagem científica e prática das qualidades humanas. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUSA, Vicelma de Paula Barbosa de. **Rap de “quebrada”**: construção de sentidos e saberes pelos grupos de Rap – “A Irmandade” e “Reação do Gueto” de Teresina – PI. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2012.

TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Moema de P. **Negros na universidade**: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

REFERÊNCIAS

- THEODORO, Mario. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: _____. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**, Brasília, IPEA, 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2012.
- VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser Negro no Brasil Hoje**. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1994.
- VASCONCELLOS, E. G. Psiconeuroimunologia: uma história para o futuro. In: ANGERAMI – CAMON, V. A. (Org.). **Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011, v. 1, p. 127-144.
- VERGARA, Sylvia Constant. . **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.
- WALKER, B. Resilience, Adaptability and Transformability in Social-Ecological Systems. **Ecology And Society**.v. 9, n. 2, p. 5, 2004.
- WERNER E. E.; SMITH, R. S. **Vulnerable but invincible: alongitudinal study of resilient children and youth**. New York: McGraw-Hill, 1982.
- _____. Risk, resilience and recovery: perspectives from the Kauai longitudinal study. **Development and Psychopathology**, n. 5, p. 503-515, 1993.
- YUNES, Maria Ângela Mattar. **A Questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação), Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____. Psicologia Positiva e Resiliência:o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 8, 2003. Edição Especial.
- _____. ; SZYMANSKI, Heloísa. Resiliência: Noção, Conceitos Afins e Considerações Críticas. In: TAVARES, José (Org.). **Resiliência e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNDICES

**APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO-TCLE**

APÊNDICE 1 – TCLE

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEd
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO– TCLE

PROJETO: CONTRIBUIÇÕES DA RESILIÊNCIA NO SUCESSO EDUCACIONAL DE MULHERES AFRODESCENDENTES EM TERESINA – PI.

RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Francis Musa Boakari
ASSISTENTE: Lucienia Libania Pinheiro Martins
INSTITUIÇÃO: UFPI – Teresina – Piauí
Telefones: (86) **(inclusive a cobrar)**: 3236 1510/ 8828 2191

Você está sendo convidada a participar, como voluntária de uma pesquisa científica de cunho quanti-qualitativo. Sua decisão não lhe trará qualquer prejuízo; use o tempo necessário para fazer sua escolha. Por favor, leia com atenção o que segue e, qualquer dúvida, pergunte à responsável pela pesquisa, que lhe esclarecerá com prazer. Após os esclarecimentos, se concordar participar como voluntária, assine em duas vias, a ficha que se encontra ao final deste documento. Uma via ficará com você e a outra será entregue à pesquisadora.

A pesquisa investiga Esta investigação que intitulo: **CONTRIBUIÇÕES DA RESILIÊNCIA NO SUCESSO EDUCACIONAL DE MULHERES AFRODESCENDENTES EM TERESINA – PI.** Tem por escopo caracterizar e compreender quais modelos de resiliências se constitui na mobilidade sócia educacional mulheres afrodescendentes bem-sucedidas, entender de que maneira esse processo ocorreu, identificando a contribuição da resiliência na sua ascensão social e educacional.

As contribuições desta pesquisa se darão numa maior compreensão sobre as características resilientes em um grupo de mulheres afrodescendente desenvolvem para superar as adversidades que a cercam por ser mulher e afrodescendente. Se você concordar em participar desta Pesquisa, seu nome e identidade não serão divulgados; a menos que por força de lei seja requerido ou por sua solicitação, somente a equipe da pesquisa terá acesso às suas informações.

Dr. Francis Musa Boakari
Orientador da Dissertação

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____
_____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este
consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Teresina, ____ de _____ de 2012.

Assinatura

Nº. Identidade

Assinatura do pesquisador responsável

Observações complementares Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga - Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 - Teresina – PI tel.: (86) 3215-5734 - e-mail: cep.ufpi@ufpi.br web: www.ufpi.br/cep.

APÊNDICE 1 – TCLE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEd
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPANTE NA PESQUISA

Eu, _____ RG nº _____, abaixo assinado, CONCORDO EM PARTICIPAR do estudo **CONTRIBUIÇÕES DA RESILIÊNCIA NO SUCESSO EDUCACIONAL DE MULHERES AFRODESCENDENTES EM TERESINA – PI**. Tenho pleno conhecimento das informações que li sobre o estudo; esclareci minhas dúvidas e ficaram claros para mim quais os propósitos, objetivos, procedimentos e garantias de confidencialidade. Ficou claro que minha participação é uma decisão livre, isenta de quaisquer despesas diretas e que posso retirar meu consentimento a qualquer tempo sem qualquer prejuízo ou penalidades.

Teresina, _____ de _____ de 2012.

Assinatura da/o Participante: _____

TESTEMUNHAS:

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceitei da/o participante em colaborar com o estudo.

Nome _____ RG nº _____

Assinatura: _____

Nome: _____ RG nº _____

Assinatura: _____

APÊNDICE 2 – DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES

APÊNDICE 2 – DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.

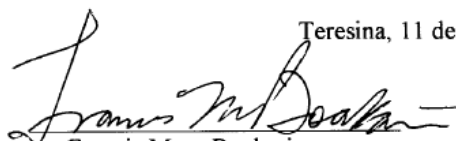
DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP
Universidade Estadual do Piauí.

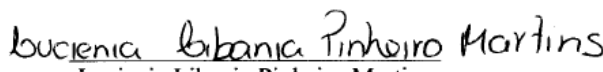
Eu, Francis Musa Boakari Prof. Drº. orientador da Mestranda Lucienia Libania Pinheiro Martins responsáveis pela pesquisa intitulada: Contribuições da resiliência no sucesso educacional de mulheres afrodescendentes em Teresina – Pi. , declaramos que:

- Assumo (imos) o compromisso de cumprir os Termos da Resolução nº 196/96, de 10 de Outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000, 304/2000 e 340/2004).
- Assumo (imos) o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- Os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos voluntários;
- Os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade de Francis Musa Boakari da área de Educação da UFPI; que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa.
- Não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados;
- Os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa;
- O CEP-UFPI será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa;
- O CEP-UFPI será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com o voluntário;
- Esta pesquisa ainda não foi total ou parcialmente realizada.

Teresina, 11 de Abril de 2012



Francis Musa Boakari
CPF nº- 344.096.961-49
Pesquisador



Lucienia Libania Pinheiro Martins
CPF nº- 005.685.313-02
Mestranda

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Contribuições da Resiliência no Sucesso Educacional de Mulheres Afrodescendentes em Teresina – PI.

Pesquisador responsável: Dr. Francis Musa Boakari

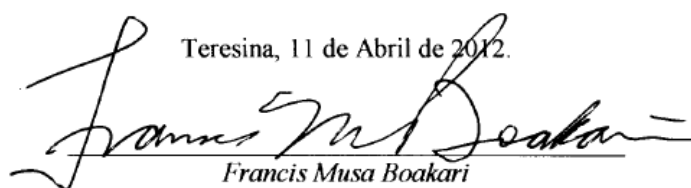
Instituição/departamento: Universidade Federal do Piauí

Telefone para contato: (086) 3215-5820 / 9427 6647

Local da coleta de dados: locais acordados entre entrevistada e pesquisadora na cidade de Teresina-PI;

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através da aplicação de questionários de cunho quantitativo escala Quest_Resiliência e qualitativo entrevista semi-estruturada focalizando as características resilientes nas histórias de vida de mulheres afrodescendente. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas e serão mantidas sob sigilo até a execução da pesquisa por um período de um ano e seis meses sob a responsabilidade do (a) Sr. Francis Musa Boakari . Após este período, os dados serão destruídos.

Teresina, 11 de Abril de 2012.



Francis Musa Boakari
CPF: 344.096.961-49
Pesquisador responsável

ANEXOS

**ANEXO 1 – CONTRATO DE CESSÃO DE CÓDIGOS DE ACESSOS E
SENHAS AO QUEST_RESILIÊNCIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO "Prof. Mariano da Silva Neto"
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGED)
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO – ININGA
 TELEFONES: (86) 3215-5820/337-1214 – FAX: (86) 3237-1277
 64.049-550 – TERESINA – PIAUÍ e.mail: ppged@ufpi.edu.br

**CONTRATO DE CESSÃO DE CÓDIGOS DE ACESSOS, SENHAS INDIVIDUAIS E RELATÓRIOS DO
 "QUEST_RESILIÊNCIA" versão "Pesquisas Gerais"**

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, de um lado, a instituição Universidade Federal do Piauí, com sede à Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, s/n - Ininga Cep 64.049-550 no Estado de Teresina - PI, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº 06517327-000134, , neste ato representada por Lucienia Libania Pinheiro Martins C.P.F. nº030109314-84 residente e domiciliado à Q B casa 22 Residencial Dom Helder,nº22, CEP64078-840, no Estado Teresina PI, doravante denominado simplesmente PESQUISADOR/CONTRATANTE, e de outro lado, a SOCIEDADE BRASILEIRA DE RESILIENCIA (SBRESILIENCIA) S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.786.446/0001-47, e com sede Rua Tenente Gomes Ribeiro, 57 Conjunto 25 – Ed. Office Tower – Vila Clementino – CEP 04038-040 – São Paulo – SP, neste ato devidamente representada por George S Barbosa, brasileiro, casado, psicólogo, portador da cédula de identidade RG nº. 8.257.807- 2 inscrito no CPF/MF sob nº. 838.657.218-34, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato para a cessão de 1124 CÓDIGOS DE ACESSOS DO "QUEST_RESILIÊNCIA" versão "Pesquisas Gerais" ACOMPANHADOS DOS NÚMEROS RESPECTIVOS DE 124 SENHAS INDIVIDUAIS E DE SEUS 124 RELATÓRIOS, mediante as Cláusulas, Obrigações e Condições aqui ajustadas.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas seguintes e suas condições descritas no presente contrato.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O presente contrato tem como OBJETO a cessão de 124 CÓDIGOS DE ACESSOS pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

Cláusula 2ª. Com a entrega de 124 códigos de acesso, objeto desse contrato, a CONTRATADA se obriga a entregar à CONTRATANTE 124 senhas individuais que liberam os referidos códigos de acesso e 124 relatórios relativos a cada um dos códigos de acesso e suas respectivas senhas individuais em pauta.

Cláusula 3ª. A CONTRATADA declara que fará a entrega para o pesquisador, que está sobre a responsabilidade de seu orientador **Francis Musa Boakari: 124** códigos de acesso, suas senhas e seus relatórios, objeto desse contrato, por meios eletrônicos – e-mails, com endereços personificados de representantes da CONTRATANTE.

Cláusula 4ª. A CONTRATADA declara que fará a entrega para o pesquisador, que está sobre a responsabilidade de seu orientador, no formato “PDF” dos relatórios em pauta.

Cláusula 5ª. A CONTRATADA declara que fará a entrega dos relatórios e interpretações dos 124 CÓDIGOS, descritos na Cláusula 2ª. após 05 dias úteis do registro de finalização de preenchimento do “QUEST_RESILIÊNCIA” versão “Pesquisas Gerais” via web pelos respondentes indicados previamente pela CONTRATADA por escrito na forma de e-mail.

DO DIREITO AUTURAL

Cláusula 6ª. A CONTRATADA, respeitando os direitos autorais do AUTOR do Quest_Resiliência versão “Ambiente de Trabalho”, não vincula à aquisição realizada pela CONTRATANTE, motivo desse contrato, a cessão de tais direitos. O que implica em NÃO ceder as fórmulas de correção e NÃO permitir a publicação do conteúdo dos 72 itens nos trabalhos produzidos, preservando dessa forma os direitos autorais do autor do Quest_Resiliência versão “Ambiente de Trabalho” e de seus produtos da não ocorrência de contrafação.

Cláusula 8ª. A CONTRATADA declara que para a divulgação dos materiais emitidos por meio dos objetos desse contrato possui autorização do responsável técnico.

Cláusula 9ª. A CONTRATANTE se obriga a identificar-se como responsável por qualquer interpretação ou documento gerado a partir dos relatórios emitidos, objetos desse contrato, e que tais interpretações ou documentos devem ser elaborados em um novo documento, preservando-se a integridade do relatório entregue pelo responsável técnico.

DA CONSERVAÇÃO E USO DO BEM

Cláusula 10ª. A CONTRATANTE obriga-se a zelar pela conservação dos 124 códigos de acesso, senhas e relatórios oriundos dos mesmos, providenciando todos os recursos necessários à manutenção dos

mesmos, e em casos de extravios de qualquer material que vier ser impresso, arcara com os custos de replicação dos mesmos, por sua conta, da produção de nova quantidade, seja ela qual for.

Cláusula 11ª. A CONTRATANTE se obriga a não alterar a estrutura dos códigos, senhas e relatórios, objetos desse contrato, de modo que não desvirtue seu uso e altere as suas características.

Cláusula 12ª. A CONTRATADA e a CONTRATANTE se obrigam ao sigilo e a não divulgarem publicamente as senhas de acesso e dados obtidos com o uso das mesmas, preservando assim o vazamento de informações confidenciais das organizações envolvidas nesse contrato e dos usuários finais em e-mail, comunidades virtuais e outros meios de comunicação, exceto com quem firmar contratos legais específicos de trabalho.

DO PREÇO

Cláusula 13ª. Fica pactuado que não haverá custos financeiros para a liberação dos 124 códigos de acesso, senhas e relatórios oriundos dos mesmos. A CONTRATANTE se obriga a efetuar o ressarcimento de despesas relativas aos "CORREIOS" e demais custos relacionados com a remessa de documentos e matérias que por ventura venham ser solicitados pela CONTRATANTE.

DA RESCISÃO

Cláusula 14ª. Em não ocorrendo o pagamento das despesas mencionadas na Cláusula 13ª por parte da CONTRATANTE, no prazo de 30 dias, poderá a CONTRATADA promover, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aviso ou notificação, a rescisão deste instrumento, perdendo a CONTRATANTE o direito de pleitear indenização, reposição ou compensação, e nem a retenção do objeto do contrato.

Cláusula 15ª. A CONTRATADA poderá rescindir este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação, interpelação judicial ou extrajudicial, se a CONTRATANTE entrar em estado de insolvência ou se lhe for decretada a falência por qualquer dívida que tenha contraído fora deste instrumento.

Cláusula 16ª. Uma vez confirmada a rescisão deste contrato, a CONTRATANTE fica obrigada a não utilizar os materiais objeto deste contrato.

CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 17ª. Não poderá a CONTRATANTE ceder os códigos e senhas adquiridos, objeto do contrato, a terceiros nem constituir, direta ou indiretamente, ônus, penhor, caução ou qualquer outro gravame sobre os mesmos nos termos da Lei 9.610/98.

Cláusula 18ª. A CONTRATADA possui o direito de pleitear qualquer medida protetora do domínio do objeto deste instrumento, bem como se proteger contra qualquer ato que a impeça de exercer tal direito com base na Lei No 7.646, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987.

Cláusula 19ª. A CONTRATADA se obriga a realizar a entrega dos códigos, senhas e relatórios, objetos desse contrato, no ato da assinatura desse contrato e de acordo com as Cláusula 2ª e Cláusula 3ª retro.

Cláusula 20ª. A CONTRATANTE se obriga a resolver e se responsabilizar por erros de Nomes dos respondentes finais e seus Endereços eletrônicos corretos, zelando para que as cláusulas relativas a prazos e entregas não sejam comprometidas junto à CONTRATADA. Em casos, de alterações de tais dados a comunicação por escrito deverá ser via e-mail, observando-se a justa correção dos prazos expressos na Cláusula 5ª.

Cláusula 21ª. A CONTRATANTE se obriga a se responsabilizar pela guarda e sigilo dos códigos, relatórios e das senhas entregues. Sua guarda e sigilo são de exclusiva responsabilidade da CONTRATANTE o que a torna a única responsável pelo sigilo e utilização adequada. A SOBRARE não terá, por isso, qualquer responsabilidade pelos danos decorrentes de utilização inadequada.

Cláusula 22ª. A CONTRATADA declara, desde logo, que se encontra devidamente registrada no Conselho Regional de Psicologia e na Previdência Social, na Receita Federal e nos Órgãos Estaduais e Municipais, assumindo total responsabilidade por encargos fiscais e tributos que estão sob sua responsabilidade isentando assim a CONTRATANTE de quaisquer obrigações que não lhe sejam legalmente obrigatórias e diretamente atribuíveis.

Cláusula 23ª. Nenhuma das partes será responsável ou considerada inadimplente, por atrasos no cumprimento deste Contrato, ocasionados, comprovadamente, por casos fortuitos, guerras, greves, incêndios ou qualquer causa alheia ao controle possível das partes.

Cláusula 24ª. – A nulidade total ou parcial de qualquer cláusula contratual, não afetará o cumprimento da obrigação contida nas demais cláusulas deste Contrato.

DO FORO

Elegem o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para que sejam dirimidas eventuais questões decorrentes do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser. E, por estarem contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, tudo em presença de duas testemunhas.

Teresina, 08 de março de 2012


GEORGE BARBOSA - Diretor Científico da SOBRARE

(CPF: 838.657.218-34)

Lucienia Libania Pinheiro Martins

(CPF: 030.109.314-84)


George Barbosa
Psicólogo CRP 06/45154-9
CNTRTO_CMPRA_CDGS_SNHS_RLTRs_QSTAmb Trab


Lucienia Libania P. Martins

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

PROJETO DE PESQUISA

Título: CONTRIBUIÇÕES DA RESILIÊNCIA NO SUCESSO EDUCACIONAL DE MULHERES AFRODESCENDENTES EM TERESINA-PI.

Área Temática:

Pesquisador: LUCIENIA LIBANIA PINHEIRO MARTINS

Versão: 2

Instituição: Universidade Estadual do Piauí - UESPI

CAAE: 03231912.5.0000.5209

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 61718

Data da Relatoria: 16/07/2012

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa consiste em estudar as contribuições da resiliência no sucesso educacional de mulheres afrodescendentes em Teresina-Pi. Pretende-se estudar neste projeto a análise das estratégias e mecanismos internos que favorecem a sua ascensão social. A pesquisa é de cunho quali-quantitativa.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar os modelos de resiliência em um grupo de mulheres afrodescendentes, no processo educacional até o ensino superior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos mínimos, com forma de assistência dada pelo pesquisador, os benefícios são a divulgação dos resultados sobre as contribuições da resiliência no sucesso educacional de mulheres afrodescendentes, e, que, conhecendo estas contribuições outras mulheres possam conseguir enfrentar obstáculos profissionais e pessoais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Há presença de todos os termos obrigatórios.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com a análise ética, conforme a Resolução 196/96 e seus complementares, o presente projeto de pesquisa apresenta o parecer "APROVADO" por apresentar todas as solicitações indicadas na versão 1.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme reunião do Colegiado do CEP/UESPI e de acordo com as normas de ética da Resolução 196/96 (CNS/MS) e seus complementares, o presente projeto de pesquisa apresenta o parecer APROVADO por apresentar todas as solicitações indicadas na versão 1.

TERESINA, 26 de Julho de 2012

Assinado por:

LUCIANA SARAIVA E SILVA

Tabela das Categorias nos Modelos de Crenças Determinantes

Informações da Pesquisa

PESQUISA 108 - Resiliência psicológica na mobilidade Socioeducacional de mulheres afrodescendentes.
INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
PESQUISADOR LUCIENIA LIBANIA PINHEIRO MARTINS

Resultados dos Questionários

Nº do Sujeito	Análise do Contexto	Autoconfiança	Autocontrole	Conquistar e Manter Pessoas	Empatia	Leitura Corporal	Otimismo com a Vida	Sentido da Vida
6940	Excelente	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Excelente	Excelente	Excelente
6943	Excelente	Moderada (PC-I)	Boa (PC-I)	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
6944	Boa (PC-P)	Excelente	Moderada (PC-I)	Forte (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-I)
6945	Forte (PC-I)	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Forte (PC-P)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)
6946	Boa (PC-P)	Excelente	Boa (PC-P)	Excelente	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)
6947	Boa (PC-P)	Excelente	Boa (PC-P)	Boa (PC-I)	Excelente	Boa (PC-P)	Forte (PC-P)	Boa (PC-P)
6949	Forte (PC-P)	Excelente	Forte (PC-P)	Boa (PC-P)	Excelente	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Excelente
6951	Moderada (PC-I)	Fraca (PC-P)	Forte (PC-I)	Fraca (PC-P)	Excelente	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Moderada (PC-P)
6954	Excelente	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Excelente	Excelente
6959	Excelente	Forte (PC-P)	Excelente	Excelente	Forte (PC-P)	Excelente	Excelente	Forte (PC-I)
6960	Forte (PC-P)	Moderada (PC-P)	Boa (PC-P)	Excelente	Excelente	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Forte (PC-I)
6964	Excelente	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)
6965	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Excelente	Boa (PC-P)	Excelente	Boa (PC-P)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)
6967	Forte (PC-I)	Excelente	Boa (PC-P)	Excelente	Excelente	Boa (PC-P)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
6969	Excelente	Moderada (PC-I)	Boa (PC-P)	Excelente	Forte (PC-I)	Moderada (PC-P)	Boa (PC-I)	Boa (PC-I)
6971	Excelente	Boa (PC-P)	Forte (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Forte (PC-P)
6972	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)	Excelente	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Forte (PC-P)
6973	Excelente	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Excelente	Excelente	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)
6975	Excelente	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Boa (PC-I)	Boa (PC-I)	Excelente	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
6976	Forte (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-I)	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Moderada (PC-P)	Excelente	Moderada (PC-I)
6977	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Forte (PC-I)	Moderada (PC-P)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)
6980	Excelente	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Forte (PC-I)	Excelente	Moderada (PC-P)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
6982	Excelente	Excelente	Boa (PC-P)	Excelente	Excelente	Excelente	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
6983	Boa (PC-I)	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)	Boa (PC-I)	Forte (PC-I)	Boa (PC-P)	Boa (PC-I)	Forte (PC-I)
6984	Forte (PC-P)	Boa (PC-I)	Boa (PC-I)	Excelente	Excelente	Boa (PC-P)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)
6985	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
6986	Excelente	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)
6992	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)	Excelente	Excelente	Boa (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)
6993	Excelente	Moderada (PC-I)	Boa (PC-I)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
6995	Excelente	Excelente	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Excelente	Forte (PC-P)	Excelente	Forte (PC-I)
6997	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Excelente
6998	Excelente	Excelente	Excelente	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Excelente	Excelente	Moderada (PC-I)
7001	Boa (PC-P)	Boa (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Boa (PC-P)	Forte (PC-P)	Boa (PC-I)	Boa (PC-I)
7002	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
7003	Excelente	Boa (PC-I)	Excelente	Forte (PC-P)	Excelente	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Boa (PC-I)
7004	Excelente	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Excelente	Excelente
7005	Forte (PC-P)	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Forte (PC-I)
7008	Forte (PC-P)	Excelente	Excelente	Excelente	Forte (PC-P)	Excelente	Excelente	Excelente
7012	Excelente	Excelente	Forte (PC-I)	Boa (PC-P)	Forte (PC-P)	Excelente	Excelente	Boa (PC-I)
7013	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Moderada (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Boa (PC-P)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)
7019	Excelente	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
7026	Forte (PC-P)	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente
7028	Forte (PC-I)	Excelente	Boa (PC-P)	Excelente	Fraca (PC-P)	Excelente	Excelente	Moderada (PC-I)
7034	Boa (PC-P)	Forte (PC-P)	Fraca (PC-P)	Moderada (PC-P)	Moderada (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)
7035	Excelente	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
7039	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Fraca (PC-P)	Moderada (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Moderada (PC-P)	Boa (PC-P)
7041	Forte (PC-P)	Boa (PC-I)	Excelente	Boa (PC-I)	Forte (PC-P)	Boa (PC-P)	Moderada (PC-I)	Boa (PC-I)
7042	Forte (PC-P)	Moderada (PC-I)	Forte (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)
7044	Excelente	Excelente	Excelente	Moderada (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Excelente	Excelente
7046	Excelente	Excelente	Excelente	Boa (PC-P)	Forte (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Moderada (PC-I)
7047	Excelente	Excelente	Excelente	Moderada (PC-I)	Boa (PC-P)	Fraca (PC-P)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)
7048	Boa (PC-P)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Boa (PC-I)	Excelente	Moderada (PC-P)	Excelente	Forte (PC-I)
7049	Forte (PC-I)	Excelente	Boa (PC-P)	Forte (PC-P)	Excelente	Boa (PC-P)	Excelente	Boa (PC-I)
7051	Excelente	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)	Boa (PC-I)	Boa (PC-I)	Boa (PC-P)	Forte (PC-I)	Boa (PC-I)
7054	Excelente	Forte (PC-P)	Excelente	Boa (PC-P)	Excelente	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-I)
7057	Excelente	Boa (PC-P)	Moderada (PC-P)	Excelente	Boa (PC-P)	Fraca (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)
7059	Forte (PC-P)	Boa (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Boa (PC-I)	Boa (PC-I)
7060	Boa (PC-P)	Boa (PC-I)	Excelente	Forte (PC-I)	Boa (PC-P)	Boa (PC-P)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)
7062	Forte (PC-P)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Moderada (PC-I)	Boa (PC-I)	Boa (PC-I)	Moderada (PC-I)	Boa (PC-P)
7063	Excelente	Boa (PC-P)	Forte (PC-I)	Excelente	Boa (PC-I)	Excelente	Excelente	Boa (PC-I)